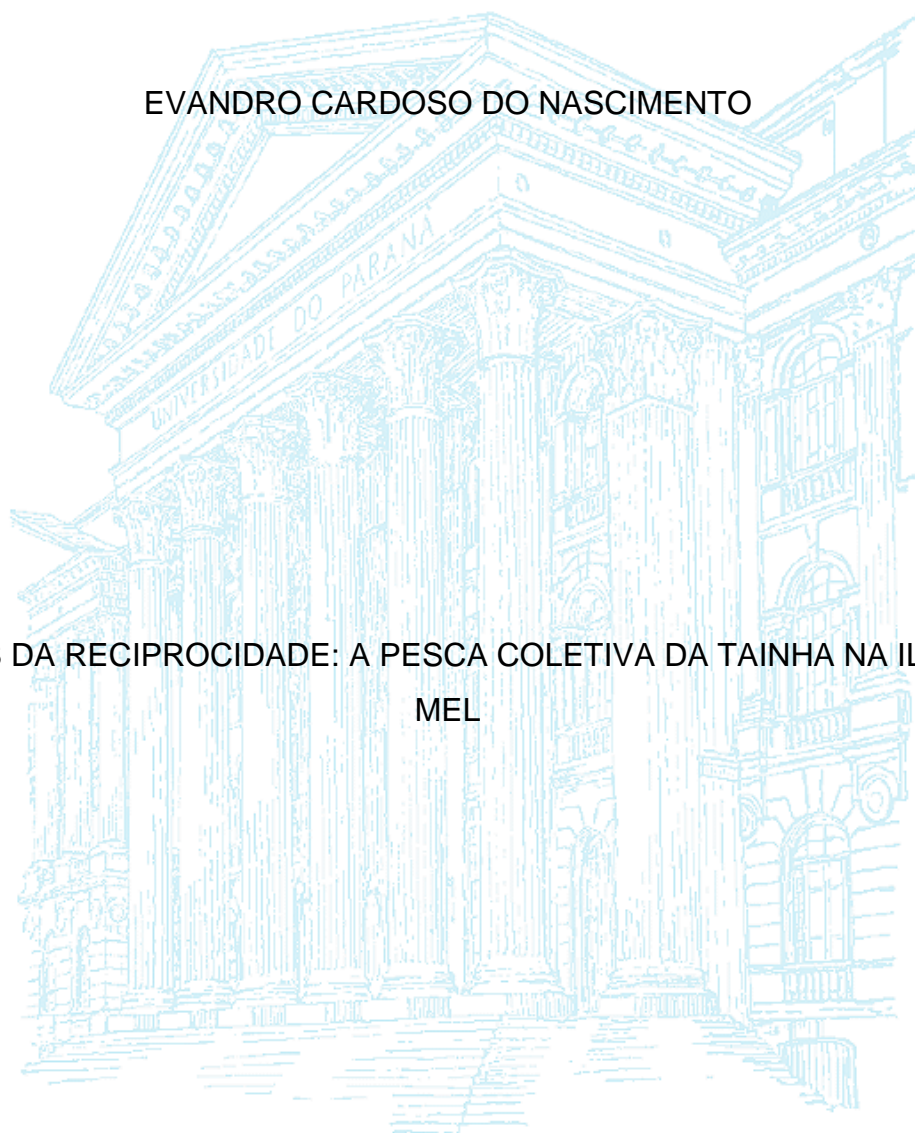


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO

MALHAS DA RECIPROCIDADE: A PESCA COLETIVA DA TAINHA NA ILHA DO
MEL



MATINHOS

2015

EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO

MALHAS DA RECIPROCIDADE: A PESCA COLETIVA DA TAINHA NA ILHA DO
MEL

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Territorial Sustentável, no
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial Sustentável da Universidade Federal
do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Profº. Drº. Valdir Frigo Denardin

MATINHOS

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

N244 Nascimento, Evandro Cardoso do
Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel /
Evandro Cardoso do Nascimento; orientador Valdir Frigo Denardin. — 2015.
151 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2015.

1. Teoria da reciprocidade. 2. Trabalho coletivo. 3. Pesca artesanal.
4. Ilha do Mel (PR). 5. Desenvolvimento sustentável. I. Dissertação
(Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial
Sustentável. II. Título.

CDD – 639.2098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia dezessete de Dezembro de dois mil e quinze às 09:30 horas, na sala SALA DO CONSELHO, RUA JAGUARIAÍVA, 512, do Setor de LITORAL da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: "**MALHAS DA RECIPROCIDADE: A PESCA COLETIVA DA TAINHA NA ILHA DO MEL**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA (UFPR), ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES (UFPR), . Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou que os presentes e o mestrando deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela **Aprovação** do aluno e recomenda-se que essa dissertação tenha uma distinção e recomenda-se a publicação. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Mestre em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, VALDIR FRIGO DENARDIN, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 17 de Dezembro de 2015.

Prof VALDIR FRIGO DENARDIN (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA (UFPR)

Prof ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES (UFPR)

Aos pescadores e pescadoras de tainha da Ilha do Mel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, doador da vida.

À minha esposa, amiga e sempre companheira Loide Mendes.

Ao meu professor e orientador, Drº. Valdir Frigo Denardin, pela dedicação neste trabalho.

À minha mãe, Deonides Cardoso do Nascimento, pelo apoio.

Aos colegas, professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Agradecimento especial a todos os pescadores e pescadoras de tainha da Ilha do Mel a quem esse trabalho é dedicado.

Muito Obrigado!

“Quem esquece a prática da reciprocidade perde sua alma!”

Mireille Chabal

RESUMO

A presente dissertação apresenta resultados de uma pesquisa sobre as relações socioeconômicas de dois grupos de pescadores da Ilha do Mel, Paranaguá/PR, e teve como objetivo principal identificar e qualificar as práticas, relações e estruturas de reciprocidade presentes nestes grupos analisando suas implicações para um desenvolvimento local/territorial mais sustentável. O trabalho empírico foi realizado na temporada de pesca da tainha do ano de 2015 com o grupo da Praia do Miguel, localizado ao sul da ilha, e o grupo da Praia do Farol, localizado ao norte da ilha, e que desenvolvem a pesca da tainha em trabalho coletivo. Tendo como base uma vertente renovada da teoria da reciprocidade (TEMPLE, 2003; CHABAL, 1996; SABOURIN, 2011a) o estudo buscou identificar e qualificar as práticas e as relações de reciprocidade presentes na organização social e econômica da pesca, tendo em vista responder as seguintes questões: quais suportes institucionais estruturam as práticas e relações de reciprocidade entre os pescadores? De que forma a pesca coletiva da tainha, mediante a reprodução das relações de reciprocidade, pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável? A metodologia utilizada no trabalho de campo foi a observação participante (GIL, 2009) e a história oral (AMADO e FERREIRA, 2006) e constatou-se que, mesmo coexistindo as relações de reciprocidade e troca, existe uma predominância das relações sociais e econômicas marcadas pelas lógicas da reciprocidade e da equivalência por meio da pesca coletiva e essas relações contribuem para a subsistência material da comunidade, a preservação ambiental do recurso para as próximas gerações, mas também para a reprodução social desses grupos. Diferente das atividades predominantemente mercantis, as relações sociais e econômicas destes pescadores fortalecem os laços de identidade cultural na comunidade, além do respeito e cuidado com o meio ambiente e seus ecossistemas, ou seja, as relações de reciprocidade presentes nesta atividade possibilitam alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Palavras-Chave: teoria da reciprocidade; trabalho coletivo; pesca artesanal.

ABSTRACT

This thesis presents the results of a survey on the socio-economic relations of two groups of Honey Island fishermen, Paranaguá/PR and aimed to identify and qualify the practices, relationships and reciprocity structures present in these groups analyzing its implications for local development / more sustainable territorial. The empirical work was carried out in 2015 year mullet fishing season with Praia do Miguel group, located south of the island, and Praia do Farol group, located north of the island, and develop mullet fishing in collective work. Based on a renewed aspect of reciprocity theory (TEMPLE, 2003; CHABAL, 1996; SABOURIN, 2011a) study sought to identify and qualify the practices and relations of reciprocity present in the social and economic organization of fishing, with a view answer following questions: What institutional supports structured practices and twinning of the fishermen? How does collective fishing for mullet, through the reproduction of relations of reciprocity, can contribute to a more sustainable development? The methodology used in fieldwork was participant observation (GIL, 2009) and oral history (AMADO and FERREIRA, 2006) and found that even co-existing relations of reciprocity and exchange, there is a predominance of social and economic relations marked by the logic of reciprocity and equivalence through collective fishing and these relationships contribute to the community material livelihood, environmental preservation of the resource for future generations, but also for the social reproduction of these groups. Unlike the predominantly commercial activities, social and economic relations of these fishermen strengthen the cultural ties of identity in the community and the respect and care for the environment and its ecosystems, ie the reciprocal relationships present in this activity enable sustainable development alternatives.

Keywords: theory of reciprocity; collective work; artisanal fisheries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa infográfico da Ilha do Mel, estilizado para fins turísticos.	21
Figura 2: Mapa de Macrozoneamento da Ilha do Mel.	33
Figura 3: Mapa de Zoneamento da Ilha do Mel do ano de 2012.	34
Figura 4: Representação esquemática do lugar da economia na sociedade.	40
Figura 5: Representação esquemática das estruturas binárias.	49
Figura 6: Representação esquemática da estrutura ternária unilateral.	50
Figura 7: Representação esquemática da estrutura ternária bilateral.	52
Figura 8: Representação esquemática da estrutura ternária centralizada.	53
Figura 9: Representação esquemática da transformação do homem, natureza e organização produtiva em mercadoria.	69
Figura 10: Imagens da realização de um lanço.	85
Figura 11: Representação esquemática da pesca de lanço.	86
Figura 12: Representação esquemática da pesca de cambau “normal”.	87
Figura 13: Representação esquemática da pesca de cambau de “corrê”.	88
Figura 14: Disposição dos acampamentos na Praia do Miguel.	94
Figura 15: Imagens dos acampamentos na Praia do Miguel.	95
Figura 16: Reportagem do Jornal Folha do Litoral.	116
Figura 17: Disposição das tendas na Praia do Farol.	117
Figura 18: Imagens das tendas da Praia do Farol.	118
Figura 19: Disposição dos pontos de pesca na época do “Vô Diamantino”.	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento populacional e número de casa na Ilha do Mel de 1950 a 2010.	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Crescimento e Desenvolvimento nas perspectivas de Ignacy Sachs e Karl Polanyi	61
Quadro 2: Matriz de análise das relações sociais e econômicas.	74
Quadro 3: Perfil dos pescadores entrevistados.	81
Quadro 4: Matriz de análise dos valores éticos e afetivos produzidos nas relações de reciprocidade.	82
Quadro 5: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço na Praia do Miguel.	100
Quadro 6: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Cambau na Praia do Miguel.	104
Quadro 7: Comercialização do pescado de um lanço na Praia do Miguel.	107
Quadro 8: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço na Praia do Farol.	120
Quadro 9: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões na época do Vô Diamantino.	127
Quadro 10: Características históricas das relações sociais e econômicas na Praia do Miguel.	131
Quadro 11: Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Miguel.	132
Quadro 12: Características históricas das relações sociais e econômicas na Praia do Farol.	133
Quadro 13: Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Farol.	134
Quadro 14: Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Miguel e na Praia do Farol.	135

LISTA DE SIGLAS

ABALINE – Associação dos Barqueiros do Litoral Norte do Paraná

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1: A ILHA DO MEL: ENTRE A PESCA E O TURISMO	19
1.1 TROCA E/OU RECIPROCIDADE? A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	21
1.2 OS PESCADORES DE TAINHA E SEU TERRITÓRIO: SUJEITOS E OBJETO DA PESQUISA	24
1.2.1 O território da pesca e do turismo.....	26
1.2.2 A pesca e o turismo: dominação e apropriação do território	30
CAPÍTULO 2: SOCIOECONOMIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	35
2.1 O LUGAR DA ECONOMIA NA SOCIEDADE: A TEORIA DE KARL POLANYI	35
2.2 DO PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE À TEORIA DA RECIPROCIDADE	42
2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, RECIPROCIDADE E ECONOMIA PLURAL.....	55
2.3.1 Homem e natureza: elementos de um desenvolvimento territorial sustentável.....	59
2.3.1.1 <i>Homem e desenvolvimento territorial sustentável</i>	64
2.3.1.2 <i>Natureza e desenvolvimento territorial sustentável</i>	66
2.3.2 O nível de subsistência e o nível de mercado.....	68
CAPÍTULO 3: TROCA E/OU RECIPROCIDADE? COMO IDENTIFICÁ-LAS? A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA	71
3.1 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E SISTEMÁTICA	72
3.2 A HISTÓRIA ORAL	76
CAPÍTULO 4: A TEMPORADA DE TAINHA NA ILHA DO MEL: OS LANÇOS, AS CAMBOADAS, O TERÇO, OS QUINHÕES E A RECIPROCIDADE	83

4.1	OS PESCADORES DA PRAIA DO MIGUEL	93
4.1.1	Relações, práticas e estruturas de reciprocidade	98
4.1.2	A troca e as relações mercantis.....	106
4.1.3	A época do Emiliano	108
4.1.4	A época dos “Valentim”	109
4.1.5	A época do “Zorro”	114
4.2	OS PESCADORES DA PRAIA DO FAROL	117
4.2.1	Relações, práticas e estruturas de reciprocidade	119
4.2.2	A troca e as relações mercantis.....	123
4.2.3	A época do “Vô Diamantino”	125
4.3	RECIPROCIDADE NA PRAIA DO MIGUEL E NA PRAIA DO FAROL	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS		138
REFERÊNCIAS.....		143
APÊNDICE.....		148

APRESENTAÇÃO

Essa dissertação emerge da minha trajetória de vida enquanto professor de história e morador do litoral do Paraná. Nascido em 29 de Abril de 1988, no município de Palmital/PR, aos dois anos de idade minha família mudou-se para o litoral do Paraná onde residimos respectivamente em três municípios: Pontal do Paraná, Matinhos e Paranaguá. Quando me casei, com a professora Loide Sulamita Mendes, escolhemos o município de Matinhos para morar.

Minha formação em história se deu na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá/PR, no ano de 2010. O tema do trabalho de conclusão de curso foi “A lenda da caveirinha no processo de ensino e aprendizagem histórica”, que fazia uma abordagem do patrimônio imaterial do município de Paranaguá/PR e suas possibilidades no ensino de história. Essa temática me levou a estudar o patrimônio histórico do litoral do Paraná.

Em 2011 comecei a trabalhar como professor substituto de história na Ilha do Mel e as minhas primeiras atividades na escola envolviam a temática do patrimônio e ensino da história. Foi nessa ocasião, e em função dos alunos do 6º ano do ensino fundamental, que conheci a tradicional pesca da tainha da Ilha do Mel, reconhecida como um patrimônio histórico e cultural pelos moradores da ilha e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Por várias vezes os anúncios de lanço (um tipo específico de pesca), principalmente na Praia do Farol, interrompiam as minhas aulas e os alunos ficavam ansiosos para correr à praia e ajudar no cerco da tainha. Isso me levou a pesquisar sobre as tradições e as memórias históricas da comunidade local e utilizá-las como fontes para o ensino da história¹. Tais pesquisas possibilitaram

¹ Os resultados dessa pesquisa podem ser consultados no artigo “Educação patrimonial e ensino de história na Ilha do Mel” publicado em 2015 pela revista História e Ensino da UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/20852/16797>.

uma aproximação afetiva com os pescadores da ilha que, anos depois, foram imprescindíveis no desenvolvimento da atual pesquisa.

Em 2013, quando passei a morar em Matinhos, continuava trabalhando como professor na Ilha do Mel, mas logo consegui aulas em escolas mais próximas de onde resido. Foi quando abriu o processo seletivo para a primeira turma (que iniciaria em 2014) de mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Aqui se estabeleceu o meu primeiro grande desafio: elaborar um pré-projeto de pesquisa, no qual as minhas experiências como professor de história pudessem ser construtivas dentro de uma proposta interdisciplinar e com vistas ao desenvolvimento sustentável.

O título do pré-projeto, elaborado para seleção na linha de pesquisa socioeconomia e saberes locais, foi: “Trabalho coletivo, capital social e saberes locais: uma pesquisa-ação sobre a prática do lanço na Ilha do Mel”. Neste pré-projeto o tema da reciprocidade foi abordado, porém, aparecia apenas como uma noção, pois eu não imaginava a construção teórica que havia em torno desse conceito. Logo na entrevista de seleção fui questionado sobre a teoria da reciprocidade que afirmei não conhecer, mas que estava disposto a explorá-la. O professor Dr. Valdir Frigo Denardin aceitou o desafio de me orientar e, desde então, os únicos aspectos do pré-projeto que não tiveram alteração foram: a comunidade e a pesca da tainha.

No início do curso meu tempo estava dividido com as aulas na rede estadual de ensino, somente a partir de junho de 2014 fui contemplado com uma bolsa de estudos fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Essa bolsa durou até maio de 2015.

As primeiras disciplinas cursadas no mestrado provocaram uma ruptura na minha forma de interpretar os aspectos econômicos da sociedade, principalmente a partir das leituras de Karl Polanyi (2000; 2012) e da noção de economia plural. Foi a partir desse teórico que comecei a pensar as relações de reciprocidade, redistribuição e troca na economia pesqueira da Ilha do Mel. Em novembro de 2014 conheci o professor Eric Sabourin, que o professor Valdir já havia me indicado como leitura, nessa ocasião recebi algumas dicas

metodológicas para o trabalho empírico e um vasto referencial teórico que me auxiliaria na pesquisa, conduzindo a uma perspectiva renovada da teoria da reciprocidade e a um estreito diálogo com as perspectivas de desenvolvimento sustentável.

Ainda no final de 2014 fui aprovado no processo seletivo para professor substituto da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campus Paranaguá. A partir de então meu tempo foi dividido entre a pesquisa da dissertação e as aulas no curso de História. Entre maio e julho de 2015, período da pesca da tainha, minhas atenções estavam voltadas para o trabalho de campo. Foram três meses de convívio semanal com os pescadores de tainha da Ilha do Mel, passando algumas noites em pousadas, outras no acampamento dos pescadores e outras em minha residência, geralmente analisando as anotações de campo e as entrevistas realizadas com os pescadores. Neste período os professores da UNESPAR estavam em greve e as atividades docentes estavam paralisadas.

Essa pequena narrativa de vida apresentada, com trajetória profissional, teórica e metodológica, a relação do pesquisador com a comunidade pesqueira e a pesquisa empírica desembocam nesta pesquisa que teve como objetivo principal identificar e qualificar as práticas, relações e estruturas de reciprocidade entre os pescadores de tainha da Ilha do Mel. O texto final está estruturado em quatro capítulos e as considerações finais apresentados a seguir.

O capítulo 1 apresenta a construção da problemática e dos objetivos da pesquisa. Também é discutido o conceito de território e apresenta as dinâmicas sociais, históricas, econômicas e culturais do território onde estão inseridos os sujeitos e objetos da pesquisa.

O capítulo 2 é o espaço onde são apresentados e discutidos os pressupostos teóricos da pesquisa, tendo em vista o diálogo entre a teoria da reciprocidade e as discussões em torno do desenvolvimento territorial sustentável. O capítulo inicia apresentando a abordagem socioeconômica, passando pela teoria da reciprocidade e finalizando com o diálogo entre economia plural, reciprocidade e desenvolvimento territorial sustentável.

No capítulo 3 são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo. Neste capítulo são discutidas as abordagens da observação participante e da história oral e como foram utilizadas na análise das relações de reciprocidade nos grupos de pescadores.

O capítulo 4 apresenta os resultados do trabalho empírico em dois grupos de pescadores da Ilha do Mel, analisando suas práticas, relações e estruturas de reciprocidade no âmbito do trabalho coletivo e das relações sociais, culturais e econômicas. Primeiramente os grupos de pescadores são apresentados separadamente e, por fim, é realizada uma análise comparativa destes grupos dando ênfase às semelhanças e diferenças.

Por último, nas considerações finais, busca-se responder as questões propostas no capítulo 1 apontando alguns limites da pesquisa, também apresenta novos questionamentos que podem ser explorados em pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1: A ILHA DO MEL: ENTRE A PESCA E O TURISMO

Constituído por sete municípios (Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Morretes, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba), o litoral do Paraná possui uma população de 236.000 habitantes. Segundo Sulzbach e Mendes (2015) esses municípios podem ser caracterizados pelos seus principais segmentos produtivos: *rural* (Guaraqueçaba e Morretes) com 44% do território e 9% da população; *portuário* (Paranaguá e Antonina) com 29% do território e 60% da população; e *praiano* (Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná) com 27% do território e 31% da população.

Com uma extensão litorânea de 107 km o litoral paranaense é um dos mais ricos em vida marinha do sul do Brasil. Os aproximadamente 4.200 pescadores se distribuem em cerca de 60 vilas (ANDRIGUETTO *et al*, 2006). Com exceção do município de Guaratuba, que possui uma pescaria especializada e empresarial, a pesca nos municípios de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Pontal do Paraná e Matinhos são de pequena escala e geralmente artesanal. Morretes é o único município do litoral que não tem acesso ao mar.

Segundo Andriguetto *et al* (2006) a produção pesqueira anual tem oscilado entre 500 e 2.500 t., 64% dessa produção corresponde ao município de Guaratuba e 26% ao município de Paranaguá. A Ilha do Mel pertence ao município de Paranaguá/PR e está sob a jurisdição do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Sua principal atividade econômica é o turismo, mas a pesca ainda é uma atividade econômica importante para a população da ilha.

A proximidade da ilha ao continente, 2.800 metros de Pontal do Paraná/PR, favorece o acesso, sendo que as embarcações saem diariamente de Pontal do Paraná e Paranaguá com moradores, turistas, bagagens e mercadorias. A travessia é administrada, desde 1996, pela empresa ABALINE-PR (Associação de Barqueiros do Litoral Norte do Paraná) com duração de 30 minutos, saindo de Pontal do Paraná, e 1 hora e 45 minutos, saindo de Paranaguá.

As riquezas estéticas (Gruta das Encantadas, Praia das Conchas ou do Farol, Praia da Fortaleza, Praia de Fora, Praia Grande, Praia do Miguel e a Praia do Belo) e as riquezas culturais e históricas (Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres e Farol das Conchas) fazem da Ilha do Mel um dos mais visitados atrativos turísticos do estado do Paraná.

A ilha comporta simultaneamente 7 mil pessoas e, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná – SEMA (2013), a Ilha do Mel recebe, por ano, cerca de 140.000 visitantes. 93,4% do seu território é protegido por lei em duas Unidades de Conservação, sendo uma Estação Ecológica com 2.240ha (81% da ilha) e um Parque Estadual com 338ha (12% da ilha), criados respectivamente em 1982 e 2002 (ATHAYDE; BRITZ, 2005). Além das Unidades de Conservação, a ilha foi tombada pela Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, em 1975, considerada um patrimônio natural. Em 2000, a UNESCO reconhece a Ilha do Mel como um patrimônio natural da humanidade dando um caráter mundial a importância ambiental da Ilha do Mel.

Segundo Fuzetti (2009), a Ilha do Mel possui seis vilas com aproximadamente 98 pescadores, nessas vilas os moradores dividem suas atividades econômicas com o turismo. Porém, tem suas particularidades quanto a principal atividade econômica: Ponta Oeste (pesca), Praia Grande (turismo), Farol das Conchas (pesca no inverno e turismo no verão), Fortaleza (turismo), Brasília (pesca no inverno e turismo no verão), Encantadas (pesca no inverno e turismo no verão).

Troca e reciprocidade são duas noções que são discutidas durante todo esse trabalho. São princípios antagônicos, mas que coexistem nas organizações sociais e econômicas das sociedades. A atividade pesqueira, assim como outras atividades econômicas, passou por um processo de mercantilização no qual as práticas, relações e estruturas de reciprocidade foram praticamente suplantadas pelo princípio da troca mercantil. Porém, na Ilha do Mel a reciprocidade não foi totalmente suplantada das relações sociais e econômicas e continua desempenhando um papel importante na sociabilidade de algumas comunidades.

Partindo desses pressupostos, este estudo buscou evidenciar a coexistência de relações de troca e reciprocidade na Ilha do Mel tendo em vista a atividade da pesca coletiva da tainha. Para além da importância econômica, essa atividade é permeada de relações culturais e simbólicas que reproduzem saberes-locais, tradições e memórias históricas da comunidade.

Tendo a teoria da reciprocidade como pano de fundo, esta pesquisa concentrou uma investigação a partir das contribuições de Karl Polanyi (2000; 2012), Eric Sabourin (2011a; 2011b) e Dominique Temple (2003; 2009) para uma leitura das práticas, relações e estruturas de reciprocidade presentes em dois grupos de pescadores da Ilha do Mel. Polanyi (2012) classifica três formas de integração social: *reciprocidade*, estruturada em grupos simetricamente ordenados; *redistribuição*, onde há um centro de poder no interior do grupo; e *troca*, caracterizada pelo sistema de mercado. Para o autor, essas formas de integração, mesmo diferentes, coexistem em quase todos os grupos sociais.

Sabourin (2011b) e Temple (2009) explicam que essas formas de integração social, apesar de coexistirem em quase todos os sistemas econômicos, revestem graus de importâncias diferentes dentro de cada grupo e produzem valores materiais, éticos e afetivos. Geralmente, existe uma predominância de uma forma sobre as demais dependendo das estruturas que as compõem. É importante salientar que essa coexistência não implica que tais formas de integração não sejam conflitantes, pelo contrário, Polanyi (2012) identifica que a reciprocidade e a redistribuição são categorias específicas, mas que coexistem, sendo geralmente antagônicas à lógica da troca mercantil.

É partindo destas reflexões teóricas que essa pesquisa analisa as atividades socioeconômicas de dois grupos de pescadores da Ilha do Mel. Esses grupos dividem suas atividades econômicas em dois setores: o turismo e a pesca artesanal. As principais atividades, do ponto de vista da produção material, são as voltadas ao turismo de verão, tais como: o comércio, a administração das pousadas, o transporte de bagagens entre outras. No inverno, quando o número de turistas reduz drasticamente, a atividade econômica mais comum é a pesca artesanal. Entre os meses de maio e julho, a comunidade local se dedica à pesca da tainha, que é a atividade econômica mais tradicional.

Nesse sentido, esta pesquisa responde as seguintes questões: **quais suportes institucionais estruturam as práticas e as relações de reciprocidade nos grupos de pescadores da Ilha do Mel? De que forma a pesca coletiva da tainha, mediante a reprodução das relações de reciprocidade, pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável?**

A teoria institucional de Polanyi (2000; 2012) supõe que os diferentes modelos de integração social (reciprocidade, redistribuição e troca), são formados por suportes institucionais específicos, sendo eles: a estrutura de parentesco e de aliança no caso da reciprocidade; a existência de um centro de poder no interior do grupo no caso da redistribuição; e um sistema livre de mercado no caso da troca. Assim, entende-se por suportes institucionais as bases sociais e econômicas sobre as quais as relações humanas são estruturadas; os laços de parentesco, por exemplo, podem ser um suporte institucional de uma relação de reciprocidade, assim como o sistema de mercado pode ser um suporte institucional numa relação de troca.

Segundo Temple (2009), um elemento central da teoria da reciprocidade é que as relações de reciprocidade podem ser classificadas em algumas estruturas elementares (binárias, ternárias, centralizadas, etc.). As relações de reciprocidade, de acordo com a sua estrutura, podem gerar, além de valores materiais ou instrumentais, diferentes sentimentos e valores éticos, constituintes dos laços sociais. De acordo com Temple (2009), é para manter o

laço social, preservando assim a geração de valores afetivos e éticos, que as comunidades adotam, ou reproduzem práticas e relações de reciprocidade.

A primeira hipótese testada nesta pesquisa é que, mesmo coexistindo as relações de reciprocidade e troca, existe uma predominância das relações sociais e econômicas de reciprocidade por meio da pesca coletiva. A principal hipótese testada, complementar da primeira, foi que os valores gerados pela atividade de pesca coletiva contribuem para a subsistência material e a reprodução social desses grupos.

Diferente das atividades predominantemente mercantis, as relações sociais e econômicas destes pescadores fortalecem os laços de identidade cultural e solidariedade na comunidade local, além do respeito e cuidado com o meio ambiente e seus ecossistemas, ou seja, as relações de reciprocidade presentes nesta atividade possibilitam alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, **o objetivo principal desta pesquisa foi identificar e qualificar as práticas, relações e estruturas de reciprocidade presentes na pesca coletiva da Ilha do Mel analisando suas implicações para um desenvolvimento local/territorial mais sustentável.** Outros objetivos foram: identificar quais suportes institucionais estruturam as práticas e relações de reciprocidade nos grupos de pescadores; qualificar e comparar as relações de reciprocidade existentes entre as duas comunidades pesqueiras; e analisar as integrações sociais e suas implicações aos modelos de desenvolvimento.

1.2 OS PESCADORES DE TAINHA E SEU TERRITÓRIO: SUJEITOS E OBJETO DA PESQUISA

O conceito de território é fundamental à interpretação das relações sociais e econômicas dos pescadores da Ilha do Mel. Etimologicamente o termo território possui dupla conotação, material (terra) e imaterial (terror), ou seja, está materialmente vinculado ao espaço geográfico-físico e

imaterialmente vinculado às relações humanas ocorridas neste espaço (HAESBAERT, 2008). No entanto, o conceito de território possui várias abordagens, que varia da geográfica à psicológica.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Partindo destas abordagens, Haesbaert (2007) agrupa o território a partir de quatro vertentes: a política, vinculada às relações de poder; a cultural, ligada à valorização simbólica; a econômica, que vê o território como fonte de recursos; e a natural, na qual o território é percebido como a base da relação homem-natureza. O autor propõe uma abordagem interdisciplinar do território a partir do binômio materialismo-idealismo e do binômio espaço-tempo na tentativa de cruzar as vertentes e superar as dicotomias.

Haesbaert (2008) afirma que o território está imerso em relações de dominação e apropriação, que variam da esfera de dominação material (política e econômica) à esfera de apropriação simbólica (cultural e subjetiva). A dinâmica de acumulação capitalista, que transforma tudo em mercadoria, fez com que a esfera material sufocasse a simbólica, impedindo muitas vezes a apropriação dos territórios. Porém, o autor enfatiza que todo território possui uma dinâmica material e outra simbólica que são indissociáveis, apesar de uma dinâmica muitas vezes se sobrepor à outra.

Na dinâmica material, o território é funcional e caracterizado pelo processo de dominação, no qual o valor de troca viabiliza o controle; na dinâmica simbólica, o território é cultural e caracterizado pelo processo de

apropriação e de valorização imaterial, nesta dinâmica, é possível, inclusive, uma territorialidade sem território (HAESBAERT, 2008).

Mais importante, contudo, do que esta caracterização genérica e aparentemente dicotômica, é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura (HAESBAERT, 2008, p. 23).

Na Ilha do Mel, as relações de dominação e apropriação, foram geográfica e historicamente construídas nas relações: ambientais, a partir das Unidades de Conservação (1982 e 2002); econômicas, a partir do crescimento da atividade turística (na década de 1980); e culturais, a partir do reconhecimento do seu patrimônio material e imaterial (1975).

Os pescadores de tainha da Ilha do Mel estão imbricados destas relações que, de um lado é marcado pelas relações de troca (dominação), e de outro, pelas relações de reciprocidade (apropriação). Isso não significa uma dicotomia explícita entre o material e o simbólico, mas, como defende Haesbaert (2008), a comunidade conjuga as relações de dominação e apropriação, assim como conjuga as relações de troca e reciprocidade. O território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico.

1.2.1 O território da pesca e do turismo

A presença de sambaquis² na Ilha do Mel revela que os primeiros habitantes ocuparam esse território há mais de 2000 anos, visto que as datações dos sambaquis encontrados no litoral do Paraná são de 2000 a 8000

² Termo guarani que significa amontoado de conchas, “tamba = concha e KI = monte; casqueiro, ostreiro, concheiro, berbigueiro” (PARANÁ, 2006, p. 408).

mil anos atrás. Esses pescadores-coletores tinham como base alimentar peixes, moluscos, crustáceos, caça e frutos silvestres, consumiam os alimentos e depositavam seus restos no mesmo local formando grandes montanhas de conchas. No sambaqui do Guaraguaçu, distante aproximadamente 20 km da Ilha do Mel, as escavações arqueológicas encontraram restos de fogueiras e objetos de pedra lascada, semipolida e polida (PARANÁ, 2006). Os sambaquieiros³ tinham baixa mobilidade e desfrutavam ao máximo dos recursos naturais fornecidos pelos ambientes costeiros (FARIAS, 2013).

Coincidentemente ao declínio da ocupação dos sambaquieiros, cerca de 2000 anos atrás, grupos ceramistas⁴ passaram a ocupar o litoral paranaense (BROCHIER, 2003). Assim como os sambaquieiros, esses grupos desfrutaram ao máximo dos recursos naturais da costa, acrescentando o cultivo do milho, mandioca, feijão, batatas e abóboras (FARIAS, 2013). São com os grupos ceramistas que os portugueses farão os primeiros contatos no final do século XVI, principalmente na ilha da Cotinga, distante cerca de 20 km da Ilha do Mel.

A ocupação da Ilha do Mel ocorreu, definitivamente, em 1767, quando o Rei Dom José I ordenou a construção da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, com o intuito de proteger o porto de Paranaguá dos espanhóis. Neste período deu-se início a formação de vilarejos, nos quais seus moradores cultivavam o modo de vida caiçara praticando a pesca e agricultura de subsistência; também fixaram moradia na região “os primeiros *práticos* da baía, responsáveis por guiar as embarcações em segurança até o Porto de Paranaguá” (IPHAN, 2012, p. 24). Em 1872, Dom Pedro II ordenou a construção do Farol das Conchas, com o objetivo de orientar os navegadores que adentravam a baía (IPHAN, 2012).

As primeiras movimentações turísticas na Ilha do Mel iniciaram em 1900, sobretudo, no norte da ilha onde está localizado o Farol e a Fortaleza.

³ Habitantes dos sambaquis.

⁴ Há controvérsias entre os pesquisadores sobre quais eram a tradição desses grupos, uns apontam para a tradição tupi-guarani e itararé, outros para tupiniquins e carijós.

Eram famílias de classe alta, vindas de Curitiba, que passavam o verão no litoral (KRAEMER, 1978), acomodavam-se em casas de veraneio ou no único hotel que havia na região (IPHAN, 2012). Até 1942 o turismo vinha aumentando a cada ano, foi quando o governo brasileiro posicionou-se contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial e a Ilha do Mel tornou-se um local estratégico para a proteção do litoral. De 1942 a 1945 é vedado o acesso de civis à ilha por ser considerada uma zona de guerra, as casas foram desapropriadas para dar lugar aos soldados e as famílias de origem alemã que tinham casas na ilha tiveram seus bens confiscados pelo governo (TOMASINI, 2001; KRAEMER, 1978).

Após a Segunda Guerra, o veraneio e o turismo decaíram, e a pesca, que já era a principal atividade econômica dos moradores, passou a ser a única, complementada pelo cultivo da mandioca. Na década de 1970 a Ilha do Mel volta a ser um atrativo turístico, agora na região sul da ilha e com um perfil de turista diferente; segundo Schena (2006) são jovens em busca de isolamento da vida urbana. Esses turistas buscavam na Ilha do Mel maior contato com a natureza e acampavam de maneira improvisada, trata-se de um movimento de retorno ao campo que ganhou proporções maiores na década de 1970, com o movimento de contestação (IPHAN, 2012).

A intensificação do turismo na ilha ocorreu na década de 1980 com a instalação da energia elétrica, a construção dos trapiches e a regularização do transporte marítimo, se “o visitante da década de 1970 apreciava acampar de maneira mais rústica e improvisada possível, na década de 1980 inicia-se um turismo mais dependente de certos confortos” (IPHAN, 2012, p. 32). A energia elétrica foi implantada em 1988, através de geradores a diesel, dez anos depois, em 1998, são instalados cabos submarinos. Os trapiches também foram construídos neste período como consequência da regularização do transporte marítimo.

Segundo Esteves (2004 *apud* IAP, 2012), o crescimento do turismo promoveu a degradação da qualidade de vida da população, isso porque a mão de obra local foi alocada em atividades como transporte de bagagens, coleta de lixo e serviços de limpeza, ficando a cargo dos empreendedores *de fora* o

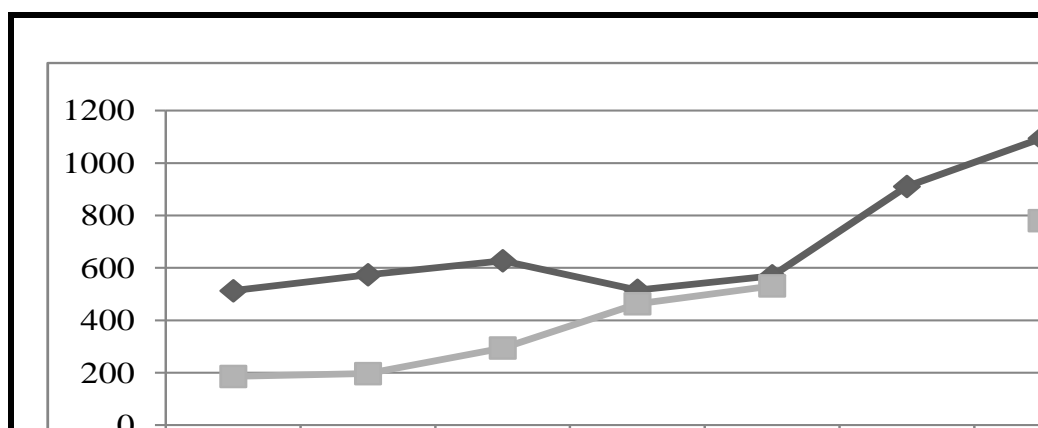
gerenciamento dos maiores lucros com o turismo. O aumento do fluxo turístico na ilha também aumentou o consumo de drogas e a violência, além dos problemas de saneamento, pois a população residente aumentou 90,6% de 1970 a 2010 sem infraestrutura adequada.

A Ilha do Mel possui seis vilas: Nova Brasília, Encantadas, Vila do Farol, Fortaleza, Praia Grande e Ponta Oeste. Segundo Figueiredo (1954 *apud* IAP, 2012), na década de 1950 havia 513 habitantes na Ilha do Mel considerando os permanentes e temporários: 185 na Ponta Oeste, 144 em Encantadas, 125 na Fortaleza e 59 na Vila do Farol, na época, Nova Brasília e Praia Grande eram consideradas juntamente ao Farol. No censo do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná realizado na década de 1980 foram registrados 606 moradores permanentes, sendo 211 na Ponta Oeste, 204 em Encantadas, 90 na Nova Brasília, 85 na Vila do Farol e 16 na Fortaleza.

As décadas de 1980 e 1990 marcaram mudanças significativas na distribuição populacional da ilha. A comunidade da Ponta Oeste, por exemplo, praticamente deixou de existir, pois a escassez de peixes, devido ao fluxo de embarcações ao porto de Paranaguá, e a iniciativa política para implementação da Estação Ecológica em 1982 fizeram com que os moradores migrassem para Paranaguá ou para outras comunidades da Ilha. Alguns resistiram até 1992, mas a energia elétrica não chegou até o povoado e em 2012 apenas um morador estava na região (IAP, 2012). Outra comunidade que diminuiu devido às políticas ambientais foi a de Fortaleza.

Enquanto a região norte da ilha estava passando por um processo de diminuição de sua população, a região sul, onde se encontra a Vila de Encantadas, estava sofrendo com a pressão imobiliária por parte de veranistas (ATHAYDE; BRITEZ, 2005). O Gráfico a seguir mostra o crescimento populacional e a construção de casas na Ilha do Mel (GRÁFICO 1):

Gráfico 1: Crescimento populacional e número de casa na Ilha do Mel de 1950 a 2010.



Fonte: (SEMA, 1996) e (IAP, 2012).

Em 45 anos, de 1950 a 1995, a população oscila pouco enquanto o número de casas cresce quase 200%, são casas de veraneio construídas geralmente de forma irregular. Em 1996 são registrados 570 moradores na ilha, sendo 232 na Vila de Encantadas, 171 em Nova Brasília, 126 na Vila do Farol e 41 na Fortaleza (IAP, 2012). No censo do IBGE de 2000 havia 911 moradores na ilha e, segundo dados do IAP (2012), em 2010 havia 1.094 moradores e 780 edificações. Esse aumento é resultado do crescimento do turismo na ilha, onde muitos parentes e amigos de moradores locais e pessoas de fora, a procura de oportunidades de negócio, vieram morar na Ilha do Mel (ATHAYDE; BRITZ, 2005). Atualmente, na Ilha do Mel, os nativos e os novos moradores têm o turismo como a principal atividade econômica.

Retomando a discussão sobre o território, Haesbaert (2007; 2008) aponta para um processo de (multi) territorialização, no qual se reconhece que o território não é estático e está em constante transformação, conjugando aspectos materiais e simbólicos. Nesse sentido, duas dimensões podem ser utilizadas na interpretação do território e da territorialidade na Ilha do Mel: a dimensão material da dominação e a dimensão simbólica da apropriação.

1.2.2 A pesca e o turismo: dominação e apropriação do território

Numa perspectiva econômica, a pesca e o turismo são as principais atividades que ligam indivíduo ao território na Ilha do Mel. Segundo Haesbaert (2008, p. 22), nesta dimensão material há duas formas distintas de produção do território: “os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana”.

Na década de 1970, a pesca na Ilha do Mel era dominada por uma família que detinham os materiais de pesca, os meios de transporte e o único armazém da ilha (KRAEMER, 1978). Foram eles que, na década de 1980, passaram a investir nas atividades turísticas e hoje, juntamente com os empreendedores de fora, são donos das principais pousadas, de barcos e comércios na ilha. As pessoas que antes pescavam para esta família, hoje possuem seus materiais de pesca, mas, quanto ao turismo, trabalham em funções secundárias que variam do transporte de bagagens à coleta de lixo.

Para os dominantes, que na perspectiva de Haesbaert (2008), privilegiam o caráter funcional e mercantil do território, a mudança da pesca para o turismo como principal atividade econômica representa um salto significativo para o desenvolvimento econômico da Ilha do Mel. Na perspectiva dos dominados o turismo também é visto com positividade, mas está mais relacionado com estratégias de sobrevivência, pois é do turismo que vem a renda destas famílias (IPHAN, 2012).

Na perspectiva cultural, Haesbaert (2008, p. 22) defende que, muitas vezes, “é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas mais radicais de apego às identidades territoriais”. Na Ilha do Mel, isso é percebido na prática da pesca, principalmente na pesca coletiva da tainha, na qual os pescadores enfatizam a manutenção da tradição como elemento motivador da continuidade da pesca.

O valor simbólico da tradição cultural protagoniza o território da pesca. O “período do inverno, especialmente da pesca da tainha, marca uma época de dificuldades financeiras, mas também de relações mais próximas com a pesca e com a memória da comunidade.” (IPHAN, 2012, p. 57). Na pesca também há um processo de apropriação simbólica do território.

Na Ilha do Mel três categorias distinguem os grupos que ocupam (dominação ou apropriação) o território: o “nativo”, o “de fora” e o turista. O nativo é o filho de moradores que está há gerações na ilha; o “de fora” é aquele que passou a morar recentemente na ilha, casando com algum nativo ou adquirindo algum imóvel; o turista⁵ é o visitante temporário que não estabelece vínculo duradouro com a comunidade (IPHAN, 2012). Se os “de fora” são os protagonistas do território na época do turismo, o “nativo” é o protagonista deste território na época da pesca.

Além do turismo, outro aspecto que mudou significativamente o modo de vida da população nativa e sua relação com o território foi a implantação das Unidades de Conservação. A Praia do Miguel, por exemplo, até a década de 1980, era constituída de uma pequena vila de pescadores-agricultores que mantinham uma estreita ligação com a terra e o mar. Segundo relato de um pescador, na Praia do Miguel havia muitas casas e os moradores cultivavam bananas, abóboras e principalmente a mandioca que, junto com o pescado, constituía a base alimentar da comunidade.

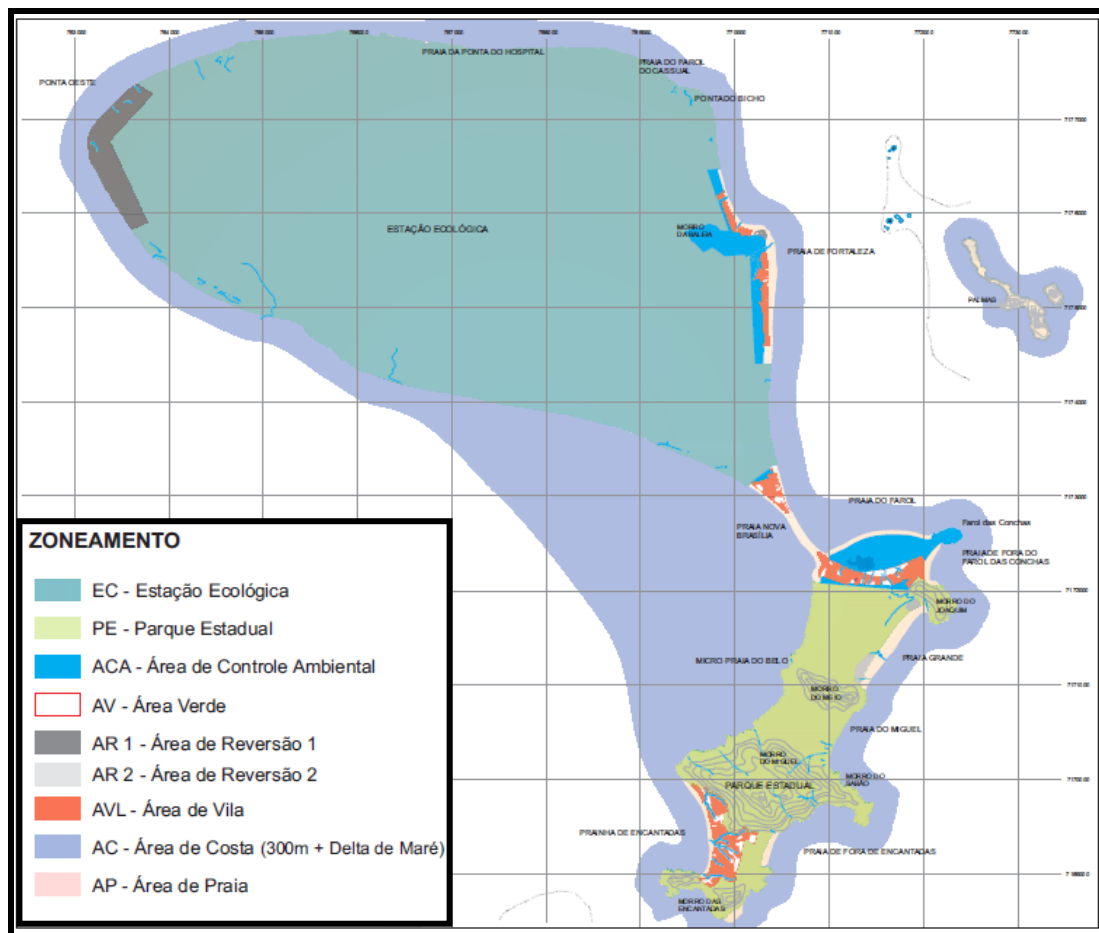
O mesmo pescador relatou que os morros que cercam a Praia do Miguel (Morro do Miguel e Morro do Meio) eram repletos de roças e que não faltava nada na Ilha do Mel daquela época. Alguns moradores vendiam os produtos cultivados ali e havia uma farinheira utilizada para processar a mandioca. Em 2002, com a implantação do Parque Estadual da Ilha do Mel, pelo Decreto 5.506/02, os moradores da Praia do Miguel foram remanejados para a Vila de Encantadas e a agricultura foi proibida para que o ambiente fosse preservado.

Todo esse processo de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2007) foi legitimado pela Lei 16.037 de 2009, que determina que a Ilha do Mel constitua uma região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná. A partir desta lei a Ilha do Mel teve seu território

⁵ Os turistas que possuem casas de veraneio na ilha são considerados “de fora” (IPHAN, 2012).

controlado e foi dividida em nove zonas, conforme indica o mapa a seguir (FIGURA 2):

Figura 2: Mapa de Macrozoneamento da Ilha do Mel.



Fonte: Anexo da Lei 16.037/09.

No mapa de zoneamento do Plano de Manejo, elaborado em 2012, a Praia do Miguel (localizada ao sul da ilha) aparece como Área de Ocupação Temporária, isso remete ao período da pesca da tainha (de maio a julho), em que os pescadores ficam acampados durante os meses de pesca.

Figura 3: Mapa de Zoneamento da Ilha do Mel do ano de 2012.



Fonte: IAP, 2012.

Segundo relatos dos pescadores, o IAP autoriza a utilização do espaço para acampamentos somente durante o período da pesca, depois disso os pescadores devem limpar o local e guardar o material utilizado (lonas, taquaras e madeira) para reutilizar no próximo ano.

CAPÍTULO 2: SOCIOECONOMIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Este capítulo sintetiza os referenciais teóricos deste trabalho propondo reflexões que possam contribuir para a análise das relações sociais e econômicas dos pescadores de tainha da Ilha do Mel. O primeiro subcapítulo apresenta a teoria de Karl Polanyi e sua contribuição para o entendimento dos aspectos econômicos das sociedades tendo em vista a superação das teorias economicistas; a teoria da reciprocidade é discutida no segundo subcapítulo, ela é central nesta pesquisa e aponta as bases conceituais e metodológicas que foram apropriadas na análise das relações dos pescadores da Ilha do Mel; e no terceiro subcapítulo é realizada uma síntese das reflexões teóricas atuais sobre o desenvolvimento territorial sustentável e busca-se um diálogo com a teoria de Polanyi para subsidiar a perspectiva analítica das relações de reciprocidade.

2.1 O LUGAR DA ECONOMIA NA SOCIEDADE: A TEORIA DE KARL POLANYI

Karl Polanyi (1886-1964) insere-se na corrente dos pesquisadores da sociedade capitalista de meados do século XIX e início do século XX. Sua teoria social faz uma interpretação histórica dos sistemas econômicos e suas estruturas institucionais, posicionando-se de forma singular frente às correntes liberais e marxistas do século XX.

Polanyi (2000; 2012) parte de estudos em história, sociologia e antropologia econômica para resgatar uma discussão sobre as organizações econômicas das sociedades pré-capitalistas, o objetivo é situar o papel da esfera econômica nessas sociedades comparando ao papel central que a esfera econômica desempenha na sociedade do capital.

Nesse resgate histórico, Polanyi (2000) identifica quatro formas de integração social, nas quais a economia está estruturada numa base institucional específica: domesticidade, que tem sua base institucional na autarquia; reciprocidade, que tem sua base na simetria dos indivíduos e grupos; redistribuição, com base num centro responsável pela arrecadação e distribuição; e troca que tem sua base institucional no mercado. Segundo Polanyi, essas formas de integração econômica coexistem em quase todas as sociedades, sendo que geralmente uma delas prevalece sobre as demais.

A domesticidade é a forma de integração social mais simples do ponto de vista da organização econômica, ocorre em uma sociedade autárquica e autossuficiente. A domesticidade e a reciprocidade são as formas de integração econômicas não monetárias. Porém, a reciprocidade é mais complexa do ponto de vista organizacional. Para Polanyi (2000), uma sociedade que desejasse organizar suas atividades econômicas com base nas relações de reciprocidade precisaria estabelecer grupos simétricos com fortes laços identitários.

As relações econômicas pautadas na redistribuição podem ser monetárias, mas não são mercantis e dependem de uma estrutura social viabilizada pela centralidade do poder. Este centro distribuidor é responsável pela organização social e econômica do grupo que pode ser uma sociedade complexa ou não-complexa.

Os bens são recolhidos e redistribuídos conforme a lei, o costume ou a decisão do poder central. Polanyi (2012) cita como exemplo a organização de um grupo de caçadores, no qual somente a divisão do trabalho pode garantir os resultados da caça. Assim, toda a caça é distribuída entre os caçadores. Em sociedades mais complexas, explica Polanyi (2012), a tributação em espécie é um método de redistribuição ao exemplo dos impérios Asteca, Maya ou Inca. Tanto na pequena comunidade como nas sociedades maiores a redistribuição

só pode ocorrer quando há canais pelos quais o movimento para o centro e o movimento posterior a partir dele podem se dar. É imperativo que haja certo grau de centralização. A organização central é vital, não apenas em termos políticos, mas também econômicos (POLANYI, 2012, p. 90).

A concepção de economia redistributiva de Polanyi (2012) é criticada pelos teóricos marxistas, em especial por Maurice Godelier (1969), que denunciam que Polanyi não reconhece o caráter opressivo do poder central. Uma crítica legítima, pois, assim como a reciprocidade assimétrica, a redistribuição opressiva gera dependência e submissão. Nesse sentido, pode-se categorizar a redistribuição em: democrática, quando a organização central é participativa e gera valores como pertencimento e equidade; e aristocrática, quando o poder central emana de um líder ou grupo e gera sentimento de dominação.

Por sua vez, as integrações econômicas de troca são estruturadas no sistema de mercado. A ascensão do mercado como sistema autorregulável colocou a troca como a forma de integração dominante na sociedade, mas isso não significa que as outras formas de integração tenham extinguido. Também não significa que as sociedades tendem a *evoluir* da domesticidade para a troca, mas, essas formas de integração coexistem em todas as comunidades, sendo que, geralmente, há sempre a hegemonia de uma sobre as demais.

Nas relações de troca no sistema de mercado tudo é transformado em mercadoria. Para Polanyi

a troca é um movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho que cada uma delas obtém dos termos resultantes [...] o escambo ou permuta é o comportamento de pessoas que trocam bens para obter o máximo proveito (POLANYI, 2012, p. 91).

Neste sistema a terra e o trabalho tornaram-se, assim como os produtos, mercadoria a serem compradas e vendidas no mercado. Polanyi (2000) enfatiza que a troca pode coexistir em meio às outras formas de integração, desde que esteja inserida nas relações sociais. A grande crítica de Polanyi com relação ao sistema de mercado é que este busca organizar-se pelas suas próprias leis, inserindo a sociedade nas relações de troca.

Para definir troca mercantil Polanyi (2000) primeiramente distinguiu três formas diferentes de troca: a *troca operacional*, caracterizada pela simples

permuta; a *troca integrativa*, existentes nos sistemas econômicos com preços prefixados com ganhos repartidos; e a *troca decisiva*, na qual há um preço negociado com vistas ao lucro. Esta última corresponde ao tipo de troca que conduz o sistema capitalista.

A principal constatação de Polanyi, que se tornou sua crítica à economia capitalista, é que nas formas de integração social que predominavam antes do sistema capitalista (domesticidade, reciprocidade, redistribuição) a esfera econômica nunca esteve separada das outras esferas da sociedade, tais como a política, a religião, a cultura, a família, o feudo, sendo a economia controlada pelas relações sociais. Polanyi (2012) explica que o mercado é uma instituição que sempre existiu na história humana, porém, sua presença, até o século XVIII, foi fortemente enraizada (ou *embeddedness*⁶, nos termos do autor) nas relações sociais.

Quando o capitalismo se instaurou, na Inglaterra do século XVIII, o liberalismo econômico desequilibrou as instituições mais sólidas da sociedade e a inseriu num sistema que se pretendia autorregulável, no qual o mercado se estabelece como uma instituição *mater*. Em outras palavras, no credo liberal a sociedade passa a ser determinada pelas leis econômicas e a racionalidade mercantil passa a ser o princípio organizador das relações sociais. Segundo Cangiani (2012), nessa sociedade a subsistência material dos indivíduos não é mais garantida pelas relações sociais, sendo assim, todos devem recorrer ao mercado para “ganhar a vida”.

Para Polanyi (2000), a autorregulação do mercado não corresponde à realidade, pois o homem real não é motivado apenas por interesses econômicos, como acreditavam os economistas liberais. Mesmo equivocado, o determinismo economicista atravessou o século XIX e chegou ao século XX como a racionalidade econômica predominante. Essa racionalidade influenciou uma corrente da ciência que cunhou o conceito de *homo economicus*. Segundo Zaoual (2010), esse conceito reduz o homem a uma condição irracional de produção e consumo, em que as dimensões culturais, sociais, ecológicas entre

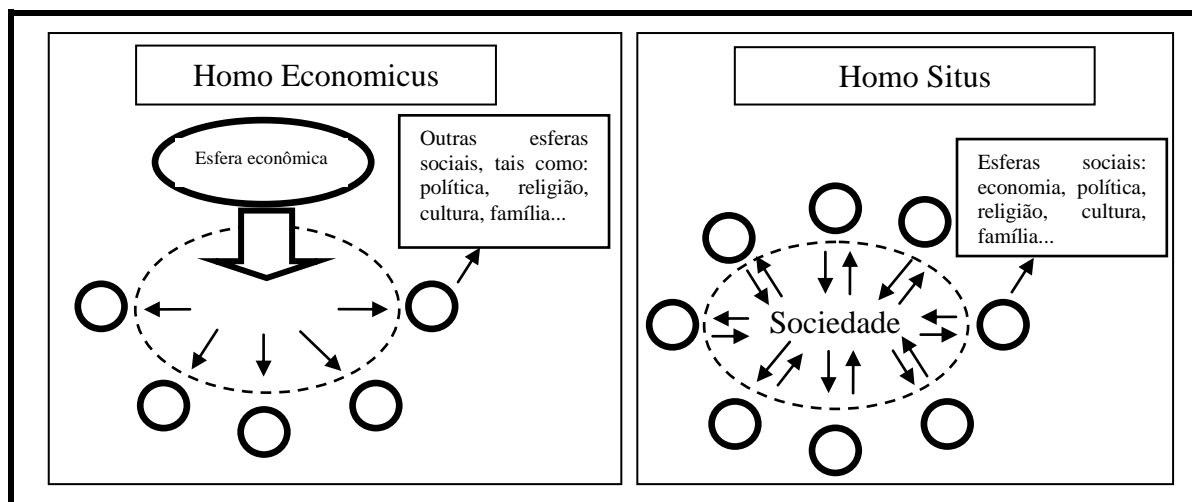
⁶ Lisboa (2000) traduz a palavra *embeddedness* como embebedimento, incrustação, imersão.

outras, são comprimidas na noção de utilidade. Apesar da tentativa, essa concepção da racionalidade econômica, não é capaz de interpretar o homem em suas complexidades, ou seja, é uma falácia.

Contrapondo o *homo economicus*, Zaoual (2010) propõe o conceito de *homo situs*, buscando inserir, na interpretação do homem, dimensões não alcançadas pela concepção economicista. Uma das características do *homo situs*, a despeito de sua invisibilidade, é sua interação com o território. Diferente do *homo economicus*, a ideia do homem situado admite a interação, o comportamento do indivíduo é analisado na pluralidade de suas motivações a partir da dinâmica do seu sítio simbólico de pertencimento, o “caráter social e territorial do *homo situs* matiza fortemente os pressupostos do modelo do *homo oeconomicus*” (ZAOUAL, 2010, p. 25), recompõe seus interesses sob os efeitos da sua reputação e estima sempre em conformidade com o seu meio social e ecológico.

A análise de Zaoual (2010) corrobora com as preposições de Polanyi (2012), pois ambos reconhecem as motivações não mercantis e as economias não monetárias nas relações socioeconômicas. Os autores proporcionam uma visão integral sobre a economia diferente daquela fomentada unicamente pela racionalidade instrumental. A hegemonia da racionalidade econômica criou um sistema autorregulável que se coloca acima da sociedade, ignorando as relações sociais na qual o *homo situs* está inserido. O esquema a seguir ilustra esta constatação (FIGURA 4):

Figura 4: Representação esquemática do lugar da economia na sociedade.



Fonte: esquema elaborado pelo autor.

Partindo do pressuposto de que a economia é um dentre os demais sistemas que operam a vida em sociedade não se pode negar que as relações de troca mercantil têm efeito sobre as interações humanas, bem como não se pode negar a existência de outras relações no convívio em sociedade.

Refletindo sobre o lugar da economia na sociedade moderna, Polanyi propõe que a economia volte a ser controlada pelas relações sociais, mas com base “na vida social moderna, racional, diferenciada, aberta e dinâmica, e, primordialmente, por meio de instituições políticas que permitam a liberdade dos indivíduos” (CANGIANI, 2012, p. 31). Polanyi não defende o retorno da economia ao estado anterior de enraizamento, mas propõe um controle social dos processos econômicos.

A contribuição de Polanyi para se pensar as relações econômicas das sociedades modernas, está no reconhecimento da pluralidade econômica (ALVES e BURSZTYN, 2009). Polanyi (2000; 2012) parte da definição conceitual de economia formal e substantiva para depois conjugá-las e admitir que na modernidade a domesticidade, reciprocidade, redistribuição e troca são reagrupadas em três formas de economia ora separadas, ora simultâneas: 1) mercantil, fundada nas relações de troca; 2) não-mercantil, fundada sobre as relações de redistribuição; e 3) não-monetária, fundada na domesticidade e na reciprocidade.

A ascensão e consequente controle do mercado na sociedade ocidental enquadrou o conceito de economia em uma racionalidade unicamente instrumental, na qual os *meios* instrumentais formam o princípio organizador da sociedade para *fins* econômicos (FERNANDES, 2008). Como consequência, essa racionalização do processo produtivo provocou alterações em todos os aspectos da vida social, inclusive no meio científico onde o próprio conceito de economia passou a ser sinônimo de sistema de mercado.

Polanyi busca reconstruir o conceito de economia a partir da fusão de seus dois sentidos: o formal e o substantivo. Segundo Polanyi (2012), o conceito formal de economia está vinculado à ideia de economizar, ou seja, adquirir algo com baixos preços e a partir dos recursos disponíveis. Já o sentido substantivo de economia está ligado à subsistência humana no que tange a satisfação de suas necessidades através dos meios materiais.

Percebe-se que o sentido formal do termo econômico está pautado no acúmulo material, o lucro ilimitado é a finalidade última nessa concepção; o sentido substantivo dirige-se à satisfação humana como um fim almejado.

Em sua análise da história econômica das sociedades, Polanyi (2000) identifica que, mesmo existindo desde a antiguidade clássica, a economia formal nunca teve um papel tão central nas relações humanas como a partir do século XIX. Antes do domínio do sistema de mercado, a economia era um meio para satisfazer as necessidades humanas, ou seja, estava mais próxima do seu sentido substantivo. Nas sociedades mercantis o objetivo é o ganho monetário, enquanto noutras economias, como aquelas construídas sobre as relações de reciprocidade e redistribuição, o objetivo “é a reprodução material da própria vida” (LISBOA, 2000, p. 2). A economia de mercado proporcionou mudanças que ultrapassam a esfera econômica, “de meio para satisfazer as necessidades, a economia transforma-se em finalidade da vida humana” (FERNANDES, 2008, pg. 13).

2.2 DO PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE À TEORIA DA RECIPROCIDADE

Numa sociedade cada vez mais global e mercantil a lógica da reciprocidade foi colocada às margens até mesmo entre os discursos dos cientistas sociais. Porém, as relações e práticas de reciprocidade nunca deixaram de existir, até porque a globalização mercantil não é um processo unilinear e irreversível.

O princípio da reciprocidade corresponde a uma relação intersubjetiva e não somente a uma troca operacional de bens ou objetos como comumente é confundido. Mesmo que o termo troca seja polissêmico e não corresponda somente à racionalidade econômica, Sabourin (2011a) enfatiza a necessidade de um entendimento do princípio da reciprocidade para desvinculá-lo das relações de troca que implicam a noção de lucro ou mesmo a noção de equivalência. Para o autor o princípio da reciprocidade privilegia o ato enquanto o princípio da troca privilegia o objeto e o interesse privado.

O princípio da reciprocidade e sua consequente diferenciação quanto ao princípio da troca é motivado pelos estudos pioneiros de Marcel Mauss e George Simmel, e também pelas abordagens antropológicas de Bronislaw Malinowski e Claude Lévi-Strauss. A partir de uma abordagem etnológica, Mauss é responsável por redescobrir a dádiva nas comunidades *primitivas* e acreditar ser ela um elemento oposto à troca mercantil e fundamental para as relações humanas (SABOURIN, 2011a).

Mauss acreditava que a dádiva insere valores éticos nas prestações econômicas, ou seja, enquanto a troca mercantil é motivada por interesses privados, a dádiva-troca é motivada por nobreza e honra. “Mauss compreendeu que na dádiva, ao contrário da troca, é o ato, portanto a relação humana que está acima do valor material da prestação, lhe conferindo um valor moral.” (SABOURIN, 2011a, p. 30).

Simmel, a partir de uma abordagem sociológica, define a reciprocidade como responsável pela coesão social e permite diferenciá-la mais precisamente da troca. Para o autor, que concebe as relações sociais como

acima dos indivíduos, o efeito da reciprocidade nas relações sociais é mais amplo que o efeito da troca, possibilitando a ela um poder coercitivo (SABOURIN, 2011a).

As abordagens antropológicas de Malinowski e Lévi-Strauss permitem a compreensão das estruturas de reciprocidade que, posteriormente, serão discutidas por Temple (2003). Malinowski “identifica a reciprocidade em torno da complementaridade econômica entre os grupos que dá lugar a prestações mútuas de alimentos [kula], comparáveis às dádivas relatadas por Mauss” (SABOURIN, 2011a, p. 27). Para ele, no princípio da reciprocidade está a base das estruturas sociais e dos valores morais de uma sociedade. Porém, preso a uma concepção funcionalista da época, não avança quanto às formas pelas quais esses valores são construídos.

Lévi-Strauss (1949) percebe no casamento exogâmico uma base da reciprocidade, pois, para ele, a proibição do incesto é uma estrutura inconsciente que obriga a aliança entre grupos não como fato genético, mas social. Ele pensa a reciprocidade como um elemento social universal, para depois submetê-la a uma estrutura generalizada de troca, ou seja, a reciprocidade se tornou subestrutura da troca. Como “a exogamia, a proibição do incesto é uma regra de reciprocidade: renuncio a minha filha ou a minha irmã com a condição de que meu vizinho renuncie, igualmente, as suas” (LEVI-STRAUSS, 1949 *apud* SABOURIN, 2011a, p. 32).

A partir de então reciprocidade e troca passam a se constituir como conceitos semelhantes e facilmente confundidos nas análises sociais, antropológicas e econômicas. Nos últimos anos, a teoria da reciprocidade vem passando por uma renovação. Pesquisadores na França como Dominique Temple (2003; 2009) e Mireille Chabal (1996), na América Latina como Javier Medina e Jacqueline Micheux, e no Brasil como Eric Sabourin (2011a; 2011b), têm fundamentado e aplicado a teoria da reciprocidade em análises socioeconômicas contemporâneas. Esse reflorescer teórico tem como ponto central a produção de valores humanos nas relações de reciprocidade e busca diferenciá-la das relações de troca mercantil, produtora de valores materiais.

Polanyi (2000) identificou valores humanos ou morais produzidos nas relações de reciprocidade. Porém, não aprofundou suas análises sobre como tais valores são produzidos a partir das estruturas de reciprocidade (SABOURIN, 2011a). Essa análise, que deu vida à teoria renovada da reciprocidade, foi realizada, principalmente, nos estudos de Temple (2003), Chabal (1996) e Temple e Chabal (1995), que resgataram estudos de Lupasco (1951) para explicar a lógica ternária da reciprocidade e identificar, a partir dela, a produção dos valores.

Scubla (1985 *apud* SABOURIN, 2011a) identifica a presença de um terceiro na relação recíproca e explica que este é a chave para a teoria da reciprocidade: a lógica ternária. Sua constatação se fundamenta na análise da reciprocidade no ritual que tem um papel de coesão social no grupo, sendo assim, o rito a deus implica colaboração entre os homens. Noutras palavras, não é a reciprocidade entre os homens que produz o ritual a deus, mas deus (o terceiro) é quem induz os homens à reciprocidade. A contribuição de Scubla reside na identificação da lógica ternária e dos níveis do simbólico e do imaginário. Porém, não explica como uma relação de reciprocidade simétrica produz valor social (SABOURIN, 2011a).

Com o objetivo de precisar a produção de valores na reciprocidade, Temple (2009) faz uma análise das relações recíprocas a partir da lógica ternária de Lupasco (1951). Assim, cada um, da relação recíproca, tem a consciência elementar da realidade relativizada no outro, ou seja, entre os indivíduos há um terceiro, geralmente inconsciente, produzido na relação recíproca e que potencializa, conscientemente, o sentimento do outro em cada um dos indivíduos, esse sentimento é um reflexo de si, uma consciência da consciência que relativiza a dinâmica antagônica do eu e do outro e mantém o sentimento em ambos, simultaneamente.

Segundo Sabourin (2011b, p. 30), o “princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva entre pares ou grupos simétricos”, essa interpretação, para Sabourin, é própria da lógica binária (que considera apenas o objeto da dádiva no plano real, desconsiderando a mobilização da consciência dos sujeitos). É por isso que a teoria da reciprocidade recorre à

lógica ternária de Lupasco (1951) para identificar o *terceiro incluído* da relação, que faz da reciprocidade um princípio oposto ao da troca.

Temple e Chabal (1995) reconhecem a existência de várias formas de reciprocidade, sempre as diferenciando da troca através dos valores produzidos. O valor produzido na relação recíproca está no ato e implica valores éticos e afetivos, já o valor produzido na troca está na coisa e se utiliza de uma reciprocidade mínima para interesses complementares e materiais. A troca não cria valor, a reciprocidade cria valor ético e afetivo que se torna valor econômico em uma economia de reciprocidade.

Diferente de Polanyi (2000; 2012), que classificou as integrações sociais em três (reciprocidade, redistribuição e troca), a proposta de Temple (2003) contempla dois princípios econômicos: reciprocidade e troca, considerando a redistribuição uma variante da reciprocidade centralizada gerada numa estrutura específica. Desta forma, a teoria de Temple e Chabal (1995) considera que a reciprocidade possui diferentes níveis, formas e estruturas que formam um *sistema de reciprocidade*.

Os níveis da reciprocidade são categorizados por Temple e Chabal (1995) em: real, simbólico e imaginário. O nível real é onde ocorrem as prestações recíprocas concretizadas no ato, ou seja, é o nível da ação onde bens, serviços e saberes são compartilhados, onde ocorrem as cerimônias de casamento, as alianças, a ajuda mútua, a partilha. O nível simbólico é onde ocorrem as prestações para além do real, são as mesmas prestações elevadas ao nível do símbolo ou da linguagem. No nível do imaginário ocorrem as prestações recíprocas dos homens com o espiritual, através do ritual, por exemplo, mas que também implica reciprocidade entre os homens no campo da representação como identificou Scubla (1985 *apud* SABOURIN, 2011a).

Apenas para exemplificar, considera-se a sociedade feudal legitimada pelo imaginário cristão. Guerreiros, lavradores e padres mantêm relações recíprocas no plano real, garantindo a subsistência material de ambos; no plano simbólico, no qual cada grupo reconhece seu *status* e sua função social; e no plano imaginário, onde compartilham as mesmas representações religiosas que legitimam o sistema. Nessa sociedade a assimetria dos grupos

estabeleceu uma forma de reciprocidade negativa e/ou desigual, na qual os cavaleiros se tornaram senhores e os lavradores se tornaram servos.

A análise da reciprocidade também implica a consideração de três formas de reciprocidade: positiva, negativa e simétrica. Para Temple (2009), as formas de reciprocidade tem sua origem na oposição e uma oposição útil para explicar o sentimento da humanidade é aquela entre amizade e inimizade. Numa relação de reciprocidade positiva, por exemplo, a dádiva possui um princípio altruísta e estabelece um sentimento de amizade entre os indivíduos e/ou grupos da relação, já na relação de reciprocidade negativa, a vingança é a face oposta da dádiva e estabelece um sentimento de inimizade. Tanto a dádiva quanto a vingança não são atos deliberados, eles só têm sentido na reciprocidade e produzem valores, como confiança e afeto, no caso da dádiva e, coragem, respeito e lealdade, no caso da vingança.

Temple (2009) explica que a reciprocidade positiva e negativa podem se compensar e/ou se substituir, pois são equivalentes do ponto de vista das estruturas. Assim como na lógica de Lupasco (1951), a dinâmica antagônica da reciprocidade positiva e negativa podem se relativizar formando a reciprocidade simétrica, na qual o equilíbrio contraditório da amizade da dádiva e da inimizade da vingança gera a indecisão. Neste caso, nunca se sabe se o outro da relação é um futuro aliado ou opositor e é esta indecisão, entre o bem e o mal, que está na origem dos valores éticos. Temple (2009, p. 5) afirma que a “reciprocidade simétrica tem a peculiaridade notável de não levar a nenhuma forma de dominação e, portanto, não aparece em nenhuma relação de poder”.

Com relação às estruturas de reciprocidade, vale destacar que o termo estrutura é herdado da antropologia e designa uma organização que articula elementos que constroem as relações sociais. Segundo Chabal (2005), estruturas de reciprocidade articulam atos dos seres humanos que se legitimam graças à reciprocidade. Temple (2009) classificou em duas as estruturas elementares de reciprocidade: a binária (face a face e

compartilhamento) e a ternária⁷ (unilateral, bilateral e centralizada). Porém, reconhece a existência de estruturas intermediárias entre elas. Estas estruturas são matrizes que produzem sentimentos e valores específicos.

Na estrutura binária *face a face* duas partes estão frente a frente na relação de reciprocidade. Segundo Temple (1998), essa relação pode ocorrer entre indivíduos, famílias ou grupos e produzir formas positivas, negativas ou simétricas que, por vezes, geram valores diferentes. Na sua forma positiva, por exemplo, a reciprocidade binária *face a face* se estabelece numa dádiva altruísta e produz um sentimento de amizade entre os indivíduos ou grupos; na sua forma negativa, a vingança, produz a inimizade; quando simétrica, onde positivo e negativo se relativizam, gera um sentimento de indecisão, um valor ético.

A reciprocidade binária *face a face* também pode ocorrer entre indivíduos, famílias e grupos desiguais, neste caso, pode-se gerar um tipo de reciprocidade assimétrica que não pode ser confundida com as três formas de reciprocidade apresentadas (positiva, negativa e simétrica), o sentimento gerado na reciprocidade assimétrica é o da obrigação ou submissão, como ocorre na dádiva agonística. Segundo Mauss, a dádiva agonística é aquela onde o doador recebe fama e prestígio e o donatário apenas perde.

Sabourin (2011b, p. 35) apresenta exemplos da reciprocidade binária *face a face* em sociedades rurais contemporâneas no Brasil, ele explica que esse tipo de reciprocidade é típico nas relações de ajuda mútua entre agricultores e tem como resultado a produção do sentimento de amizade, “podendo se prolongar mediante alianças mais duradouras como o compadrio ou o casamento dos filhos”. O autor também enfatiza a produção de valores em reciprocidades assimétricas, onde o respeito, a submissão e a dependência reproduzem as desigualdades historicamente construídas como aquelas entre

⁷ As estruturas binárias e ternárias não têm relação com as lógicas binária e ternária apresentadas anteriormente. A estrutura (binária e ternária) é uma forma de organização social, enquanto a lógica (binária e ternária) designa perspectivas de interpretação das relações de reciprocidade.

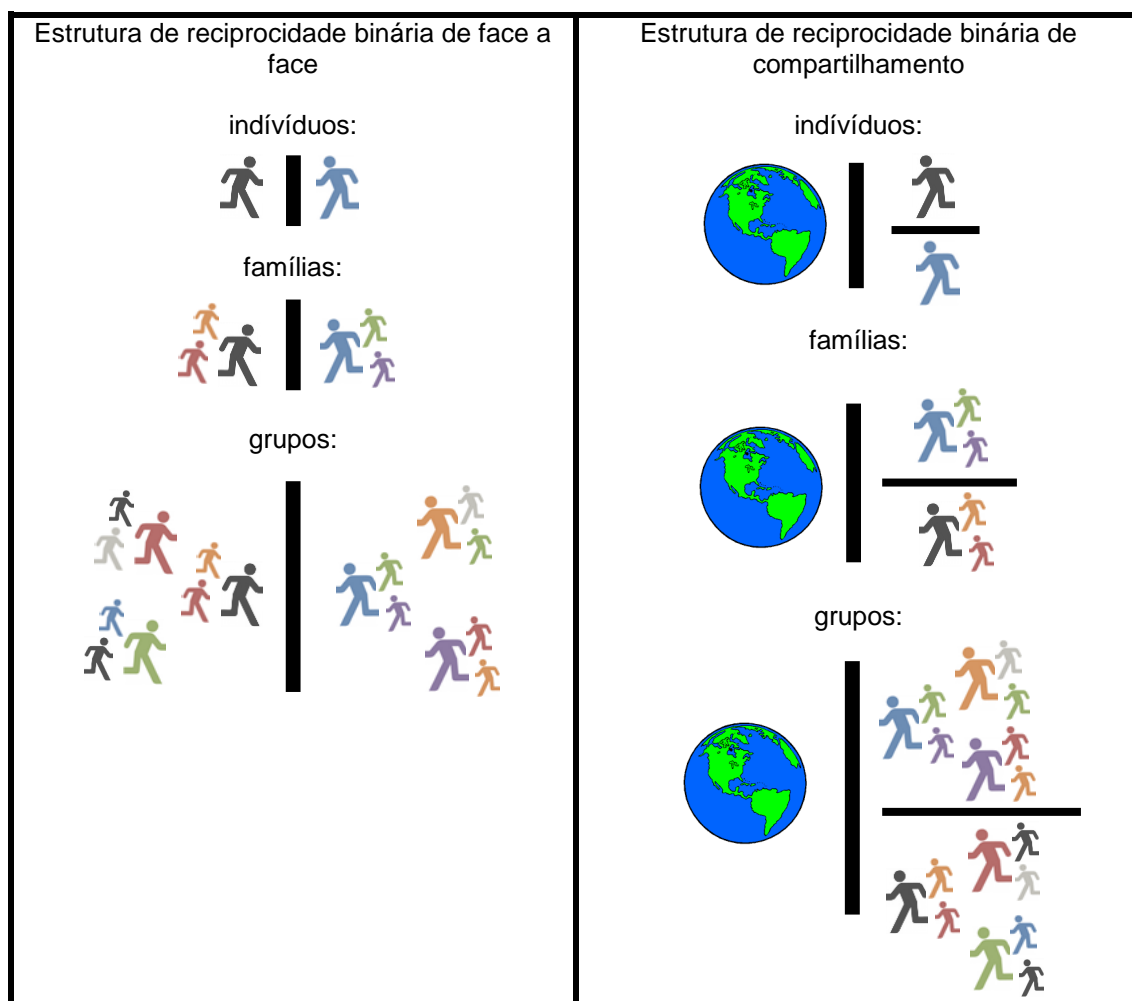
“colonos e índios, senhores e escravos, patrões e peões, proprietários e meeiros ou moradores” (SABOURIN, 2011b, p. 36).

A estrutura binária de *compartilhamento* é um prolongamento do *face a face* com a diferença de que há a partilha de algo em comum. Enquanto no *face a face* os indivíduos, famílias ou grupos estão frente a frente, no *compartilhamento* eles estão todos frente a todos, ligados pela partilha de um bem comum. Na sua forma positiva produz o sentimento de participação, união e confiança; na forma negativa, a vingança se reproduz através do bem comum e afeta a todos simultaneamente gerando intrigas e partidarismo que fragmentam o grupo; na estrutura simétrica há a indecisão, não se sabe se o outro é um futuro aliado ou adversário.

Chabal (2005) exemplifica a estrutura binária de *compartilhamento* em termos de consciência. Nessa relação de reciprocidade o sujeito tem sua consciência mobilizada na consciência alheia gerando quatro termos de consciência: dar e receber na sua consciência e dar e receber na consciência do outro, sendo este o espelho da sua própria consciência. Para Sabourin (2011b), o compartilhamento é facilmente identificado nas comunidades rurais, onde há uma gestão comum dos recursos naturais ou equipamentos de uso coletivo.

O esquema a seguir ilustra as estruturas binárias de reciprocidade (FIGURA 5):

Figura 5: Representação esquemática das estruturas binárias.



Fonte: esquema elaborado pelo autor a partir das leituras de Sabourin (2011a).

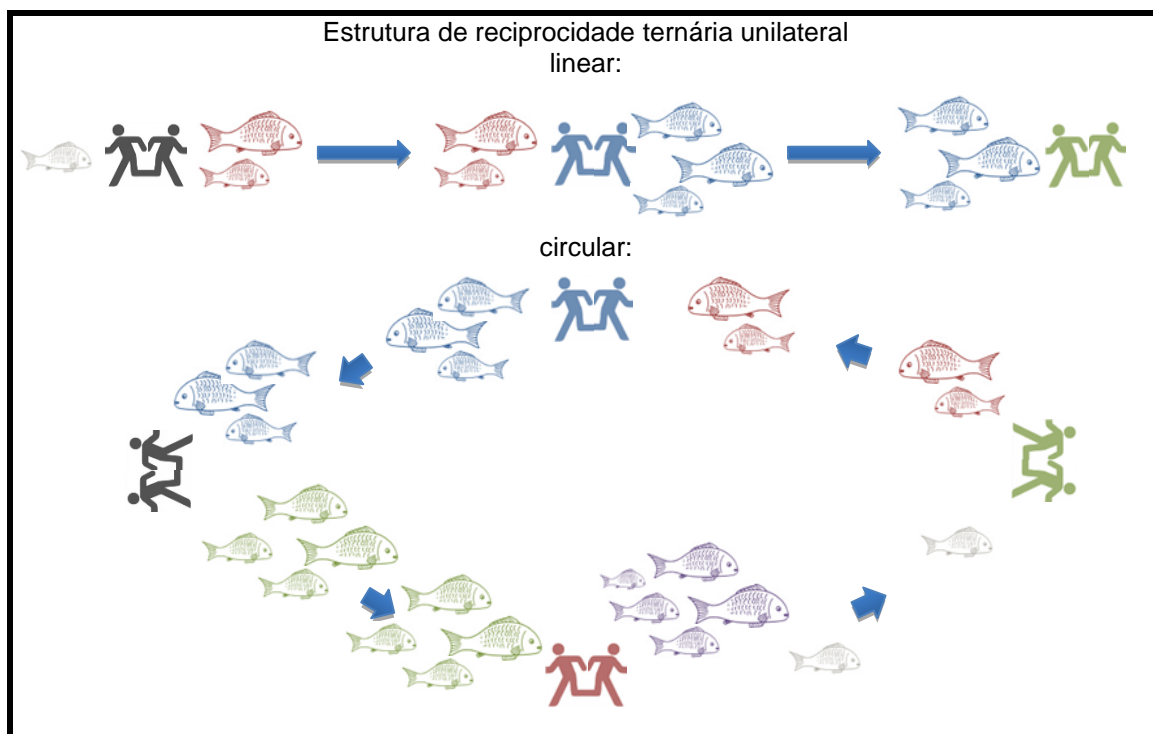
As estruturas ternárias de reciprocidade, segundo Temple (2009), implicam, pelo menos, três partes na qual um indivíduo atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo está sujeito à atuação de outro parceiro. Essas estruturas podem ser unilateral, bilateral ou centralizada.

A *estrutura ternária unilateral* é aquela que possibilita que quem recebeu a dádiva, ou a vingança a retribua para um terceiro sem haver mutualidade entre eles. Por ser linear e contínua, quem a recebe não retribui ao doador, neste caso seria binária. A maneira mais simples de explicá-la é na transmissão da dádiva entre as gerações que produzem sentimentos de responsabilidade, neste tipo de dádiva o doador procura doar o máximo possível para fortalecer o laço social (TEMPLE, 1998).

Polanyi (2012) explica que é possível uma reciprocidade unilateral em forma de círculo. O autor cita como exemplo famílias morando em cabanas que formassem um círculo no qual uma família poderia ajudar o vizinho da direita e ser ajudada pelo vizinho da esquerda sem manter qualquer mutualidade entre eles, formando um círculo infundável de reciprocidade. Outro exemplo, esse menos abstrato, é o de Malinowski (1976) que constata, entre os ilhéus trobriandeses, relações recíprocas, nas quais o irmão supria a família da irmã com produtos agrícolas e o mesmo ocorria com ele se fosse casado.

O esquema a seguir ilustra a estrutura ternária unilateral de reciprocidade (FIGURA 6):

Figura 6: Representação esquemática da estrutura ternária unilateral.



Fonte: esquema elaborado pelo autor a partir das leituras de Sabourin (2011a).

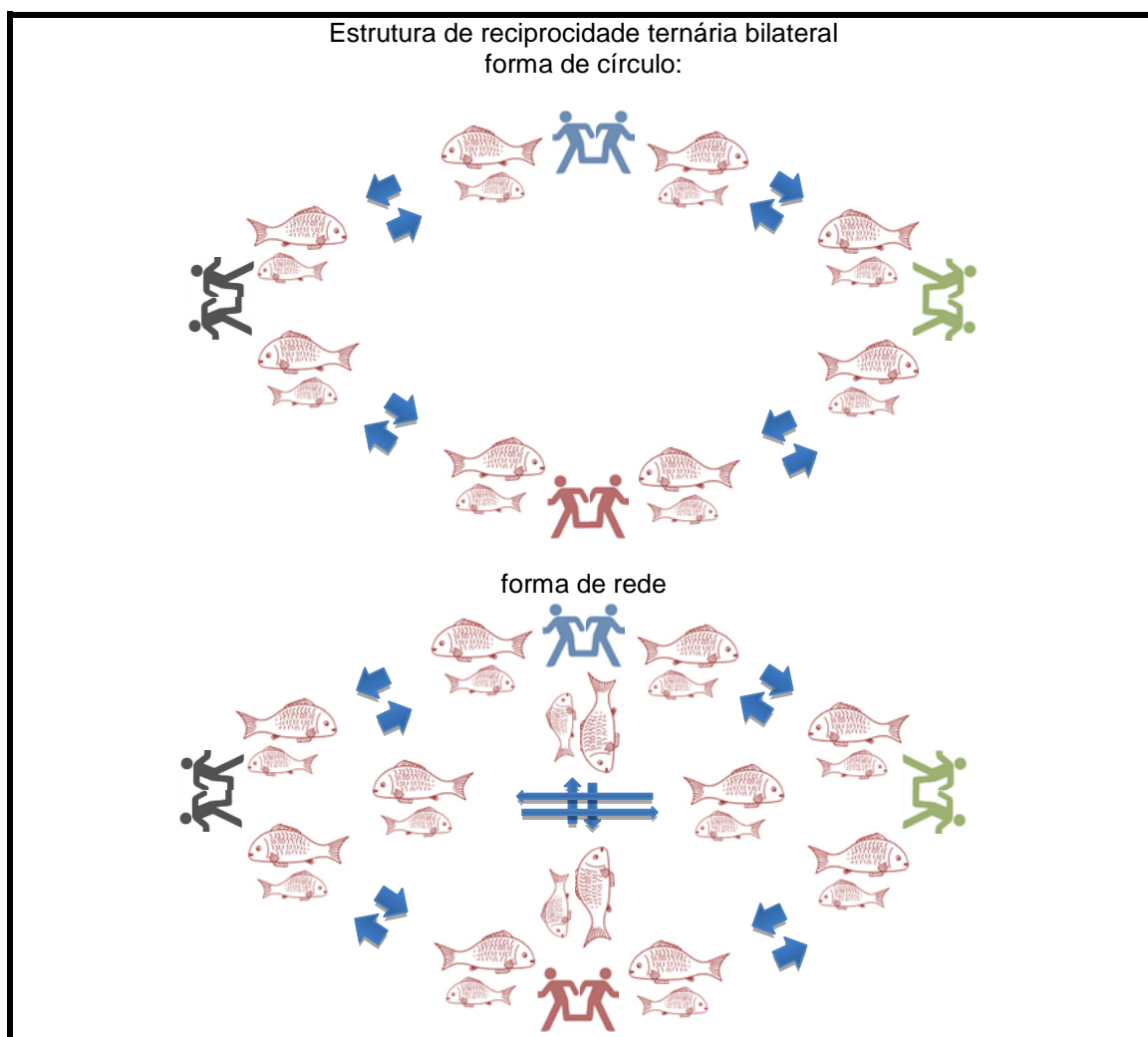
Diferente da unilateral, na *estrutura ternária bilateral*, a mutualidade é requerida e as prestações circulam em dois sentidos. Segundo Temple (1998), nessa estrutura o sentimento produzido é o da justiça e busca-se doar o suficiente para equilibrar a dádiva e possibilitar ao outro a retribuição justa. Sabourin (2011b) explica que a estrutura unilateral é fundamentada na lógica

da dádiva e, busca-se dar ao máximo para comprometer o donatário e fortalecer o laço social. Mas, na estrutura bilateral, fundamentada na lógica reciprocidade, busca-se a justiça e há uma preocupação em não dar demais a ponto de impossibilitar a retribuição justa do outro e fazê-lo perder o prestígio.

Segundo Temple (2009), na estrutura ternária bilateral, a cadeia é contínua e se fecha em forma de rede ou círculo. Em forma de rede é quando todos os parceiros mantêm mutualidade, em forma de círculo é quando a mutualidade não ocorre entre todos. Tomando o exemplo de Polanyi (2012), é como se as famílias das cabanas em círculo mantivessem mutualidade com o vizinho da direita e da esquerda (bilateral em círculo) ou se todas as famílias mantivessem mutualidade (bilateral em rede).

O esquema a seguir ilustra a estrutura ternária bilateral de reciprocidade (FIGURA 7):

Figura 7: Representação esquemática da estrutura ternária bilateral.



Fonte: esquema elaborado pelo autor a partir das leituras de Sabourin (2011a).

Quanto à *estrutura ternária centralizada*, esta não ocorre sem a legitimação de um centro de poder capaz de alocar as dádivas e organizar sua distribuição. A mutualidade ocorre entre os indivíduos, mas através do centro redistributivo que se torna um intermediário. Polanyi (2000) chama essa estrutura de *redistributiva* e aponta que ela pode ocorrer tanto em comunidades pequenas, como um grupo que se reúne para caçar, quanto em sociedades mais complexas, onde o estado através da tributação promove a distribuição de renda.

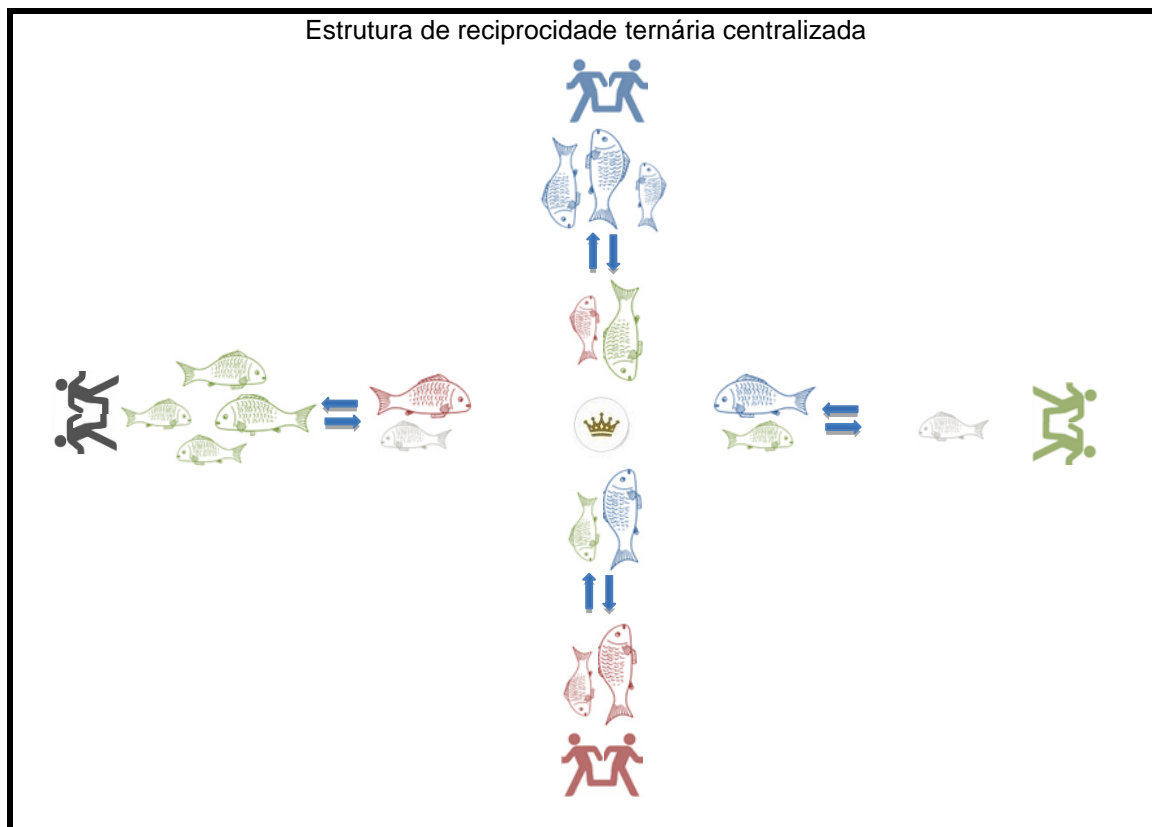
Assim como no caso de grupos assimétricos a reciprocidade pode gerar submissão e dependência, a reciprocidade centralizada ou redistribuição pode legitimar a dominação de um líder ou grupo que está no poder. Esse

caráter opressivo e aristocrático da reciprocidade centralizada é denunciado por Godelier (1969) na sua crítica ao pensamento de Polanyi.

Sabourin (2011a) destaca que esse centro de redistribuição (o chefe ou o estado, no caso dos exemplos de Polanyi) torna-se uma autoridade suprema. Temple (1998) destaca que os sentimentos gerados a partir da estrutura de reciprocidade centralizada é o da obediência ao centro, esse sentimento é gerado a partir de uma confiança não espontânea.

O esquema a seguir ilustra a estrutura ternária centralizada de reciprocidade (FIGURA 8):

Figura 8: Representação esquemática da estrutura ternária centralizada.



Fonte: esquema elaborado pelo autor a partir das leituras de Sabourin (2011a).

Segundo Temple (1998), nas estruturas ternárias ocorre um processo de individualização da consciência. Sabourin (2011a) explica que nas estruturas binárias a consciência de cada um é refletida no outro em forma de consciência da consciência ou terceiro incluído. Nas estruturas ternárias o face

a face é quebrado e o sentimento compartilhado em comum se transforma em responsabilidade individual.

Nas palavras de Chabal (2005), citado por Sabourin (2011a, p. 55),

cada ato (e a sua consciência) precisa de seu oponente para ter um significado, mas cada parceiro só vê no outro a metade da consciência da consciência, que está completa somente em si próprio. É o princípio da individualização. Assim, o sujeito esquece a estrutura de reciprocidade que lhe deu a luz. Obviamente, se ele esquecer também a prática da reciprocidade (e praticar apenas a troca interessada), ele perde sua alma!

A teoria da reciprocidade amplia a possibilidade de construção de sistemas econômicos mais humanos que insiram alternativas às lógicas unicamente mercantis. Há uma grande diferença entre a reciprocidade das trocas, na qual a dádiva é privatizada entre os atores, e a reciprocidade das dádivas, na qual a dádiva é refletida na consciência dos atores ou na responsabilidade individual. Para sair da lógica privada, a teoria da reciprocidade propõe uma economia mais humana, na qual o princípio da reciprocidade seja a lógica da produção para superar a hegemonia da troca mercantil.

Sabourin (2011a) destaca que, em matéria de desenvolvimento, trata-se de inserir o diálogo entre troca e reciprocidade em projetos econômicos e sociais, caso contrário apenas uma lógica reinaria: a lógica da troca. Sabourin aplicou a teoria da reciprocidade em diversos contextos, principalmente rurais, na França, Brasil, Guiné Bissau e Nova Caledônia, onde foram identificadas relações de reciprocidade em sistemas mistos, onde reciprocidade e troca coabitam de forma separada ou paralela.

Sua principal contribuição é na aplicação da teoria da reciprocidade em sistemas mistos, Sabourin (2011a, p. 74) explica que prolongou

[...] os trabalhos sobre as interfaces entre sistemas de troca e de reciprocidade iniciados por Temple [...]. A interface pode ser posta pela própria comunidade de reciprocidade, se ela for suficientemente forte e viva para manter as regras de reciprocidade dentro de si e dentro de certas relações com o seu meio externo. [...] Quando o sistema de troca é dominante, a interface pode ser instituída pelo Estado através da legislação, por exemplo, no caso das leis de regulação fundiária ou de gestão dos recursos naturais (terras, água,

florestas, pastos) [...]. O Estado ou as coletividades territoriais podem também elaborar políticas ou dispositivos públicos assegurando esse tipo de interface por meio de diversos mecanismos de regulação.

Tais iniciativas, estatais ou coletivas, oferecem alternativas para um desenvolvimento territorial mais sustentável, pois resguarda a produção local da lógica unicamente mercantil e possibilita pensá-las através da interface dos sistemas. Níveis, formas e estruturas de reciprocidade formam um sistema de reciprocidade que, na articulação com os sistemas de troca, fornecem elementos para propor estratégias locais de desenvolvimento cada vez mais adaptadas às integrações sociais e econômicas construídas em cada território. Assim, a seção a seguir busca discutir o conceito de desenvolvimento territorial sustentável e sua relação com a teoria da reciprocidade.

2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, RECIPROCIDADE E ECONOMIA PLURAL

Com o objetivo de definir a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável proposta neste trabalho, esta seção apresenta uma síntese que articula teóricos do desenvolvimento, do território e da sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento surge num momento de ascensão da lógica da troca mercantil. Nali de Jesus Souza (1999) explica que a noção de desenvolvimento econômico teve origem no comércio mercantilista e se consolidou com a industrialização europeia. Esta noção passou a ser questionada no final do século XIX, quando os países ditos desenvolvidos mostraram instabilidade econômica e desnível entre classes sociais. Neste momento as ideias liberais ganharam força afirmando que a consolidação e eficiência do sistema mercantil seriam capazes de amenizar as desigualdades sociais.

Com a crise econômica de 1929 as ideias liberais foram questionadas e o conceito de desenvolvimento econômico foi aparelhado pelo keynesianismo. Conforme Souza (1999), o estado criou um sistema de

contabilidade nacional, no qual os fatores econômicos indicavam os níveis de desenvolvimento. Para Souza, a principal constatação nesse período é que o subdesenvolvimento deriva do desenvolvimento e, a partir disso, duas correntes se estabelecem: a primeira, sob uma concepção teórica clássica, acredita que o crescimento econômico engendra o bem estar social; a segunda, sob uma concepção mais empírica, defende que o crescimento não é suficiente ao desenvolvimento, pois aumenta a desigualdade social.

Ao analisar o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento no século XX, Gustavo Esteva (2000) destaca que, tanto capitalistas quanto socialistas, buscam no modo de produção industrial o estágio final de desenvolvimento. Segundo o autor, somente a partir da década de 1970, crescimento e desenvolvimento foram tratados como realidades distintas, pois “tornou-se óbvio que o crescimento econômico rápido vinha acompanhado de desigualdades também crescentes” (ESTEVA, 2000, p. 68).

As consequências negativas provocadas pelo crescimento econômico no ambiente humano, social e ambiental, têm mobilizado movimentos e teorias alternativas no mundo (CANGIANI, 2012). Cada vez mais atrelado à racionalidade da troca mercantil o termo desenvolvimento também precisa ser pensado a partir de perspectivas alternativas. Considera-se, portanto, a possibilidade de reconstruir uma noção de desenvolvimento a partir das contribuições de Amartya Sen (2000) e Ignacy Sachs (2007).

Amartya Sen (2000) propõe a noção de desenvolvimento como liberdade contrapondo a noção de crescimento econômico, o qual não representa melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente quando não é acompanhado pela ampliação das oportunidades sociais e dos direitos civis. Para Sen (2000), o desenvolvimento é a expansão das liberdades reais das pessoas. A liberdade é, ao mesmo tempo, o fim constitutivo e os meios instrumentais do desenvolvimento, ou seja, a atenção está voltada para a finalidade substantiva do desenvolvimento.

Ignacy Sachs (2007) apresenta a noção de ecodesenvolvimento que se baseia na ideia de um desenvolvimento total em que todas as pessoas tenham a oportunidade de uma vida digna e em sintonia com a natureza, ou seja,

precisa-se “explorar, tanto quanto possível, as oportunidades triplamente ganhadoras, para um crescimento socialmente equitativo, ambientalmente prudente e economicamente viável” (SACHS, 2007, p. 295).

Nesta ordem, o social, segundo Sachs, aparece em primeiro lugar, pois ocupa o domínio da própria finalidade do desenvolvimento, o econômico é o último, pois se refere ao domínio instrumental, enquanto o ecológico é intermediário, ocupando ambos os domínios.

Sachs (1986) enfatiza que o conceito de ecodesenvolvimento parte de uma abordagem territorial, ou seja, sua teoria busca superar a noção de um único modelo de desenvolvimento para pensar estilos de desenvolvimento apropriados a cada território. Para ele o ecodesenvolvimento “tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas” (SACHS, 1986, p. 18).

O conceito de território já foi abordado neste trabalho⁸. Porém, cabe uma pequena reflexão: a noção de território é diferente da noção de região. Assim, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial remetem a duas formas distintas de abordar os espaços geográficos (DALLABRIDA, 2014). Considerar a dinâmica territorial, nos modelos de desenvolvimento, é reconhecer que cada comunidade, a partir de suas instituições específicas, constrói singularmente suas interações sociais, culturais, ambientais e econômicas e conseqüentemente seus próprios modelos (estilos) de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável apareceu pela primeira vez no Relatório de Brundtland em 1987. Porém, desde a década de 1960 já estava presente nas discussões internacionais. A sustentabilidade refere-se a um processo que vai além do desenvolvimento econômico, mas também vai além da preservação ambiental. Trata-se de um processo que implica o equilíbrio da relação do ser humano com a natureza e seus meios de subsistência.

O desenvolvimento territorial sustentável busca conciliar a dimensão social, ambiental e econômica de um território. Trata-se de uma proposta

⁸ Tema abordado na seção 1.2.

teórica que busca no equilíbrio (homem, natureza e organização produtiva) as bases para se pensar alternativas territoriais de desenvolvimento.

Há dois pontos em comum entre a teoria da reciprocidade e o pensamento de Polanyi (2000; 2012) que corroboram para o desenvolvimento territorial sustentável: o primeiro é o reconhecimento da pluralidade das integrações econômicas; o segundo é a identificação do risco que a hegemonia da lógica mercantil proporciona à dimensão social, ambiental e econômica.

A articulação entre reciprocidade e troca, proposta pela teoria da reciprocidade, pode dar um novo sentido às teorias do desenvolvimento. Trata-se de um novo olhar sobre as relações socioeconômicas, que outrora foi ofuscado pela ótica da racionalidade mercantil e agora buscam, na ótica da reciprocidade, alternativas de desenvolvimento social e econômico (SABOURIN, 2011b).

Nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a lógica da troca mercantil, amparada pelo pensamento econômico liberal, é criticada por correntes que buscam operacionalizar um modelo de desenvolvimento mais humano e que respeite os limites ecológicos.

A teoria da reciprocidade está sendo remobilizada neste contexto, como um campo de investigação que propõe considerar as práticas sociais e econômicas que respondem a uma lógica diferente daquela em que prevalece a racionalidade da troca mercantil,

necessitamos da noção e do princípio de reciprocidade, precisamente para caracterizar relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiem apenas a satisfação de interesses materiais (SABOURIN, 2011a, p. 24).

Ou seja, a teoria da reciprocidade surge como contraponto à universalização da racionalidade mercantil e possibilita pensar o desenvolvimento a partir de outra lógica social e econômica – a lógica da reciprocidade.

Pensar as relações socioeconômicas dos pescadores da Ilha do Mel implica considerar os aspectos culturais, ambientais e históricos que construíram e constroem tais relações. O desenvolvimento sustentável de um

território depende (para se pensar as políticas sociais, econômicas e ambientais) de um princípio alternativo ao da lógica mercantil. É neste sentido que esta reflexão teórica busca pensar o desenvolvimento territorial sustentável, não se trata em substituir a lógica mercantil pela lógica da reciprocidade, mas de reconhecer as dinâmicas socioeconômicas de um território e considerar que a lógica mercantil não é única na regência das dimensões sociais, ambientais e econômicas.

2.3.1 Homem e natureza: elementos de um desenvolvimento territorial sustentável

Além de identificar o lugar da economia na sociedade contemporânea e as formas de integrações sociais e econômicas, a teoria institucionalista de Karl Polanyi fornece elementos que possibilitam uma interpretação do território e das suas formas de desenvolvimento. Em sua análise sobre o homem, a natureza e a organização produtiva, Polanyi (2000; 2012) fornece categorias metodológicas imprescindíveis para aqueles que buscam uma leitura mais ampla do território e estratégias para um desenvolvimento mais sustentável.

Polanyi (2012) aponta que o fator principal do desmoronamento social, promovido pelo sistema de mercados, foi a transformação da terra e do trabalho em mercadorias. Como consequência

surgiu um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda [...] trabalho é apenas outro nome para homens, e terra, para a natureza. (POLANYI, 2012, pg. 212).

A ilusão da mercadoria subordinou o homem e a natureza às leis do mercado, o problema é que homem e natureza não são empiricamente mercadorias e permitir que essa ficção organize os mercados de trabalho e uso da terra é planejar a destruição do homem e da natureza.

Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do 'homem' ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança alimentar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas (POLANYI, 2000, pg. 95).

Não demorou muito para que os problemas apontados por Polanyi, na década de 1940, passassem a ameaçar a comunidade global. Como resposta aos efeitos negativos desse mau desenvolvimento, os economistas liberais acreditavam que os problemas sociais e ambientais poderiam ser superados pela eficiência do próprio crescimento econômico (ESTEVA, 2000).

Porém, tal teoria mostrou-se insuficiente na medida em que o sistema mercantil apenas aumentava tais problemas. É neste contexto que surge uma vertente teórica que busca alternativas para um desenvolvimento que seja sustentável, preocupado com o equilíbrio entre homem, natureza e organização produtiva. Atualmente Ignacy Sachs é um dos principais intelectuais dessa vertente.

Segundo Sachs (1986; 2007), o processo de desenvolvimento deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável. Para tanto, o autor busca operacionalizar essa teoria apresentando oito dimensões que devem ser atendidas pelo processo de desenvolvimento: (1) social, (2) cultural, (3) ecológico, (4) ambiental, (5) territorial, (6) econômico, (7) político (nacional) e (8) político (internacional).

Para Sachs (2007), essas dimensões podem ser classificadas em três grupos: o social, que abrange as dimensões 1 e 2; o ambiental, abrangendo as dimensões 3, 4 e 5; e o econômico, com as dimensões 6, 7 e 8. Nesta classificação, o social aparece em primeiro lugar, pois ocupa o domínio da própria finalidade do desenvolvimento, o econômico é o último, pois se refere a um domínio instrumental, enquanto o ambiental é intermediário, ocupando tanto a finalidade quanto o domínio instrumental do ecodesenvolvimento.

Ao relacionar essa hierarquia proposta por Sachs (2007) com as reflexões institucionalistas de Polanyi (2000) constata-se que ambos propõem

refletir sobre o equilíbrio entre homem, natureza e organização produtiva (QUADRO 1). Se por um lado, o sistema de mercado tentou subordinar homem, natureza e organização produtiva às suas próprias leis transformando-os em mercadoria, por outro lado, Polanyi (2000) e Sachs (2007) estão propondo que as instituições sociais determinem as relações econômicas, e a natureza seja recolocada no seu lugar de origem, ou seja, junto ao ser humano mantendo sua subsistência.

Quadro 1: Crescimento e Desenvolvimento nas perspectivas de Ignacy Sachs e Karl Polanyi

Crescimento Econômico			
Ignacy Sachs	Social	Ambiental	Econômico
	Aumento das desigualdades.	Destruição do meio ambiente.	Crescimento contínuo, acelerado e ilimitado.
Karl Polanyi	Homem	Natureza	Organização Produtiva
	Força de trabalho em condição irracional de produção e consumo.	Fonte de recursos materiais para produção.	Mercado autorregulável como princípio organizador da sociedade.
Desenvolvimento			
Ignacy Sachs	Social	Ambiental	Econômico
	Finalidade última do desenvolvimento; bem estar social.	Finalidade e meio instrumental do desenvolvimento; uso consciente dos recursos naturais; bem estar ecológico.	Meio instrumental do desenvolvimento; unido à esfera política organiza a sociedade em um processo de desenvolvimento contínuo e sustentável.
Karl Polanyi	Homem	Natureza	Organização Produtiva
	Sujeito do processo produtivo; construtor de instituições sociais complexas.	Sujeito e objeto do processo produtivo; acoplada ao homem é o território das relações sociais.	Objeto do processo produtivo onde as relações de reciprocidade, redistribuição e troca simultaneamente organizam as relações sociais.

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

Outro aspecto enfatizado por Sachs (2007) é a dinâmica territorial do desenvolvimento, pois os modelos globais de desenvolvimento econômico, amparados pela lógica da troca mercantil, desconsideram as especificidades de cada território. Segundo Haesbaert (2008), território está materialmente vinculado ao espaço geográfico-físico e imaterialmente vinculado às relações humanas ocorridas neste espaço. O conceito de território também é discutido por Saquet (2009), sobre a concepção de que, no território, existem interações econômicas, políticas, culturais e naturais, nas quais o material (espaço) e o imaterial (relações) são apresentados de forma híbrida.

Como relatado anteriormente, a transformação da terra e do trabalho em mercadorias implica alterações sociais e ambientais (POLANYI, 2000). Isso porque homem, natureza e organização produtiva são elementos que compõem um território (HAESBAERT, 2008), ou seja, são inseparáveis e não são originalmente produtos. Relacionando o pensamento de Polanyi (2000) com o conceito de território apresentado por Haesbaert (2008) e Saquet (2009) constata-se que o sistema de mercado, em todos os seus aspectos, objetiva nada mais que a mercantilização do território, desconsiderando seus aspectos ambientais, econômicos⁹ e sociais.

Quanto ao modelo global de desenvolvimento, tanto Polanyi (2000) quanto Sachs (1986) acreditam que o mau desenvolvimento, conduzido pelo sistema de mercado, promoveu uma catástrofe mais cultural do que econômica no território. Para Sachs (1986), a dependência cultural dos mais pobres é mais impositiva que a dependência econômica. Para Polanyi (2000), quando a economia de mercado é inserida numa determinada sociedade suas instituições culturais são modificadas; homem, natureza e organização produtiva, outrora orgânicos na esfera cultural, são transformados em mercadoria e passam a orbitar na instituição mercantil.

Em consonância com o pensamento de Polanyi (2000) e Sachs (1986), o que se propõe é um controle social dos processos econômicos que seja capaz de conduzir todos os sistemas da sociedade em um processo de

⁹ No sentido substantivo como colocado por Polanyi (2012).

desenvolvimento, pois somente um desenvolvimento integral (SACHS, 2007) e simultâneo poderia organizar os anseios da humanidade.

É pensando nisso que Amartya Sen (2000) defende a concepção de desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, o “desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.” (SEN, 2000, pg. 29). Para Sen a fome, subnutrição, desigualdade de gênero, direitos civis, são privações de liberdade que precisam ser atendidas no desenvolvimento total, considerando que há liberdades substantivas e liberdades instrumentais.

Para Sen (2000), a expansão das liberdades são o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento. As liberdades são substantivas quando ocupam um papel constitutivo, ou seja, compõe a finalidade última do desenvolvimento; as mesmas liberdades são instrumentais quando ocupam um papel operatório, isto é, um meio para promoção do desenvolvimento.

Nessa abordagem, Sen (2000, pg. 53) defende que “a relevância do papel instrumental da liberdade política como um meio para o desenvolvimento de modo nenhum reduz a importância avaliatória da liberdade como um fim do desenvolvimento”, fins e meios possuem relações empíricas que interligam as formas de liberdade.

Diferente de Sen (2000), na perspectiva de Sachs (2007), a esfera econômica do desenvolvimento ocupa uma dimensão unicamente instrumental. Porém, o conceito de economia apresentado pelo autor é o formal e, ao tratar da dimensão social do desenvolvimento, Sachs (2007) enfatiza a subsistência do homem como fator primordial, portanto, também pauta sua reflexão no aspecto substantivo da economia. Em suma, a economia ocupa um lugar constitutivo e instrumental nas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, no entanto, é necessário levar em conta os dois sentidos do termo econômico: o formal e o substantivo.

Tendo de um lado a crítica ao sistema de mercado como um princípio teórico para o desenvolvimento e, de outro lado, a economia ocupando um lugar constitutivo e instrumental nas estratégias de desenvolvimento, os

elementos apresentados por Polanyi (2000), homem e natureza, podem corroborar para uma interpretação do território e das suas formas de desenvolvimento. Esses elementos são apresentados por Polanyi (2000) como instituições que precisavam de proteção diante do sistema de mercado.

A transformação do homem e da natureza em mercadorias forçou a constituição de leis reguladoras para assegurar a proteção social e ambiental, da mesma forma foi necessário a criação dos bancos centrais para regular e salvaguardar o próprio sistema capitalista

não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado auto-regulável, mas também a própria organização da produção capitalista (POLANYI, 2000, p. 163).

Assim, se estabelece um jogo de forças, de um lado a economia de produção capitalista precisando crescer, de outro, o estado regulador com a missão de proteger a sociedade das mazelas desse crescimento. A perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável está entre esse jogo de forças, buscando conciliar o aspecto social, ambiental e econômico no desenvolvimento de um território inserido numa economia de produção capitalista. Ciente de que não existe um modelo para a solução global do desenvolvimento, os elementos apresentados por Polanyi (2000) servem para uma leitura do território.

2.3.1.1 Homem e desenvolvimento territorial sustentável

Na economia formal e no crescimento econômico, o homem é separado da sua essência social e interpretado a partir de uma racionalidade instrumental, institucionalizada no mercado. Originalmente, ou seja, na economia substantiva, o homem é pensado a partir da sua relação com o meio físico e social, constituindo uma entidade orgânica institucionalizada nas interações sociais.

Segundo Polanyi (2000, pg. 198, grifo meu),

separar o trabalho [homem] das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-la por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista.

Essa separação requer a destruição das instituições sociais tradicionais que são as bases culturais de uma comunidade. Polanyi (2000) explica que existem três motivações para o trabalho: a subsistência, o medo da fome e o desejo do lucro. Dessas três, a subsistência é a mais humana e natural, enquanto as outras duas são mais econômicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que há níveis de organização econômica em uma sociedade, uma sociedade pode viver no nível da subsistência, e outra, no nível do mercado; visivelmente, o que define o nível dessas sociedades é sua cultura, expressa pelos seus modos de vida e hábitos de consumo.

No nível da subsistência, a razão do trabalho é a sobrevivência do grupo, não há inanição nessa sociedade e o trabalho se iguala às outras relações sociais, tais como a religião, a política. No nível do mercado, a razão do trabalho depende das condições de vida das pessoas, os mais pobres pelo medo da inanição e os mais ricos pelo anseio do lucro, nessa sociedade o trabalho é separado das relações sociais mais tradicionais para compor a órbita do mercado.

Pensar a sociedade em níveis é teoricamente aceitável. Porém, empiricamente a sociedade não é cindida dessa forma, precisa-se superar esse dualismo para melhor interpretar o homem no seu território. Entre o nível da subsistência e o nível do mercado há níveis intermediários que estão em constante conflito e que tornam singular um território. Essa visão dialética (LONH, 2006) é fundamental na interpretação do homem nas estratégias de desenvolvimento, pois, sua cultura de consumo indicará em qual nível está inserido e qual estratégia será aplicada.

A dimensão social do desenvolvimento territorial sustentável considera a cultura como elemento fundamental no processo de desenvolvimento (SACHS, 2007). No anseio do crescimento, a economia de mercado pretendia

(mesmo que inconscientemente) dilacerar as instituições culturais tradicionais da sociedade em nome de uma cultura mercantil de produção e consumo.

Esse modelo de crescimento promoveria uma catástrofe cultural, irreversível se não fossem as instituições de proteção social (POLANYI, 2000). Se a dependência cultural é mais impositiva que a econômica (SACHS, 1986), o desenvolvimento, que se pretende sustentável, deve ter como prioridade aquilo que há de mais humano no trabalho, ou seja, o próprio homem na sua interação com o meio.

2.3.1.2 Natureza e desenvolvimento territorial sustentável

Assim como o homem, por intermédio do trabalho, não pode ser separado do meio social, a natureza, por intermédio da terra, não pode ser separada do homem. Segundo Polanyi (2000, pg. 214), o “que chamamos de terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem”, ou seja, terra e trabalho são originalmente inseparáveis, “o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado” (POLANYI, 2000, pg. 214).

A terra não é apenas um produto passível de compra e venda, ela possui várias funções além da econômica, a terra é o local da moradia, no qual o homem encontra segurança física, também é a paisagem natural e cultural do seu território, a terra é o meio de subsistência do homem. Organizar uma sociedade onde terra e homem estão separados é uma utopia do mercado que ameaça destruir a ambos.

O pensamento ocidental, influenciado diretamente pela racionalidade econômica, possui uma tradição dicotômica na interpretação do homem na sua relação com a natureza, nesta perspectiva, o trabalho se caracteriza como o meio pelo qual o homem transforma a natureza. A subordinação da natureza

ao homem, por intermédio do trabalho, é um plano da economia de mercado que tem como objetivo sustentar seus mecanismos e aplicar suas próprias leis.

Segundo Polanyi (2000), esse processo passou por três estágios de evolução que acompanharam o desenvolvimento da economia de mercado: 1º a comercialização do solo, aniquilando as instituições feudais europeias, os cercamentos são um exemplo disso; 2º a utilização do solo para produção de alimentos direcionados ao suprimento das cidades industriais europeias, nesse estágio a mobilização dos produtos e a liberdade de contrato constituíram ferramentas importantes; e 3º a internacionalização da terra, que conduziu a Europa ao processo de colonização e, conseqüentemente, às guerras. A terra e sua produção foram inseridas num mecanismo de mercado autorregulável e isso só poderia levar a uma consequência: a destruição total da natureza.

Os impactos do crescimento ilimitado no meio físico, social e cultural não faziam parte dos cálculos econômicos até a década de 1980, ocasião em que se iniciou a discussão sobre um desenvolvimento mais sustentável. Segundo Sachs (1986), os princípios do ecodesenvolvimento são constituídos a partir das preocupações sociais, ambientais e econômicas, dentre os princípios estão: a valorização dos recursos específicos do local; a realização completa do homem; a solidariedade para com as gerações futuras; a organização produtiva para reduzir impactos ambientais; a utilização de fontes locais de energia e preferência ao transporte alternativo; a tecnologia apropriada ao ecodesenvolvimento; um quadro institucional favorável a políticas horizontais; e uma educação para gestão participativa.

Como homem e natureza não podem ser separados na interpretação do território e de suas perspectivas de desenvolvimento, a natureza também se inclui em níveis que variam da subsistência ao mercado.

A natureza em uma comunidade que vive ao nível da subsistência é altamente sustentável, pois o homem retira dela o necessário e é o principal responsável pela sua preservação; já a natureza em uma sociedade ao nível de mercado é altamente insustentável, pois é a fonte de recursos para lucros ilimitados.

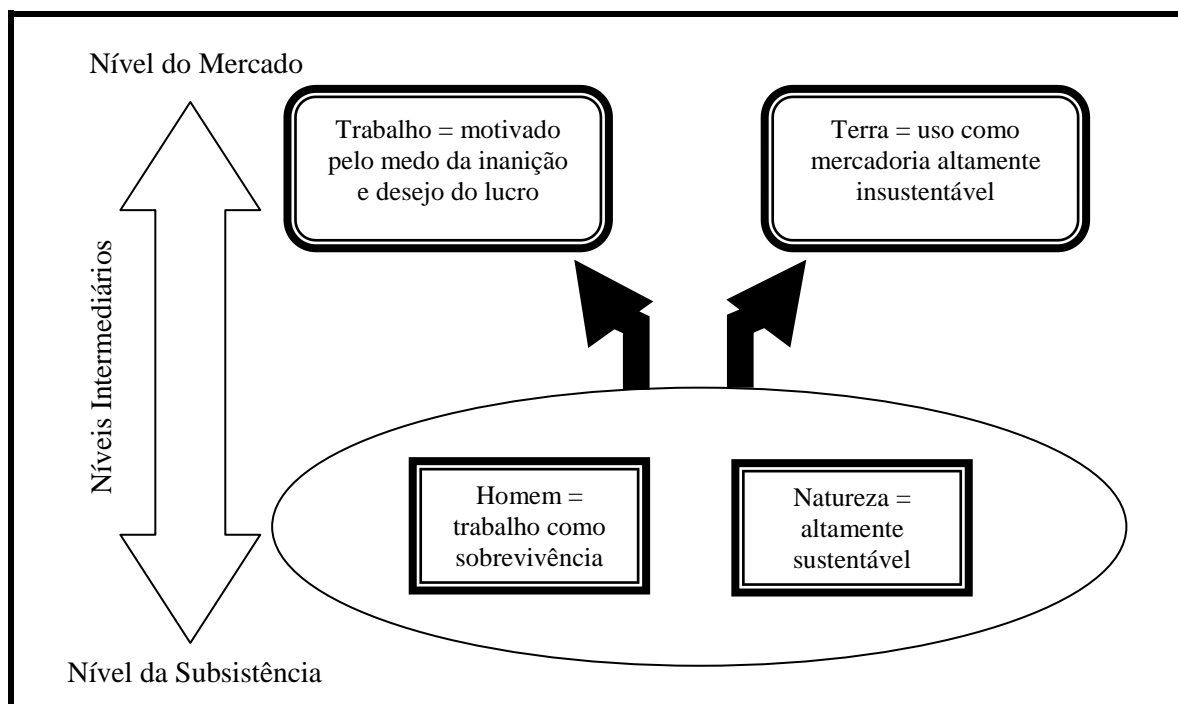
Uma análise análoga a essa é realizada por Clóvis Cavalcanti (2012) ao comparar os índios brasileiros e os cidadãos norte americanos, tendo como referência o consumo de energia, demografia, cultura, economia e cosmovisão. Partindo dessa análise, Cavalcanti cria uma escala de sustentabilidade onde o hiperconsumo norte americano representa o mínimo e a frugalidade do índio brasileiro representa o máximo. Entre a frugalidade e o hiperconsumo há níveis intermediários que devem ser considerados na análise do território e das suas estratégias de desenvolvimento, tendo em vista, sempre, a obediência às leis da natureza e não unicamente às leis do mercado.

2.3.2 O nível de subsistência e o nível de mercado

O diálogo da teoria de Karl Polanyi com as ideias dos autores do desenvolvimento e do território enriquecem o olhar sobre a sociedade e constitui uma análise interdisciplinar sobre o social, o ambiental e o econômico. Essa relação impede que se tenha um olhar fragmentado sobre o desenvolvimento territorial sustentável, e, principalmente, fornece categorias de análise para pensar a integridade do território e as possíveis estratégias de desenvolvimento.

A grande contribuição de Karl Polanyi, para as reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, está na forma sistemática pela qual ele interpreta a sociedade na economia de mercado. Ao realizar sua crítica à economia de mercado, Polanyi (2000; 2012) identifica que os mecanismos do sistema mercantil modificam as bases institucionais da sociedade em nome de um modelo autorregulável e independente. Essa falácia economicista, desenraizada da sociedade, propõe a separação daquilo que não se pode empiricamente separar, ou seja, homem, natureza e organização produtiva. O esquema a seguir (FIGURA 9) representa a transformação do homem e da natureza em mercadoria.

Figura 9: Representação esquemática da transformação do homem, natureza e organização produtiva em mercadoria.



Fonte: esquema elaborado pelo autor.

Ao refletir sobre essa transformação, tendo como referência os níveis de subsistência e do mercado, percebe-se que, paulatinamente, homem e natureza são separados de seus elos substantivos originais para dar lugar ao trabalho e terra que, no sistema de mercado, se identificam somente como mercadoria. Os níveis intermediários ajudam a pensar sobre a dinâmica territorial dessas relações, pois os territórios são situados.

No território da Ilha do Mel percebe-se que homem e natureza constituem uma relação que não pode ser vinculada ao nível de subsistência nem ao nível de mercado, ou seja, trata-se de uma relação construída num nível intermediário, na qual as relações de troca mercantil e reciprocidade, mesmo antagônicas, coexistem de forma complementar nas relações sociais e econômicas dos pescadores. O homem e a natureza não são mercadorias como nas economias mercantis, o trabalho do pescador não é assalariado e o ponto de pesca não é propriedade privada.

Outra dinâmica peculiar do território da Ilha do Mel é a sazonalidade das práticas e relações de reciprocidade e troca mercantil que também

implicam na relação homem-natureza. No período de inverno, quando a comunidade volta-se para a pesca coletiva da tainha, as práticas de reciprocidade são mais fortes e predominam nas relações sociais e econômicas. Porém, na temporada de verão, quando a atividade econômica principal é o turismo, as relações de reciprocidade são minimizadas e predomina na comunidade a apropriação da natureza como uma mercadoria a ser vendida ao turista. Estas dinâmicas serão analisadas com mais profundidade no capítulo 4.

CAPÍTULO 3: TROCA E/OU RECIPROCIDADE? COMO IDENTIFICÁ-LAS? A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

As prestações praticadas socialmente (dádiva, troca, venda) podem ser em forma de bens (produtos, dinheiro) ou serviços (diárias, saber-fazer, técnicas). Na pesca da tainha as prestações circulam em forma de serviços prestados ao coletivo e retornam em forma de bens que são redistribuídos.

As relações sociais e econômicas que envolvem troca mercantil são observadas no plano real, ou seja, no nível da ação onde circulam essas prestações. As relações de reciprocidade podem ser percebidas tanto no plano real, quanto no plano simbólico e imaginário (TEMPLE e CHABAL, 1995). No plano simbólico é onde ocorrem as prestações para além do real. No plano do imaginário estas prestações ganham significados sociais vinculados à dimensão das representações. Para identificar as relações de troca e reciprocidade entre os pescadores de tainha da Ilha do Mel tornaram-se necessários acessar os três planos onde essas práticas circulam, em função disso o presente estudo é predominantemente de natureza qualitativa.

Duas metodologias foram utilizadas na coleta de dados: a observação participante e sistemática e a história oral. Tais metodologias foram aplicadas de forma simultânea e complementar e se justificam, nesta pesquisa, pela capacidade de elucidar aspectos culturais e históricos das relações sociais e econômicas desses pescadores.

A observação participante e sistemática possibilitou a coleta de dados sobre as relações de troca e reciprocidade no plano real e ajudou a compreender essas relações no plano simbólico e imaginário. A história oral, por sua vez, possibilitou uma coleta de dados com mais profundidade sobre essas relações no plano simbólico e imaginário numa perspectiva temporal.

3.1 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E SISTEMÁTICA

Segundo Tim May (2004), a observação participante teve sua origem e difusão na antropologia social. Porém, foi a Escola de Chicago¹⁰ que fomentou essa metodologia a partir da fusão do pragmatismo (conhecimento gerado pela experiência) e do formalismo (as relações humanas assumem formas semelhantes e replicáveis). Desde então é discutida a questão da práxis na observação participante, de um lado alguns pesquisadores defendem que os dados devem ser coletados e a teoria gerada a partir deles, de outro alguns pesquisadores defendem que os dados devem ser produzidos a partir das interpretações teóricas.

Mesmo com esses antagonismos a observação participante é amplamente utilizada pelos pesquisadores sociais por dois motivos: “primeiro, o objeto de estudo das ciências sociais difere do das ciências naturais, e, segundo, para ajudar a entender a realidade social, devemos experimentar diretamente essa realidade” (MAY, 2004, p. 179).

Para além de uma técnica de coleta de dados, a observação (participante ou não) é considerada uma metodologia de investigação, pois pode ser utilizada com exclusividade em algumas pesquisas tornando-se uma ponte entre o teórico e o empírico. Na investigação “os seus interesses teóricos orientarão as suas observações, e elas, por sua vez, modificarão ou alterarão aqueles” (MAY, 2004, p. 188). Isso tornará a observação flexível e, com o tempo, é construído um quadro de papéis, regras e relacionamento entre as pessoas.

Segundo Antonio Carlos Gil (2009), a relação entre o observador e o observado gera vantagens e desvantagens na pesquisa social, a principal vantagem do método é a redução da subjetividade do pesquisador, pois os fatos são percebidos diretamente; a principal desvantagem é que a presença

¹⁰ Segundo May (2004), foi Robert Park, da Escola de Chicago, que orientou seus alunos a estudar os fenômenos sociais da Chicago dos anos de 1920 e 1930 a partir da observação.

do observador pode provocar alterações no comportamento do observado que pode deixar de ser espontâneo.

Gil (2009) explica que a metodologia da observação pode ser: simples, quando o pesquisador permanece alheio à comunidade; participante, quando o pesquisador se insere nas atividades de um grupo com o objetivo de compreender seus hábitos, interesses, relações; e sistemática, quando o pesquisador elabora previamente um guia de análise para depois observar e testar suas hipóteses. Nesta pesquisa, foi utilizada a observação participante e sistemática.

Uma observação sistemática é uma observação estruturada. Kenneth Burke (1969 *apud* GIL, 2009) define algumas categorias que podem ser utilizadas no momento da observação sistemática, tais categorias são criadas a partir de perguntas e possibilitam analisar o comportamento social: ato (o que está acontecendo?), cena (onde está ocorrendo?), agente (quem está envolvido na ação?), agência (como os agentes agem?) e propósito (por que as pessoas agem dessa forma?). Essas categorias foram utilizadas nesta pesquisa na forma de instrumento de registro, agregando aspectos da teoria da reciprocidade.

O instrumento de registro [...] pode assumir a forma de uma grade fechada em que os comportamentos a serem observados são prévia e minuciosamente definidos, de forma tal que cabe ao pesquisador apenas assinalá-los. Neste caso tem-se a lista preestabelecida, que consiste num quadro de linhas e colunas formando uma grade. Cada coluna corresponde a um comportamento a ser observado e cada linha indica o momento em que o comportamento ocorreu (GIL, 2009, p. 106).

Para Richardson (2010), a observação sistemática requer uma estruturação que varia da forma mais flexível a mais rígida, portanto, há níveis intermediários de estruturação. O autor salienta que para realizar uma observação sistematizada é necessário ter um conhecimento do problema para assim criar uma guia de análise.

Segundo Gil (2009), a cientificidade desse método está atrelada a três procedimentos científicos: servir a um objetivo de pesquisa, ser

sistematicamente planejada e ser submetida à verificação e controles de validade e precisão.

Tendo como base os procedimentos científicos de Gil (2009), na pesquisa em questão foi utilizado o método da observação participante e sistemática e atendeu a um objetivo claro: identificar e qualificar as relações de reciprocidade entre os pescadores de tainha da Ilha do Mel. O planejamento e a sistematização foram estruturados a partir da teoria da reciprocidade que forneceu as categorias para criar uma guia ou matriz de análise (QUADRO 2).

Quadro 2: Matriz de análise das relações sociais e econômicas.

Polanyi (2000)			
Reciprocidade:		Redistribuição:	Troca:
Suporte Institucional: estrutura de parentesco ou aliança.		Suporte institucional: estrutura de um centro de poder no interior do grupo.	Suporte institucional: estrutura de um sistema livre de mercado.
Temple (2009) Sabourin (2011)			
Níveis:	Formas:	Estruturas:	Valores:
Real: prestação de bens, serviços, parentescos, saberes.	Positivas: a união com o outro, passagem de um interesse próprio para o benefício de outrem.	Binária (face a face): relações de aliança, casamento, compadresco (indivíduos ou grupos).	Positiva: amizade. Negativa: inimizade. Simétrica: amizade ou inimizade. Quando ocorre em grupos assimétricos: submissão.
		Binária (compartilhamento): todos frente a todos na partilha de recursos comuns, manejo compartilhado.	Positiva: participação, pertencimento, união, confiança. Simétrica: não se sabe se o outro é futuro aliado ou adversário.
Simbólico: linguagem (prestações para além do real)	Negativas: o combate com o outro em nome da honra (não é violência deliberada).	Ternária unilateral: entre gerações.	Responsabilidade. Busca-se doar o máximo para fortalecer o laço social.
Imaginário: representações (rituais, homem/natureza/deus)	Simétricas: é o equilíbrio do contraditório presente na indecisão (a liberdade e a obrigação de dar, receber e retribuir).	Ternária bilateral: entre três indivíduos.	Justiça. Busca-se doar o suficiente para possibilitar a retribuição.
		Ternária centralizada: quando há um centro de redistribuição (Polanyi)	O centro de poder centraliza também os sentimentos e valores, tal como a obediência, submissão e prestígio do grupo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Já quanto ao controle de validação e precisão dos dados, por se tratar de uma análise das relações sociais e econômicas no plano real, ficou a cargo de uma amostragem *ad libitum* (à vontade), onde o pesquisador não segue uma amostra sistemática e anota o que é visível.

Segundo May (2004), há quatro papéis do pesquisador no processo da observação participante: o *participante completo*, quando o pesquisador se engaja totalmente nas atividades do grupo ocultando sua pesquisa; o *participante como observador*, onde os objetivos da pesquisa são explicitados a todos no grupo e não se tenta agir como alguém do grupo, mas torna-se um fã que deseja conhecer mais sobre o grupo; o *observador como participante*, onde ocorre mais um contato entre estranhos que uma participação duradoura, é o caso de uma entrevista de uma visita; e o *observador completo* que não é participante, caso comum em laboratórios de pesquisas experimentais.

Dentre esses papéis optou-se pelo *participante como observador*, pois para o pesquisador se inserir no grupo (composto somente por pescadores) foi necessário esclarecer os objetivos de sua presença. Foram três meses (de maio a julho – temporada de pesca) de inserções semanais (de dois ou três dias) nos grupos de pescadores. O pesquisador participou de todas as atividades, desde a construção dos acampamentos até as pescarias, tal inserção foi facilitada pela proximidade que o mesmo já tinha com a comunidade quando atuava como professor de História nas escolas de Brasília e Encantadas.

O diário de campo foi um instrumento importante na observação participante, geralmente ao final do dia o pesquisador anotava as principais observações sobre o comportamento dos pescadores, suas expressões afetivas, suas atividades diárias e suas longas conversas.

Em meados de junho o pesquisador foi convidado a acampar com os pescadores, essa experiência o aproximou ao dono da rede da Praia do Miguel e possibilitou a oportunidade de atuar anotando os nomes das pessoas que participavam da pescaria, a quantidade de peixes e a contabilidade da pesca.

Somente depois de adquirir a confiança dos pescadores, o pesquisador passou para a próxima etapa da pesquisa de campo – a história oral. Tanto Gil (2009) quanto Richardson (2010) enfatizam que a observação pode ser utilizada conjuntamente a outras metodologias. Nesse sentido, esta pesquisa utilizou a metodologia da história oral como forma de acessar as relações sociais e econômicas no plano do simbólico e do imaginário, como propõe a teoria da reciprocidade. A observação participante e sistemática ajudou a pensar o roteiro para a coleta dos depoimentos.

3.2 A HISTÓRIA ORAL

A escolha da metodologia da história oral, para análise das relações de reciprocidade no plano simbólico e imaginário, se dá por duas razões: a história oral analisa a *história do tempo presente*, ou seja, o cotidiano das pessoas, grupos e comunidades; e possibilita acessar dimensões simbólicas e imaginárias das relações sociais, através da *memória* e da *tradição oral*, imprescindíveis ao entendimento das relações de reciprocidade.

A história do tempo presente é a perspectiva temporal própria da história oral. Muito criticada pelos estruturalistas, que viam a proximidade temporal como uma ameaça a objetividade da pesquisa histórica, a história do tempo presente tem uma contribuição singular: o pesquisador lida com testemunhas vivas e, juntamente com seu objeto de pesquisa, compartilha as mesmas categorias de referência. Se para o historiador estruturalista a distância é, ao mesmo tempo, necessária à objetividade e obstáculo à compreensão, para

o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói (CHARTIER, 2006, p. 216).

Os historiadores do tempo presente propiciam reflexões para além das ações voluntárias e conscientes dos sujeitos históricos, buscam entender a incorporação do social pelos indivíduos (CHARTIER, 2006). Essa missão torna-se mais delicada quando se afasta da objetividade e continuidade das abordagens tradicionais sobre o passado remoto. A história do tempo presente lida com sociedades aceleradas e que se modificam rapidamente (BÉDARIDA, 2006).

A memória é uma faculdade originalmente individual e, segundo Portelli (2006), se torna coletiva por intermédio do mito, do folclore, da tradição, das instituições ou por uma história matriz que formam um tipo de controle social sobre as memórias individuais. A memória é social, mas só se materializa em discursos individuais.

Trabalhar com história oral é trabalhar com fontes narrativas que são mediadas por culturas e ideologias que se constroem e se modificam no tempo, por isso apresenta em alguns casos memórias divididas, ou seja, duas ou mais versões da história compartilhada por lados diferentes, ambas apoiadas por estruturas políticas, sociais, linguísticas e narrativas que devem ser entendidas criticamente. O investigador da história oral deve operar na confrontação crítica e considerar a alteridade dos narradores (PORTELLI, 2006).

As narrativas orais incorporam experiência e interpretações históricas da vida prática e expressam formas de consciência histórica (RÜSEN, 2001). As relações temporais (passado, presente e futuro) surgem nessas narrativas em forma de discurso histórico unindo e interagindo as experiências e expectativas temporais.

Vale dizer que a história oral é aqui entendida como uma metodologia. Isso significa que, apesar de alguns pesquisadores adotarem a história oral como uma técnica e outros como uma disciplina, é consenso entre a maioria dos cientistas sociais que se trata de uma metodologia, ou seja, a história oral funciona como uma ponte entre a teoria e a prática.

Não é uma metodologia engessada à pesquisa histórica, antes é um espaço de diálogo interdisciplinar em que os processos histórico-sociais podem ser elucidados em interpretações qualitativas e de âmbito subjetivo. Tal

característica é resultado do próprio processo de constituição deste método, que surge da confluência multidisciplinar das ciências sociais, principalmente da antropologia, psicologia e sociologia. A história oral herda da antropologia a tradição etnográfica, da psicologia o inconsciente da psicanálise, e da sociologia as técnicas de entrevista (LOZANO, 2006).

Perceber e lidar com a interdisciplinaridade é fundamental ao pesquisador que recorre à metodologia da história oral, isso porque na análise dos depoimentos o objetivo não é interpretar a mensagem comunicada, mas perceber o não-dito, a hesitação, a repetição, o silêncio, o lapso, como elementos que fazem parte e compõem a estrutura do relato (VOLDMAN, 2006).

A história oral constitui uma metodologia apropriada para análise das práticas sociais e econômicas num território em virtude do seu nível local de aplicação. Não se trata de uma metodologia de análise global ou nacional, mas ocorre em níveis locais e regionais, buscando identificar informações qualitativas que compõem o aspecto histórico-social do território, do sujeito e suas memórias locais.

Para o historiador Jorge Lozano (2006) a história oral se apresenta em pelo menos duas modalidades de ação: *faceta técnica* e *faceta metódica*. A faceta técnica abrange o *estilo arquivista-documentalista*, que busca organizar fontes orais para futuras pesquisas e o *estilo difusor populista*, que busca registrar fontes orais dos excluídos; a faceta metódica se caracteriza pelo *estilo reducionista*, que entende a história oral como um suporte secundário à história oficial e o *estilo do analista completo*, que considera a fonte oral em si mesma e não fator secundário. Este último estilo busca uma análise completa da fonte dialogando com outros documentos históricos e outras áreas do conhecimento.

Na prática eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. Explicitam sua perspectiva teórico-metodológica da análise histórica e, sobretudo, estão abertos e dispostos ao contato com outras disciplinas (LOZANO, 2006, p. 23).

A vida social e econômica, investigada a partir do *estilo analista completo* do método da história oral, é um meio de se resgatar a subjetividade das relações, ela é capaz de tornar legíveis as características culturais e identitárias de um território. Tal visibilidade é ainda maior quando a ótica interdisciplinar é lançada sobre a investigação, possibilitando vários olhares aos múltiplos aspectos da vida real.

Partindo destes pressupostos metodológicos e buscando entender as relações de reciprocidade historicamente presente na pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel pretende-se utilizar a história oral a partir do *estilo analista completo* que, segundo Lozano (2006), implica maior vínculo com os sujeitos estudados, reflexão teórica e trabalho de campo.

A coleta dos depoimentos foi precedida de uma observação participante e sistemática que possibilitou uma investigação aprofundada sobre o território e os atores envolvidos no objeto de pesquisa. Através de vivências nos grupos, acompanhou-se as atividades pesqueiras identificando a organização coletiva, a ajuda mútua, o compartilhamento, a transmissão de saberes, a distribuição do pescado, o destino comercial e a reprodução social.

Segundo Tourtier-Bonazzi (2006) uma exploração inteligente em história oral deve se ater essencialmente em três aspectos: a seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevista.

Quanto à seleção da testemunha é indispensável que o entrevistador escolha pessoas experientes no convívio social relacionado ao objeto de pesquisa e tenha uma relação de confiança com essas pessoas. Alguns critérios podem ser utilizados na constituição de um *corpus* de depoimentos como, por exemplo: critérios geográficos, que nesta pesquisa são os pescadores da Praia do Farol e Praia do Miguel; hierárquicos, caracterizados nesta pesquisa como os ofícios da pesca, tais como dono-da-rede, espia, remadores; e de gerações, idosos e jovens que participam da pesca.

A proximidade do entrevistador com o informante é necessária e por isso aconselha-se que os diálogos sejam em particular. Fato interessante é que a relação informante-entrevistador pode ocorrer de forma mais intensa após a

entrevista, neste caso o entrevistador pode contatar o entrevistado para confrontar sua reflexão (TOURTIER-BONAZZI, 2006).

Quanto ao local da entrevista recomenda-se que seja na casa do entrevistado, ali as recordações vêm a tona através de arquivos, fotografias e documentos. Quanto ao roteiro da entrevista é imprescindível uma preparação minuciosa, as perguntas podem ser dirigidas (estruturadas), não dirigidas (não estruturadas) ou semidirigidas (semiestruturadas) e devem conter certo número de perguntas para todas as testemunhas, para possibilitar comparações (TOURTIER-BONAZZI, 2006).

Aconselha-se uma pré-entrevista para testar as perguntas, pois algumas podem ser descartadas e outras acrescentadas dependendo do prosseguimento da entrevista. O tempo médio para uma boa entrevista é de duas horas para evitar cansaço e distração, essas entrevistas deverão ser transcritas e analisadas, de preferência, pelo próprio entrevistador (TOURTIER-BONAZZI, 2006).

Na Ilha do Mel, os depoimentos orais foram coletados em entrevistas com roteiros semidirigidos (APÊNDICE 1) e gravados durante o período de inserção na comunidade com o objetivo de identificar e qualificar as relações de reciprocidade e troca, tanto na pesca coletiva da tainha quanto nas outras atividades econômicas. Foram realizadas oito entrevistas, sendo quatro entre os pescadores da Praia do Miguel e quatro entre os pescadores da Praia do Farol, todos moradores nativos da ilha. O perfil dos pescadores que concederam seus depoimentos para a pesquisa são apresentados a seguir (QUADRO 3):

Quadro 3: Perfil dos pescadores entrevistados.

Perfil dos Pescadores Entrevistados ¹¹				
	Identificação	Idade	Função na Pesca	Função fora da pesca
Praia do Miguel	Pescador M1	65 anos	Dono da rede	Aposentado e proprietário de camping.
	Pescador M2	56 anos	Proeiro na canoa	Possui uma pequena pousada.
	Pescador M3	38 anos	Espia	Autônomo em construção civil.
	Pescador M4	60 anos	Deixou de pescar com o grupo.	Transporta bagagens no trapiche.
Praia do Farol	Pescador F1	66 anos	Dono da rede	Transporta bagagens no trapiche.
	Pescador F2	36 anos	Espia	Autônomo em construção civil e jardinagem.
	Pescador F3	38 anos	Espia	Autônomo como garçom.
	Pescador F4	27 anos	Dono de rede	Professor.

Fonte: elaborado pelo autor.

Amado e Ferreira (2006) enfatizam que a metodologia da história oral é capaz de formular perguntas, mas não oferecer respostas. Segundo as autoras, essas respostas e explicações devem ser buscadas na teoria da história. No caso específico desta pesquisa, as respostas foram construídas a partir da teoria da reciprocidade.

Para identificar e qualificar as relações de reciprocidade entre os pescadores de tainha da Ilha do Mel, os depoimentos foram analisados a luz dos pressupostos da teoria da reciprocidade. Esta forneceu as categorias para a análise dos valores éticos e afetivos produzidos nas relações sociais e econômicas historicamente construídas na Ilha do Mel (QUADRO 3).

¹¹ Para melhor identificar os pescadores entrevistados e não expor seus nomes no texto, foram criados os seguintes códigos: M1, M2, M3 e M4 para os pescadores da Praia do Miguel; e F1, F2, F3 e F4 para os pescadores da Praia do Farol.

Quadro 4: Matriz de análise dos valores éticos e afetivos produzidos nas relações de reciprocidade.

Teoria da Reciprocidade		
Estruturas	Suporte Institucional	Valores
Binária (face a face): relações de aliança, casamento, compadresco.	Família, laços de parentesco.	Grupos simétricos: amizade. Grupos assimétricos: submissão.
Binária (compartilhamento): todos frente a todos na partilha de recursos comuns, manejo compartilhado.	Regras que estabelecem a utilização de bens ou recursos coletivos.	Positiva: participação, pertencimento, união, confiança. Negativa: partidarismo, intrigas, desconfiança.
Ternária unilateral: entre gerações.	Família, laços de parentesco e tradição cultural.	Responsabilidade. Busca-se doar o máximo para fortalecer o laço social.
Ternária bilateral: entre três indivíduos com mutualidade entre eles.		Justiça. Busca-se doar o suficiente para possibilitar a retribuição.
Ternária centralizada: quando há um centro de poder no interior do grupo.	Um líder que tem autoridade no grupo.	O centro de poder centraliza também os sentimentos e valores, tal como a obediência, submissão e prestígio do grupo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Através de um resgate das memórias históricas dos entrevistados foram identificadas como as relações sociais e econômicas dos pescadores foram construídas na Ilha do Mel e quais os suportes institucionais estruturavam e estruturam tais relações. Isso foi possível através da caracterização dos valores materiais, éticos e afetivos produzidos nas relações sociais do presente e do passado.

Foi criada uma periodização das diferentes “épocas” citadas pelos pescadores e identificadas as principais características socioeconômicas, as regras de distribuição do pescado, os conflitos e os valores produzidos nestes períodos históricos. Os resultados dessa análise são apresentados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: A TEMPORADA DE TAINHA NA ILHA DO MEL: OS LANÇOS, AS CAMBOADAS, O TERÇO, OS QUINHÕES E A RECIPROCIDADE

A tainha *Mugil Liza* é uma espécie de peixe pertencente à família dos *Mugilídeos* e é encontrada, no mundo todo, em águas tropicais e subtropicais, sobretudo em costas e estuários. No Brasil, ela está presente do litoral do Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro e atinge até 1 metro de comprimento e 6 quilos (SECKENDORFF; AZEVEDO, 2007). Apesar de ser um peixe do mar, a tainha cria-se nas águas doce das lagoas, principalmente a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e vive um período nas águas salobras dos estuários. Quando adulta, estimulada pelas primeiras frentes frias do outono, as tainhas saem dos estuários para o mar iniciando um novo processo de reprodução, nesta ocasião as tainhas adultas, em função do frio, migram em direção ao norte, enquanto as juvenis adentram os estuários para dar início a um novo ciclo (MUSSOLINI, 2005).

A temporada de pesca abrange os meses de maio a julho, período no qual as tainhas deixam os estuários. Em 1945, a pesquisadora Gioconda Mussolini¹² fez um relato sobre a temporada de tainha no litoral paulista:

Caíam, porém, os primeiros minuanos, trazendo-nos os frios andinos (o que sucede em abril) e as tainhas retiram-se das numerosas lagoas do sul brasileiro, para, como se diz em Santa Catarina, “correr o corso”. É o “peixe de corrida” da ilha. Saindo ao mar, a tainha já vem ovada e gorda, fornecendo as apreciadas ovas de tainha. É nessa corrida que se dá o fenômeno da piracema: postura dos óvulos pelas tainhas fêmeas, expulsão do sêmen pelos machos e fecundação de uma parte mínima dos primeiros. É a tainhota gerada nessa ocasião que se recolhe, depois, para a água doce. E o ciclo continua. Tudo isso, menos a designação científica, é do conhecimento do pescador (MUSSOLINI, 2005, p. 192).

A temporada de pesca dura cerca de três meses chegando ao seu clímax nos meses de junho e julho. Mussolini (2005) usa expressões dos

¹² Seu texto *O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião* serviu de inspiração para a antropologia brasileira deixasse de se dedicar somente aos estudos das sociedades ditas *exógenas*.

pescadores da Ilha de São Sebastião para falar sobre as fases da pesca: “tainha solta”, “tainha de corrida” e “tainha de arribada”. Em fins de maio aparece uma ou outra tainha anunciando a temporada, é a “tainha solta”; Em junho e julho surgem os grandes cardumes migrando para o norte, a “tainha de corrida”; finalmente, em agosto, as tainhas param de subir e mudam o sentido voltando para o sul e adentrando ao estuário mais próximo, são as poucas “tainhas de arribada”.

Na Ilha do Mel a corrida da tainha é esperada com paciência pelos pescadores e sua captura é feita de duas formas: os lanços e as camboadas. Cada uma dessas formas requerem habilidades e petrechos diferentes, bem como recursos humanos, horários e técnicas específicas.

A pesca de lanço é realizada durante o dia e reúne o maior número de pessoas. Tudo inicia quando o *espia*¹³ identifica um lote (cardume) de tainha se aproximando da praia, sua visão aguçada e sua experiência sobre o comportamento do peixe possibilitam informações precisas que variam da quantidade ao tamanho dos peixes. O *dono da rede*¹⁴ é o primeiro a receber as informações do espia via rádio e, através de sons específicos feito com a boca, convoca todos os pescadores presentes a estarem prontos na praia, rapidamente a canoa é colocada no mar sendo tripulada pelos *proeiros*¹⁵, o *chumbereiro*¹⁶ e o *patrão da canoa*¹⁷. Além do equilíbrio e força requeridos a todos os tripulantes, os proeiros, que geralmente são dois ou três, precisam remar no mesmo ritmo para que os remos não se toquem espantando o peixe ou mesmo derrubando um dos tripulantes; o chumbereiro deve lançar a rede no mar sem enroscá-la e para tanto recebe a ajuda do patrão da canoa que também dirige e rema.

¹³ O espia é quem vigia o cardume no mar e dá orientações ao popeiro (via sinais) e ao dono da canoa (via rádio) na formação do cerco.

¹⁴ Além de ser o proprietário dos petrechos, o dono da rede coordena a operação, sendo um mediador na comunicação entre o espia e o popeiro.

¹⁵ São aqueles que remam movimentando a canoa, também são chamados de remeiros.

¹⁶ É o responsável por lançar a rede ao mar após a rebentação de forma ágil e silenciosa.

¹⁷ Também chamado de popeiro, é quem dirige a canoa para atravessar rebentação, vai na popa da canoa e ajuda no remo e no lançar da rede.

Figura 10: Imagens da realização de um lanço.

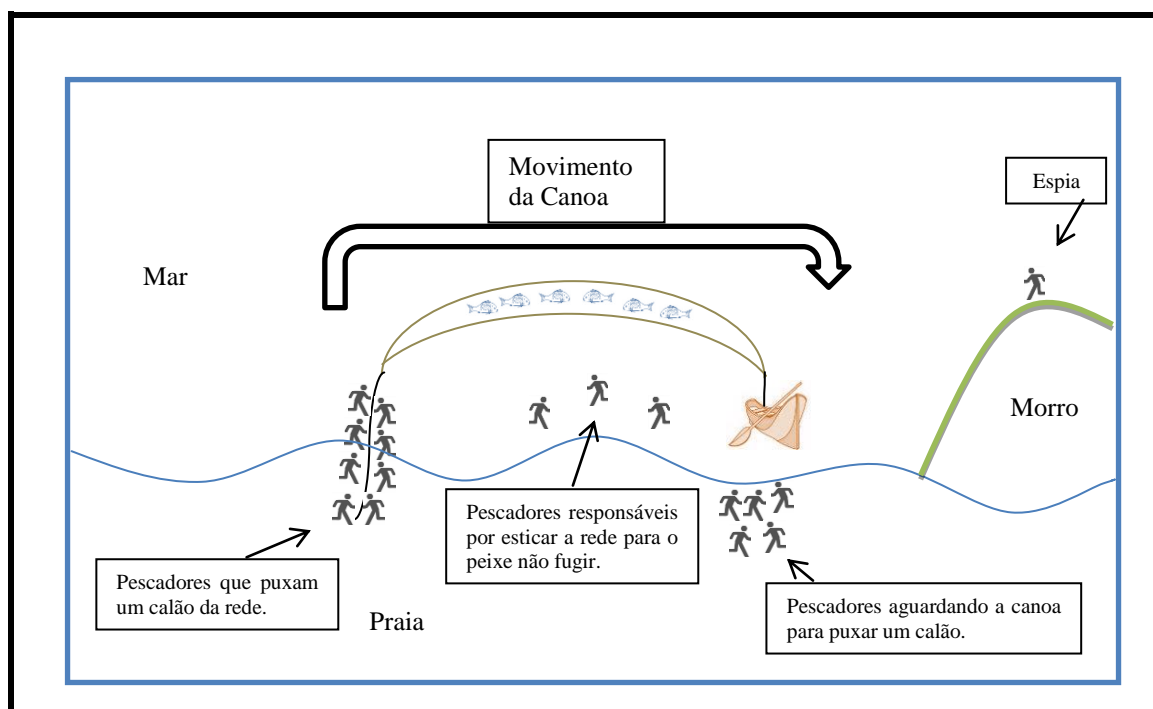


Fonte: fotos registradas pelos pescadores na temporada de 2008.

Todos os pescadores enfatizam o perigo na travessia da rebentação, pois a rede, de aproximadamente 500 metros, é extremamente pesada e, no caso de virar a canoa, põe em risco toda a tripulação. Mulheres, crianças, turistas e outros pescadores aguardam na praia o momento de puxar a rede, ou mesmo entrar no mar para impedir as tainhas de escaparem do cerco. Depois de muito silêncio para o peixe não fugir, o cerco é finalizado com muito barulho e geralmente é aplaudido por todos.

O esquema a seguir ilustra um lanço de tainha (FIGURA 11):

Figura 11: Representação esquemática da pesca de lanço.



Fonte: esquema elaborado pelo autor.

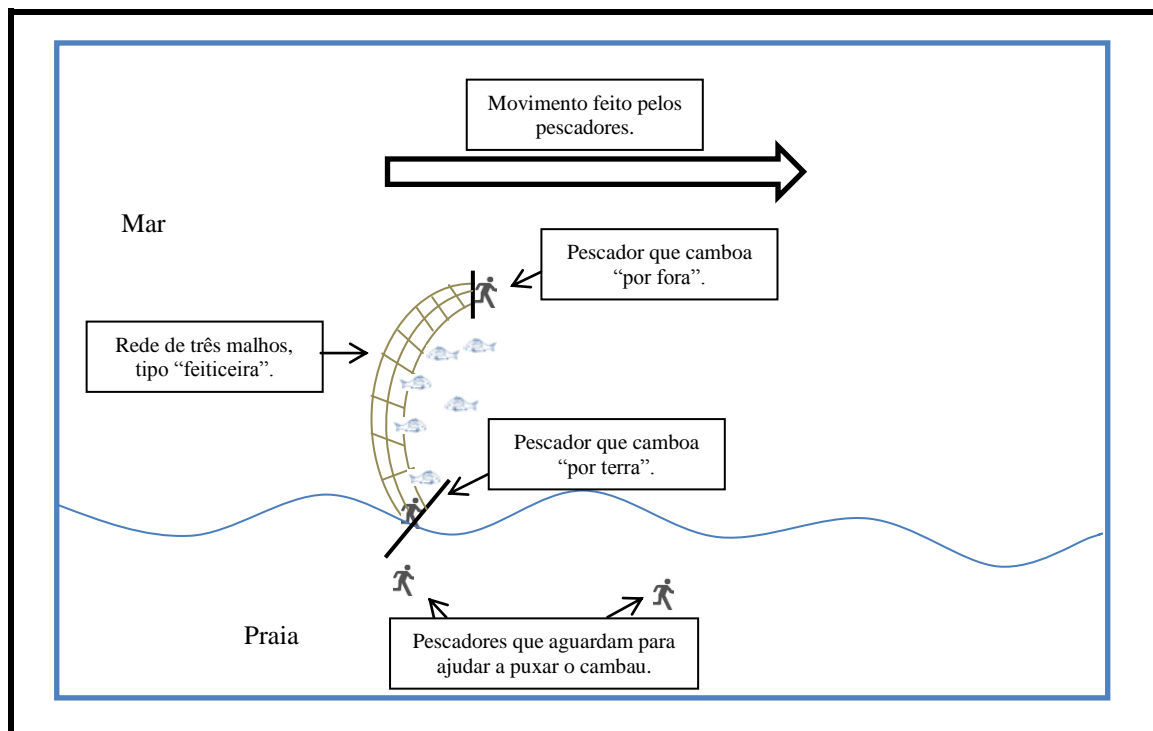
A pesca de cambau é realizada durante a noite em maré vazante e não se utiliza canoa. Dependendo da maré pode-se camboar duas vezes por noite (20h00min e 04h00min, por exemplo) e, geralmente, se passa a rede por toda a praia. Diferente da rede utilizada no lanço, na qual os dois calões (extremidades da rede) são segurados com cordas, as redes de cambau são menores e possuem hastes de madeira ou bambu em suas extremidades. Na Ilha do Mel os pescadores classificam dois tipos específicos de cambau: o cambau “normal” e o cambau de “corrê”.

No cambau “normal” são necessários pelo menos quatro pescadores, geralmente homens, a rede utilizada é do tipo feiticeira (com três malhas). Um pescador, geralmente o dono da rede, camboa “por fora” com a água do mar na altura do tórax, outro pescador segura o cambau “por terra” com água na altura joelho, outros dois pescadores acompanham o arrasto para segurar o cambau no momento em que os peixes são cercados. Ao sentir que há peixes na rede os pescadores se comunicam: quem está “por fora” faz um som com a boca (pequeno grito ou assovio), quem está “por terra” geralmente emite um sinal luminoso com a lanterna. Neste momento o cerco é fechado pelo

pescador que está “por fora” e os dois pescadores que acompanham na praia seguram os calões para que aqueles que arrastaram a rede possam esticá-la, impedindo que algum peixe escape.

O esquema a seguir ilustra a pesca de cambau “normal” (FIGURA 12):

Figura 12: Representação esquemática da pesca de cambau “normal”.

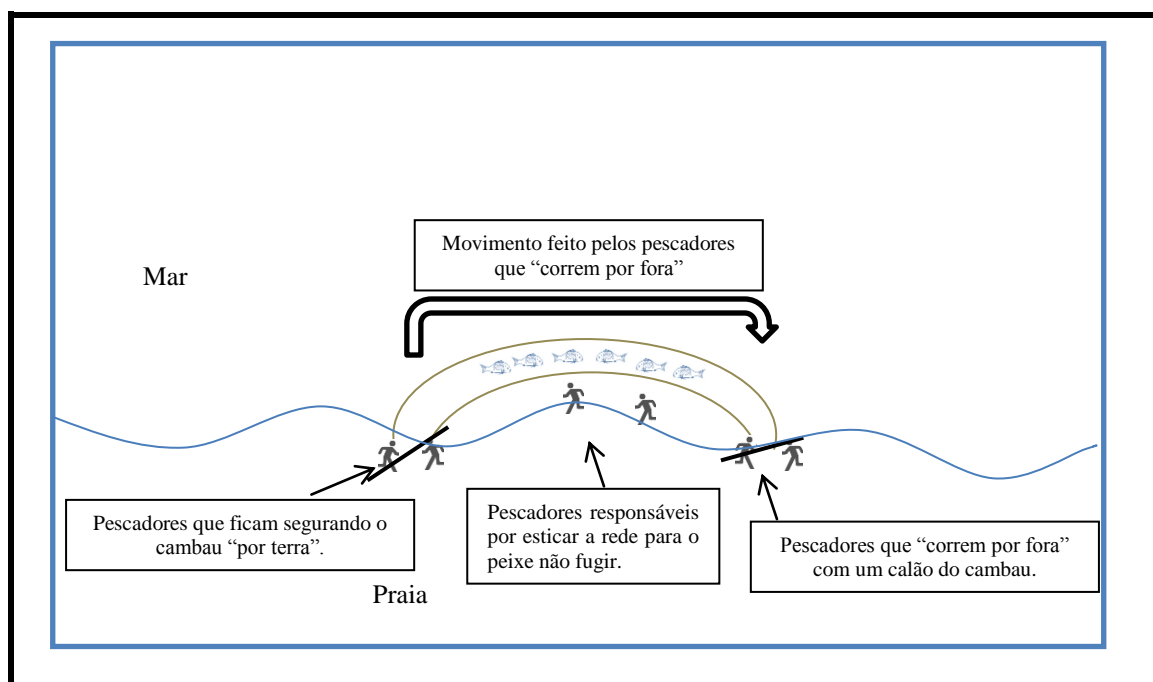


Fonte: esquema elaborado pelo autor.

No cambau de “corrê” são necessários pelo menos seis pescadores. A rede utilizada é parecida com a do lanço, mas com hastes de madeira ou bambu. Dois pescadores correm “por fora”, isso porque a rede é pesada e o cerco deve ser feito rapidamente, outros dois pescadores seguram a rede “por terra” e outros dois acompanham o cerco na praia aguardando o momento de esticar a rede. O movimento realizado pelos pescadores é o mesmo da pesca de lanço, porém, com uma área de abrangência menor, condicionada pelo tamanho da rede e a não utilização da canoa.

O esquema a seguir ilustra a pesca de cambau de “corrê” (FIGURA 13):

Figura 13: Representação esquemática da pesca de cambau de “corrê”.



Fonte: esquema elaborado pelo autor.

Dentre os três tipos de pesca, a mais utilizada é o cambau “normal”, pelo menos duas vezes por noite. Porém, em termos de quantidade de peixes, a pesca de lanço está em destaque. O cambau de “corrê” é pouco utilizado pelos pescadores, pois além de exigir um número maior de pessoas disponíveis em horários noturnos, a confecção e manutenção da rede geram custos altos. Na narrativa dos pescadores, a pesca de cambau “normal” serve à subsistência, enquanto a pesca de lanço é voltada para o mercado. Dependendo do sucesso da pesca de cambau o peixe também pode ser comercializado.

A forma pela qual a pesca é organizada indica o compartilhamento de recursos comuns, uma estrutura de reciprocidade binária, articulada ao trabalho coletivo, onde todos estão frente a todos ligados pela partilha de um bem comum (neste caso os recursos pesqueiros). O sentimento produzido nesta estrutura de reciprocidade, como indica Sabourin (2011a), é o de participação, união e confiança, fácil de identificar no convívio com os pescadores tanto da Praia do Miguel (vila de Encantadas) quanto da Praia do Farol (vilas de Brasília e Farol).

Durante a temporada de pesca do ano de 2015 cerca de 8.500 tainhas foram capturadas pelos dois grupos de pescadores da Ilha do Mel. O grupo da Praia do Miguel pescou 6.494 tainhas¹⁸, o grupo da Praia do Farol pescou cerca de 2.000 tainhas¹⁹. Essa contabilidade considera somente os resultados da pesca de lanço, pois a pesca de cambau é realizada primordialmente para a subsistência.

Todo esse peixe somou aproximadamente 11 toneladas (3 t. na Praia do Farol e 8 t. na Praia do Miguel), vendida para um intermediário (proprietário de Box no mercado municipal de Paranaguá) a R\$7,00 o quilo (tainha com ova) e R\$5,00 o quilo (tainha sem ova), gerando uma receita total de aproximadamente R\$65.000,00²⁰. Essa renda foi dividida entre todos os participantes da pesca conforme a regra de distribuição estabelecida pelos grupos.

Com base nos dados de Andriguetto *et al* (2006), sem considerar a produção pesqueira de Guaratuba (que é empresarial), pode-se apontar que cada comunidade pesqueira do litoral do Paraná produz cerca de 3 a 18 t. de peixe por ano. A pesca da tainha na Ilha do Mel está dentro da média do litoral. Porém, deve-se considerar que pescam somente no inverno.

Com relação à quantidade de peixes é comum entre os pescadores o discurso de que nos últimos anos os recursos têm diminuído. Muitos pescadores relatam épocas de pescarias fartas onde nem mesmo conseguiam tirar a rede do mar devido à quantidade de peixes. Eles atribuem essa diminuição dos recursos pesqueiros à pesca industrial catarinense e à poluição das águas pelos navios que atracam no porto de Paranaguá.

¹⁸ Informações concedidas pelo Pescador M1.

¹⁹ O dono da rede da Praia do Farol não concedeu a contabilidade exata, mas nas narrativas dos pescadores a pesca não ultrapassou o número de 2.000 tainhas.

²⁰ Esses valores são aproximados, pois nem mesmo os pescadores têm um controle exato sobre a pesagem do peixe e o valor do quilo muitas vezes é negociado no momento da venda, podendo ser alterado.

Alguns pescadores mais velhos dizem que a quantidade de pessoas na praia (principalmente os turistas) os latidos dos cachorros e os barulhos produzidos na vila contribuem para espantar as tainhas e atrapalhar a pescaria.

A pesca da tainha é um trabalho coletivo e as regras que orientam a partilha entre os trabalhadores são estabelecidas social e culturalmente. Trata-se da divisão do terço e dos quinhões. Todo o peixe pescado é vendido e seu rendimento é dividido por três, sendo uma das partes pertencentes ao dono da rede ou *preparo*²¹, é o terço da rede. Os outros dois terços são subdivididos em quinhões. Segundo o Minidicionário Luft (2000), a palavra quinhão significa a “parte de um todo que, quando dividido, cabe a cada um dos participantes; partilha; quota-parte”. Mussolini (2005, p. 198), que pesquisou, em 1944, sobre a pesca da tainha no litoral de São Paulo, define o quinhão como

uma quantidade variável de peixe, resultante da divisão do ‘monte’ conseguido por seis (são seis componentes da tripulação) depois que se tirou o terço do tresmalho. Se, por exemplo, pescaram 39 tainhas, o terço será de 13 e as 26 restantes são divididas por 6. O quociente é o quinhão.

Mesmo que de origem incerta, essas regras de divisão dos rendimentos da pesca são respeitadas, utilizadas e atualizadas pelos pescadores da Ilha do Mel. Formam uma espécie de controle social da comunidade sobre suas relações econômicas. Sabourin (2011b) utiliza a noção de dispositivos coletivos ou institucionais para definir as regulamentações sem estatutos formais.

Para entender como as relações de reciprocidade estão imbricadas nestes dispositivos coletivos (terço e quinhões) é necessário desvinculá-las das noções de troca ou mesmo de equivalência. Nesse sentido, o princípio da reciprocidade corresponde a uma relação intersubjetiva e não somente a uma troca operacional de bens, serviços ou objetos, ou seja, o princípio da reciprocidade privilegia o ato, enquanto o princípio da troca privilegia o objeto e o interesse privado.

²¹ Termo utilizado pelos pescadores para designar o material utilizado na pesca.

Quando os pescadores são questionados sobre tais regras eles respondem que estas fazem parte da tradição e suplantá-las seria o mesmo que extinguir a tradicional pesca da tainha *“é bom deixar assim mesmo como está, porque já é tradição. Mudar já é uma coisa que vai sair fora do padrão da tradição, é bom deixar o lanço aí”* (Pescador M2, 56 anos). São esses dispositivos que orientam a partilha dos rendimentos da pesca e compõem uma espécie de controle social sobre a pesca. Esse controle, apesar de inserido numa produção voltada para o mercado, ultrapassa a formalidade das leis trabalhistas e fortalece a tradição e a cultura local entre os pescadores.

Em uma estrutura de reciprocidade centralizada (FIGURA 8) há um centro de poder legitimado socialmente, este centro é capaz de alocar os bens e distribuí-los, conforme as normas previamente estabelecidas. Na pesca coletiva da tainha o dono da rede tem esse papel, ele assume a responsabilidade pela venda do peixe, divisão do terço e distribuição dos quinhões, mas também pela manutenção da tradição, dos saberes e da memória da comunidade. Sabourin (2011a) destaca que esse centro de redistribuição torna-se uma autoridade no grupo. Temple (1998) destaca que os sentimentos gerados a partir da estrutura de reciprocidade centralizada é o da obediência ao centro, esse sentimento é gerado a partir de uma confiança não espontânea.

O compartilhamento dos recursos naturais e as normas de distribuição dos rendimentos da pesca tornam-se mecanismos que orientam as relações de troca, na produção de valores materiais (consumo e renda), e reciprocidade na produção de valores imateriais (amizade, justiça, confiança e pertencimento). A pesca da tainha depende dessas relações, pois o sucesso da pesca e a manutenção da tradição dependem do trabalho coletivo e dos valores produzidos.

As relações de reciprocidade coexistem com as relações de troca mercantil, tanto na divisão do terço e quinhões (com predomínio das relações de reciprocidade e troca de equivalência), quanto no momento da comercialização do pescado (com predomínio das relações de troca mercantil). Tanto o grupo da Praia do Miguel, quanto o grupo da Praia do Farol

comercializam o peixe no Mercado Municipal de Paranaguá, são dois os compradores (proprietários de peixarias no Mercado), um para cada grupo. Essa relação é sempre conflituosa desde a pesagem do peixe até o valor pago pelo quilo.

Nos dois grupos de pescadores a divisão do terço e dos quinhões é feita em dinheiro pelo dono da rede. Porém, como explica Sabourin (2011a, p. 120), “quando a estrutura de reciprocidade é forte o suficiente, a monetarização [...] não significa necessariamente uma mercantilização do trabalho”. Não há, por exemplo, entre os pescadores da Ilha do Mel uma relação como a de patrão e empregado.

No entanto, a centralização das prestações no dono da rede gera uma assimetria no grupo, principalmente quando se considera que a maior parte do pescado (o terço) pertence a ele. A assimetria, gerada no poder central, pode ser associada à exploração capitalista, principalmente quando gera dependência e submissão (GODELIER, 1969). Nesse sentido, pode-se categorizar o centro redistributivo em: *democrático*, quando a organização central é participativa e gera valores como pertencimento e equidade; e *aristocrático*, quando o poder central emana de um líder opressor e gera sentimento de dominação.

Nos sistemas mais horizontais, trata-se de uma ajuda mútua para o bem comum, o prestígio da comunidade e a honra do chefe; permanece-se numa relação de reciprocidade simétrica. Nos sistemas verticais, como entre os incas (Wachtel, 1974), trata-se da fase de captação das dívidas em favor de um centro de redistribuição (Rei, Senhor, chefe ou Big Man), que será seguida de uma fase de redistribuição de viveres (ou outros recursos), do ponto de vista material ou simbólico (oferendas rituais). Nesse caso, trata-se de uma relação de reciprocidade ternária centralizada e assimétrica: a redistribuição tal como definida por Polanyi (SABOURIN, 2011a, p. 125).

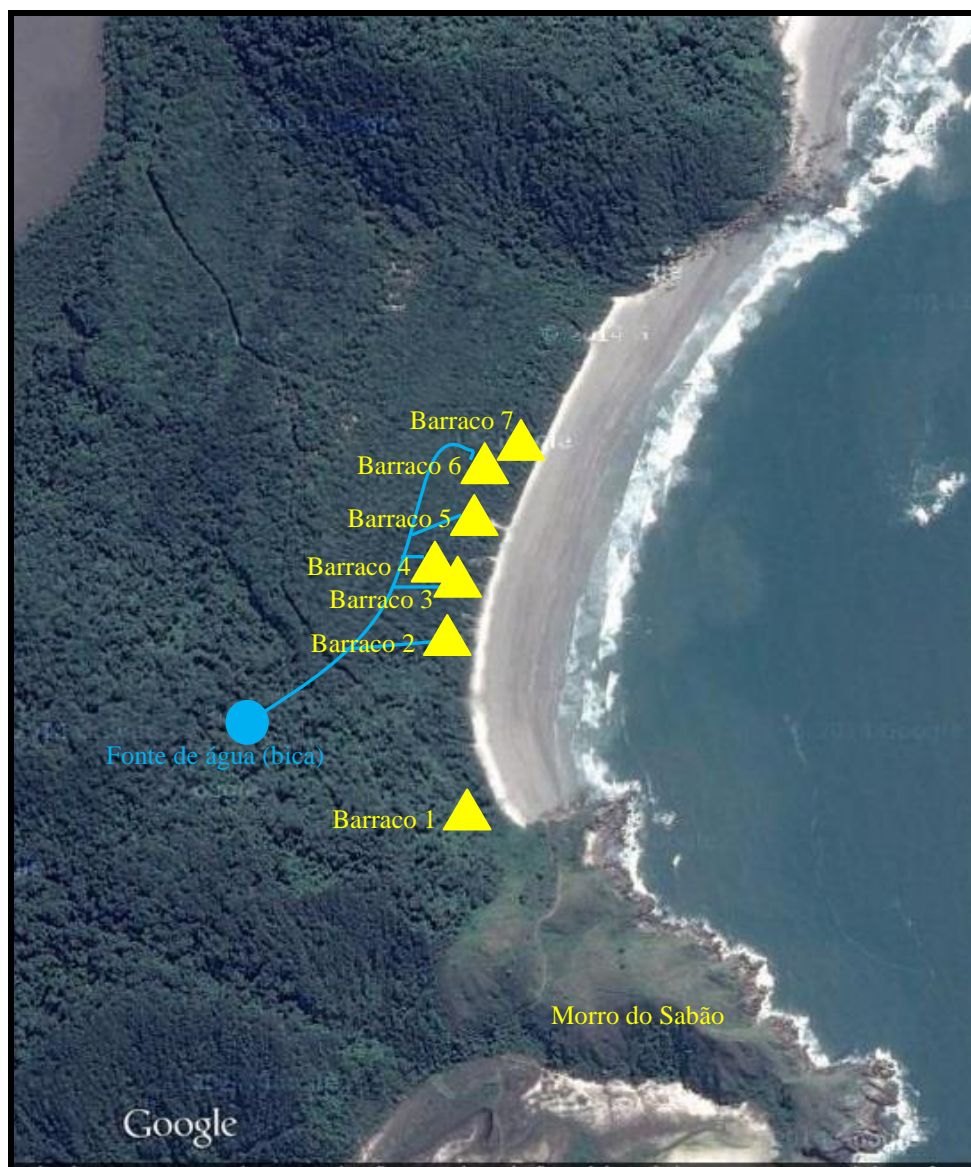
Na Ilha do Mel os dois grupos de pescadores analisados apresentam formas diferentes de organização. Apesar das técnicas e petrechos utilizados na pesca serem os mesmos, as relações estabelecidas entre os pescadores, e destes com o território apresentam dinâmicas que, ora se assemelham ora se diferenciam. Tais dinâmicas são apresentadas nas próximas seções deste

trabalho, primeiramente da Praia do Miguel, logo após da Praia do Farol, e, por último, numa análise conjunta.

4.1 OS PESCADORES DA PRAIA DO MIGUEL

Durante a temporada de tainha cerca de 40 pessoas (de três famílias principais, mas aparentadas entre si) passam o dia na Praia do Miguel para a pesca de lanço. A maioria chega ao local pela manhã, por volta das 06h00min, e retorna para a Vila de Encantadas no final da tarde. Algumas famílias acampam na Praia do Miguel, em barracos construídos com a autorização do IAP, esses acampamentos servem para evitar o deslocamento diário à vila, distante aproximadamente quatro quilômetros da praia, e também para a pesca noturna de cambau.

Figura 14: Disposição dos acampamentos na Praia do Miguel.



Fonte: Google Earth, estilizado pelo autor.

Os barracos são construídos com madeira, bambu e lona, para protegê-los dos ventos fortes são afastados uns 10 metros da praia adentrando a vegetação. Além do barraco para dormir, cada família constrói ao lado um barraco para cozinha, já o banheiro fica distante dos barracos aproximadamente 20 metros. No interior do barraco para dormir armam-se barracas com colchões (geralmente infláveis) e um pequeno fogão a gás com menos frequência de uso (geralmente em dias chuvosos para evitar sair do barraco). Na cozinha há uma fogueira utilizada com mais intensidade no

preparo dos alimentos e também para aquecer o local. Cinco dos sete barracos são equipados com cozinha, água encanada (retirada da bica) e banheiro.

Figura 15: Imagens dos acampamentos na Praia do Miguel.



Fonte: fotos registradas pelo autor.

Nestes barracos os pescadores passam os dois meses de pesca (da 2ª quinzena de maio até a 1ª quinzena de julho) intercalando com dias em que decidem passar a noite na vila. Geralmente são os casais que passam a noite no acampamento. Durante o dia os barracos são movimentados, pois os casais recebem outros pescadores, os filhos, parentes e amigos, todos ansiosos por um lanço de tainha. Ao final da tarde, quando o espia desce do morro, os pescadores se reúnem em torno da fogueira, é comum jogos de cartas, conversas sobre pescaria e consumo de bebidas, ritmadas pelo som de uma gaita.

Os pescadores relatam os momentos vividos no Miguel como uma experiência exógena quando comparada ao modo de vida na vila. Os mais antigos dizem que a vivência no Miguel faz lembrar o modo de vida de seus

país. É comum o discurso de que, no período da pesca da tainha, a comunidade estreita seus laços sociais:

A pesca da tainha é uma forma de juntar mais o povo. Tem aquela união e aquela alegria que dá no povo, né. Quando pega um cardume bom de tainha dá aquela alegria no povo, né, puxar a rede, conversar todo mundo junto e agitar e tal, então isso aí, pra mim é, além do dinheiro, é juntar o povo e ter essa alegria aqui na Praia do Miguel, de ter bastante gente junto e todo mundo dá risada e fala, e corre, e pega e puxa... É um momento de convivência muito bacana! Junta todo mundo mais perto um do outro e conversam mais. Depois da pesca da tainha, que todo mundo vai pra lá [para vila] começa, a partir do sete de setembro pra frente [quando começa a temporada de verão], já começa cada um pro seu canto e ninguém mais tem esse contato como tem aqui na Praia do Miguel (Pescador M2, 56 anos).

É possível perceber, através das narrativas dos pescadores, que há duas motivações fundamentais para a manutenção da pesca tradicional na Praia do Miguel: a renda e o convívio social. Muitas vezes, o valor afetivo dos laços sociais prevalece sobre os valores materiais da produção, os pescadores relatam que a emoção de participar de um lanço está acima do resultado final da pesca, embora este último também seja festejado.

Há entre os pescadores uma consciência espontânea sobre a preservação da cultura local através da pesca, tendo em vista a importância desta para as relações sociais, éticas e afetivas do grupo:

[...] é o que mantém nós aí. Mantém a comunidade unida, mantém a cultura, consegue manter a cultura, aos poucos a gente consegue trazer a nova geração pra participar da cultural local, pra manter essa identidade e ter o prazer de fazer essa pescaria, e o prazer de passar esses dois meses na Praia do Miguel, como uma coisa diferente e fazendo um resgate da própria cultura local [...] o pessoal fica mais concentrado, a comunidade participa mais, tem mais essa sociabilidade, né, umas pessoas com as outras. Na temporada não tem como, a gente passa um pelo outro e só dá oi, dá bom dia, boa tarde e pronto, porque eu tô indo fazer uma coisa, tô indo ganhar o meu dinheiro, tô indo fazer um trabalho, tô é... tipo assim, é... aproveitando o turismo, o comércio, e o verão da Ilha do Mel, sabe... e daí no inverno a gente aproveita (Pescador M3, 38 anos).

Quando comparada ao turismo, principal atividade do ponto de vista econômico, a pesca da tainha é reconhecida pelos pescadores como uma

prática que fortalece os laços sociais, a participação coletiva, as amizades e a transmissão de saberes às novas gerações.

A pesca da tainha é uma atividade econômica que possui um valor social que contribui para a construção de identidades. É comum a presença de crianças e jovens envolvidos com a pesca possibilitando que o número de participantes venha se mantendo com o tempo.

Todos os pescadores possuem alguma atividade econômica ligada direta ou indiretamente ao turismo na ilha. Alguns são proprietários de camping ou pousada, alguns trabalham na coleta de lixo e outros prestam serviços autônomos em construção civil. Poucos são os aposentados na pesca.

A pesca da tainha representa uma renda significativa para os moradores da Vila de Encantadas (de R\$710,00 a R\$1.420,00 por pessoa durante os dois meses de pesca²²), principalmente na época de inverno, na qual os serviços turísticos têm sua demanda reduzida. Essa renda é suficiente para os pescadores se manterem durante o inverno. Desta forma, a comunidade de Encantadas mantém duas organizações econômicas bastante distintas: a pesca no inverno e o turismo no verão.

No discurso dos entrevistados percebe-se que o turismo se caracteriza como a atividade econômica principal²³. Porém, marcada pelo individualismo e por relações sociais menos afetivas. A pesca da tainha é apresentada pelos pescadores como uma atividade coletiva e que, apesar de secundária em relação ao turismo, produz valores econômicos e afetivos muito significativos. São esses valores produzidos na pesca que ressaltam as relações de reciprocidade no grupo, tais como: o compartilhamento dos recursos comuns (mar e pescado), a transmissão de saberes (ofícios da pesca) e o prestígio da comunidade.

Troca e reciprocidade são diferenciadas pelos valores produzidos (TEMPLE e CHABAL, 1995). O valor produzido na reciprocidade está no ato e

²² O dono da rede ganha em média 16 mil reais na temporada, sem considerar os gastos com a manutenção dos equipamentos de pesca.

²³ Nesta pesquisa não se teve o objetivo de quantificar a renda dessas pessoas com o turismo.

o valor produzido na troca está na coisa. Isso não significa que a reciprocidade não produza valores materiais, mas este se torna uma consequência das relações sociais estabelecidas pela reciprocidade.

A coexistência das relações de reciprocidade e troca é comum nas atividades econômicas (SABOURIN, 2009). Na Ilha do Mel não é diferente, troca e reciprocidade organizam as relações econômicas, mas com uma dinâmica sazonal específica que precisa ser melhor analisada. Neste trabalho, a ocorrência de relações de reciprocidade tornou-se o foco principal, tendo em vista que as relações de troca mercantil também estão presentes na pesca coletiva, mas de forma mais integradas à reciprocidade.

4.1.1 Relações, práticas e estruturas de reciprocidade

Na pesca da tainha na Praia do Miguel as relações e as práticas de reciprocidade são tradicionalmente formadas pelo trabalho coletivo e coabitam com as relações de troca nas regras de divisão dos rendimentos da pesca. Segundo Polanyi (2000; 2012), são as instituições sociais (parentesco, hierarquia política, tradição religiosa) legitimadas pelas regras e costumes de uma comunidade ou sociedade, que sustentam as economias de reciprocidade e redistribuição. Para Temple (2009) e Sabourin (2011a), essas relações são construídas nas estruturas que organizam as relações sociais numa economia de reciprocidade.

No caso de economias mistas, como na Praia do Miguel, onde as relações de troca e reciprocidade coexistem, a mesma base que estrutura as relações e práticas de reciprocidade, também estruturam as relações de troca (simples e mercantil) e a maior expressão dessa estrutura são as regras de divisão dos rendimentos da pesca.

A reciprocidade centralizada (SABOURIN, 2011a) ou redistributiva (POLANYI, 2012), é estruturada em um centro de poder responsável pela redistribuição. Na Praia do Miguel, esse centro é o dono da canoa e da rede,

este assume um papel importante na pesca coletiva, pois da sua forma de organização depende o trabalho coletivo, as memórias da comunidade e a manutenção da tradição da pesca. As prestações são oferecidas em forma de serviços, pois somente através do trabalho coletivo é possível realizar a pesca, mas também em forma de transmissão de saberes, imprescindível à salvaguarda desse patrimônio.

O fato do dono da rede possuir a propriedade privada do material de pesca estabelece uma assimetria no grupo. Trata-se de um sistema vertical (hierarquizado) que articula troca e reciprocidade na produção de valores materiais, éticos e afetivos. Neste caso, a relação social e econômica está inserida num sistema misto (SABOURIN, 2009) que, de forma paralela à relação de troca, estabelece uma relação de reciprocidade ternária centralizada e assimétrica (SABOURIN, 2011a). Isso ocorre porque o valor produzido na relação não está somente nos serviços trocados, mas no laço social, no aprendizado da pesca, na tradição caiçara e nas memórias da comunidade.

Quanto às regras de redistribuição, estas ultrapassam o próprio dono da canoa e da rede, são estabelecidas pelo costume, pela tradição e legitimadas socialmente. Os próprios pescadores não sabem sobre a origem destas regras: *“isso aí é muito antigo, né, muito antigo isso aí, isso aí é das primeiras pescarias que saiam aqui na frente, eles já faziam essa regrinha dos quinhão, de como dividir...”* (Pescador M3, 38 anos). O dono da canoa e da rede adotou as regras utilizadas pelos antigos:

já fiz pelos antigos mesmo, que eu pescava com eles, né! Pelos Valentim que eu pescava, né! O falecido Valdemar, então eu peguei isso aí com eles, é assim que eles repartiam, é assim que vai... vai fazendo, né! E todos os pescadores fazem! Todos os pescadores que pescam assim eles tiram a parte da rede, né, a parte que é da rede, o quinhão da rede, o terço que a gente chama. E depois divide o resto com pessoal, né, de quem pesca! (Pescador M1, 65 anos).

A palavra de ordem é *dividir* e não *pagar*. Ao término de um lanço o sentimento compartilhado entre os pescadores é o de propriedade coletiva do produto da pesca, ou seja, mesmo que o material de pesca seja de propriedade privada, o produto da pesca é majoritariamente resultado de um trabalho

coletivo. Noutras palavras, as relações de reciprocidade são evidenciadas no trabalho coletivo, enquanto a assimetria do grupo é resultado da propriedade privada dos materiais de pesca.

Quando questionado sobre a possibilidade de propor outro modelo para distribuição um dos pescadores relata:

É meio complicado, né, lançar outro modelo que as pessoas podem não aceitar o teu modelo ali, de plano de contabilidade, então não é legal. É bom deixar assim mesmo como está, porque já é tradição, mudar já é uma coisa que vai sair fora do padrão da tradição, é bom deixar o lança aí (Pescador M2, 56 anos).

Tais regras estão acima das leis do mercado e se justificam pelas funções de cada um no sistema de pesca (Quadro 4).

Quadro 5: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço na Praia do Miguel.

Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço			
1.	Divisão dos quinhões (em peixe)	Logo após a pesca, cada participante, dependendo da quantidade de peixe, recebe um, dois ou três peixes para sua refeição.	
2.	Venda do peixe	Todo o peixe é vendido para o mesmo comprador (o atravessador), essa venda é mediada pelo dono da canoa e pelos pescadores mais experientes.	
3.	Retirada do terço (em dinheiro)	O valor total da venda é dividido em três, sendo uma parte do dono da rede.	
4.	Divisão dos quinhões (em dinheiro)	Os outros dois terços são subdivididos em quinhões, ou seja, entre todos os demais participantes da pesca. Aqui há outra regra:	
		Os pescadores que embarcaram na canoa e os espias recebem 2 quinhões, ou seja, o dobro dos demais.	Os que ajudaram a puxar a rede na praia, inclusive mulheres e crianças, recebem 1 quinhão.
5.	A sobra	Em todas as divisões o dono da canoa retira uma pequena reserva em dinheiro, resultado da falta de troco para todos os quinhoeiros. Por exemplo, se um quinhão é avaliado em R\$203,50 o dono da canoa retira R\$3,50 de cada quinhão. Esse dinheiro é reservado para retribuir os pescadores que ajudam a trazer a canoa para vila no fim da pesca, ou mesmo para organizar uma festa no final da temporada.	

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatos dos pescadores.

Para exemplificar como as regras de divisão do terço e dos quinhões funcionam na pesca de lança suponha-se que 30 pescadores tenham participado de um lança que capturou 330 tainhas. A primeira regra implica na divisão do quinhão de peixe, ou seja, cada pescador fica com uma tainha para

a refeição do dia, restando 300 tainhas que serão vendidas para um intermediário. Considerando que as 300 tainhas tenham somado 600 quilos vendidos à R\$6,00 tem-se uma receita total de R\$3.600,00.

A partir daí entra em vigor a regra da retirada do terço pertencente ao dono da rede, ou seja, ele fica com R\$1.200,00 restando R\$2.400,00 para a divisão dos quinhões em dinheiro. Aqui entra em vigor outra regra: o espia e quem tripulou a canoa tem direito a receber dois quinhões, ou seja, o dobro daqueles que apenas ajudaram a puxar a rede na praia. Suponha-se que dentre os 30 pescadores 5 tenham recebido dois quinhões (o espia e 4 tripulantes da canoa) e os outros 25 (incluindo o dono da rede que ajudou a puxar a rede na praia) tenham recebido um quinhão. O valor total (R\$2.400,00) será dividido por 35 (para facilitar a conta os pescadores consideram o espia e os tripulantes da canoa como duas pessoas, haja vista que eles devem receber o dobro) resultando o valor do quinhão (R\$68,57).

Para facilitar o pagamento dos quinhões os pescadores costumam arredondar o valor, suponha-se que o quinhão desse lanço seja arredondado para R\$65,00, restando R\$3,57 de cada quinhão (a sobra). Dessa forma, os pescadores que têm direito a dois quinhões ficam com R\$130,00 e aqueles que têm o direito a um quinhão recebem R\$65,00. O valor total da sobra (R\$124,95) será dividido por igual, no final da temporada, entre os pescadores que ajudarem a transportar a canoa ou mesmo para dar uma festa em comemoração à temporada de pesca (essa decisão é sempre tomada pelo coletivo). Vale destacar que o dono da rede, caso tenha participado, ajudando a puxar a rede na hora do lanço, tem o direito a receber um quinhão, além do terço já recebido.

A justificativa para a retirada do terço é legitimada pelos pescadores, pois estes reconhecem a responsabilidade do dono da canoa e da rede pela manutenção dos equipamentos de pesca, bem como o valor investido na aquisição desse material. Os dois quinhões recebidos pelos que embarcam na canoa são reconhecidos pelo perigo, esforço e habilidade requeridos à função:

Aqueles ganham duas partes, ganham dois quinhão como se fossem duas pessoas trabalhando, é o dobro daquele que fica ali na praia só

puxando a rede, aquele dali que corre mais risco, dá mais garra, mais força, rema né, pra encarar o perigo, ali o dono da rede dá dois quinhão praquela pessoa que vai na canoa (Pescador M2, 56 anos).

Para buscar o máximo de equidade entre os pescadores, quanto à divisão dos quinhões, é realizado um rodízio entre aqueles que embarcam na canoa, dessa forma, é dada a todos a oportunidade de receber dois quinhões. Esse rodízio também serve para inserir, através do aprendizado, novos pescadores ao sistema de pesca, pois eles entendem que desta inserção depende o futuro da pesca e a manutenção da tradição local.

Eu fui agora na canoa, certo... demos um lanço... se sair um lanço agora e tiver pessoa suficiente pra ir na canoa, eu não vou, eu deixo outra pessoa ir no meu lugar, porque eu já tive a chance de ir. Então quer dizer, eu tô fazendo uma coisa sustentável, certo, tipo assim, não é egoísmo nem ganância da minha parte, sabe... eu tô dando a oportunidade pras outras pessoas fazerem o mesmo... [...] como ele [o dono da canoa] viu que algumas pessoas estavam pulando duas ou três vezes na canoa e não estavam deixando as outras pessoas, mesmo que estivessem pessoas pra puxar naquele momento, e daí ele falou: não, isso não pode acontecer... porque senão vai gerar conflito entre as pessoas, daí o rapaz vai chegar pra você: pô, mas fulano e ciclano toda hora estão pulando na canoa pra querer ganhar mais que os outros. Então gera esse conflitinho assim... interno, então pra gente acabar com essa coisa, a gente faz o quê? Então faz o seguinte: a mesma responsabilidade que você assume na canoa o outro também assume. Certo? Então, tipo assim, se eu fui uma vez eu tenho que deixar o outro, agora se não tem outra pessoa pra ir, eu tenho que ir porque o lanço tem que sair de alguma forma. (Pescador M3, 38 anos).

A prática do rodízio estabelece entre os pescadores uma forma de reciprocidade ternária bilateral em rede (FIGURA 7), na qual todos os pescadores mantêm mutualidade entre eles, gerando valores como justiça e equidade (no caso dos quinhões) e responsabilidade social (no caso da transmissão de saberes). A mesma transmissão de saberes, quando pensada através das gerações, estabelece uma forma de reciprocidade conhecida como ternária unilateral (FIGURA 6). O rodízio também serve como um sistema de coesão social do grupo, para amenizar os conflitos internos.

Os dois quinhões recebidos pelos espias são reconhecidos pelo tempo dispensado ao ofício e pelo papel crucial no sistema da pesca:

porque o espia enfrenta lá no morro, né, tá lá direto, né! Pega chuva, pega vento, pega sol, pega tudo lá e ele tá lá, né! Tá lá! Porque sem o espia também a gente não é nada também! Não tem pescaria, se não tem o espia! Porque o peixe passa e vai embora e não tem quem veja né! Então tem que ter! (Pescador M1, 65 anos).

Quanto à participação de pessoas “de fora”, mulheres e crianças na divisão dos quinhões prevalecem o senso de justiça e igualdade:

tua participação [se referia ao entrevistador como um “de fora”] é o que faz puxar a rede pra praia, é tua força, tua energia, sabe como, eu não posso ser desleal com você nesse momento, porque você, sem a sua participação não tem aquela energia colocada ali pra puxar a rede, não tem aqueles 200 peixes da praia, 300 peixes... eu acho justo, se o cara tá aqui de manhã cedo aqui e ele ajuda a puxar a rede, é igualdade certo, ele também coloco os mesmos esforços que todos colocaram, é uma energia... [...] As crianças também, as crianças também participam ganham o quinhão, tem porque tá ajudando [...] Ganham igual, porque a participação da criança, eu acho que ela tem o interesse dela, o interesse porque é divertido, o interesse porque gosta, o interesse porque eu consigo manter uma tradição, uma cultura, envolvendo a nova geração nesta cultura, faz o resgate, então quer dizer, mesmo que... eu tô fazendo essa parte certo, independente se vai acontecer ou não vai acontecer, se a pessoa vai querer ter o interesse de manter a cultura ou não vai, mas eu tive essa atitude de fazer isso, de tratar com igualdade porque é interessante tratar todo mundo com igualdade, sabe, então isso que é o bom (Pescador M3, 38 anos).

Os valores materiais (força de trabalho, quinhão) são permeados por valores afetivos e éticos (participação, lealdade, igualdade e tradição). Dessa forma, troca e reciprocidade coexistem nesta organização social produzindo valores materiais, afetivos e éticos fundamentais à subsistência material, à reprodução social e à sociabilidade dos pescadores.

Na pesca de cambau as regras de distribuição são parecidas. Porém, tem suas especificidades, pois a técnica de pesca requer outras funções e habilidades, bem como materiais de pesca diferentes daqueles utilizados no lanço (Quadro 5).

Quadro 6: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Cambau na Praia do Miguel.

Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Cambau		
1.	Rodízio de redes	Como muitos pescadores possuem redes para camboar, eles organizam um rodízio por noite.
2.	Divisão dos quinhões (em peixes)	Como a quantidade de peixe é pequena comparada ao lanço, às vezes a divisão dos quinhões termina aqui servindo apenas para consumo. O peixe é dividido, o pescador que camboar “por fora” (geralmente o dono do cambau) recebe 2 quinhões, já os que camboaram “por terra” recebe 1 quinhão.
3.	Venda do peixe	Só ocorre quando a pesca é considerada grande (acima do necessário para consumo). A venda é mediada pelo dono do cambau.
4.	Retirada do terço (em dinheiro)	O valor total da venda é dividido em três, sendo uma parte do dono do cambau. Essa regra é flexível, pois muitas vezes o valor retirado pelo dono do cambau não chega a um terço. (caso o dono do cambau não participe da pesca seu terço também está garantido).
5.	Divisão dos quinhões (em dinheiro)	Os outros dois terços são subdivididos em quinhões, ou seja, entre os demais participantes da pesca, inclusive o dono do cambau. Aqui há outra regra:
		Os pescadores que camboaram “por fora” recebem dois quinhões, ou seja, o dobro dos demais. Os pescadores que camboaram “por terra” recebem um quinhão.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatos dos pescadores.

Na pesca de cambau é possível identificar uma estrutura de reciprocidade diferente daquela presente na pesca de lanço. Isso é possível pela simetria do grupo (quase todos possuem rede de cambau) e pela regra do rodízio da rede. Neste caso, há uma estrutura de reciprocidade ternária bilateral em rede (FIGURA 7), onde o pescador “A” fornece sua rede para uma noite de camboada, recebendo a ajuda do pescador “B”, “C” e “D”, na noite seguinte quem fornece a rede é o pescador “B” recebendo a ajuda dos demais, e assim sucessivamente. Dessa forma, não há uma centralidade na organização da pesca e todos os pescadores mantêm relações de ajuda mútua. Nesta estrutura de reciprocidade, a amizade e a confiança são os valores mais comuns produzidos entre esses pescadores.

As relações de ajuda mútua são mobilizadas de um lado pelas regras de divisão (interesses materiais) e de outro pelo laço social (amizade, companheirismo, justiça). Cada um, na relação recíproca, não tem a obrigação contratual de retribuir a ajuda, mas o faz pela obrigação moral e pela manutenção do laço social. Dessa forma, as relações de troca e reciprocidade

coexistem entre os pescadores tendo em vista a produção de valores materiais, éticos e afetivos.

Nos dois tipos de pesca há uma preocupação coletiva com a divisão justa dos rendimentos, essa divisão não parte do equilíbrio mercantil estruturado sobre a lei da oferta e da procura. Essa justiça é buscada no princípio da equivalência (uma forma híbrida de reciprocidade e troca) estabelecida entre os serviços prestados na pesca (dono da rede, espia, proeiro, popeiro, chumbereiro) e a categoria de participação na divisão (um terço, um quinhão, dois quinhões). Na equivalência há uma racionalidade instrumental, mas que não é regida pelo mercado.

Polanyi (2012) destaca que a equivalência, nas relações econômicas, é um mecanismo simples que protege a economia dos elementos utilitários da racionalidade econômica. Pois a criação das equivalências pode obedecer a um sistema de formação social do valor bem diferente da formação do preço num mercado de troca livre, mesmo e precisamente (no caso da divisão dos rendimentos da pesca) se a repartição de acordo com as “equivalências” é assimétrica, o que corresponde a uma lógica de reciprocidade mais que de troca (SABOURIN, 2015, informação verbal)²⁴.

Na Ilha do Mel a equivalência na divisão dos rendimentos da pesca dispensa, por exemplo, o pagamento de diárias, o assalariamento e a assinatura de contrato entre os pescadores (elementos típicos da lógica da troca mercantil). Desta forma, não há entre eles uma relação como a de patrão e empregado, mas sim um reconhecimento coletivo do valor social do serviço prestado.

Para além das prestações no plano real, a reciprocidade está imbricada em prestações no nível simbólico e imaginário. Como evidenciado na pesca da tainha da Praia do Miguel, as regras que definem a divisão dos rendimentos, bem como as relações sociais formadas coletivamente, são construídas pelo costume, ou seja, o peso e o reconhecimento da tradição estabelecem no plano simbólico e imaginário as relações sociais e as regras da divisão.

²⁴ Diálogo com Eric Sabourin em 24 de novembro de 2015.

4.1.2 A troca e as relações mercantis

Os maiores conflitos existentes nas relações sociais e econômicas dos pescadores da Praia do Miguel não estão na organização social da pesca, mas na comercialização do pescado em Paranaguá. Todo o peixe é vendido a um único comprador proprietário de um Box no Mercado Municipal de Paranaguá que se responsabiliza pelo transporte, conservação e venda do pescado ao consumidor.

Quando um lanço é realizado, o contato com o comprador é imediato, pois o transporte precisa ser realizado no mesmo dia para o peixe não estragar. Quando o comprador está disponível, ele busca o peixe no trapiche de Encantadas, quando não, o dono da canoa aluga um barco para realizar o transporte até o Mercado Municipal de Paranaguá. Geralmente o peixe é pesado em Encantadas, mas também pode ser pesado no Mercado Municipal em Paranaguá.

O valor do quilo da tainha (R\$7,00 com ova e R\$5,00 sem ova – valores de junho de 2015) não é fixo e pode ser alterado (para valores inferiores) pelo comprador no momento da negociação. Essa relação causa instabilidade entre os pescadores que nunca sabem qual será o rendimento da pesca. Outro aspecto que causa insatisfação entre os pescadores é a falta de estrutura para pesar o peixe, que geralmente é feita pelo comprador com um tímido acompanhamento dos pescadores. A desconfiança, instabilidade e insatisfação no comércio do peixe estão atreladas à dependência do comprador:

[...] hoje a gente só tem um senhor que compra o peixe, que vem buscar aqui certo? [...] ou a gente fica com o atravessador ou a gente não tem outra pessoa que compre bastante, mesmo pagando um preço que às vezes não é muito justo, certo? É melhor ter ele que a gente possa passar o peixe em quantidade e mesmo que o valor não seja aquilo tudo que a gente espera, mas é a única pessoa que compra em quantidade, e vem buscar aqui (Pescador M3, 38 anos).

Alguns pescadores dizem que o atravessador está enriquecendo com o trabalho deles, estes pescadores se sentem explorados pelo atravessador, mas ao mesmo tempo não veem alternativas senão vender o peixe para ele. Não foi possível saber o valor de toda a safra comercializada com o atravessador no ano de 2015, têm-se apenas os dados de um lanço de 2.435 tainhas realizado no dia 10 de Junho (Quadro 6):

Quadro 7: Comercialização do pescado de um lanço na Praia do Miguel.

Venda do Peixe (lanço de 2.435 tainhas)		
Tainha sem Ova R\$ 4,00 Kg	1.707 quilos	R\$ 6.828,00
Tainha com Ova R\$ 5,00 Kg	1.328 quilos	R\$ 6.640,00
Total	3.035 quilos	R\$ 13.468,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações dos pescadores.

O valor negociado no dia da venda foi de R\$7,00 o quilo da tainha com ova e R\$5,00 o quilo da tainha sem ova. Porém, parte do pescado estragou no transporte gerando uma nova negociação entre o comprador e os pescadores, em que o quilo da tainha com ova foi vendido a R\$5,00 e a tainha sem ova a R\$4,00.

No Mercado do Peixe em Paranaguá o quilo da tainha com ova é comercializado a R\$15,00 e a tainha sem ova a R\$12,00. Esse preço pode variar de acordo com a procura, é possível encontrar, dependendo do dia da semana, a tainha sendo vendida a R\$12,00 o quilo com ova e R\$8,00 o quilo sem ova. O lucro obtido pelo negociante varia entre 100% a 200% sobre o valor pago ao pescador, sem considerar suas despesas com transporte, conservação e comercialização do pescado.

A dinâmica social e econômica da pesca na Praia do Miguel faz com que as relações de reciprocidade e troca mercantil coexistam de forma complementar. No nível da comunidade há o predomínio das relações de reciprocidade e troca de equivalência, presente no convívio social e nas regras de divisão que é indispensável à organização da pesca. Já em um nível externo à comunidade (inserção no Mercado Municipal de Paranaguá)

predomina as relações de troca mercantil que, apesar dos conflitos, é igualmente indispensável ao processo produtivo.

4.1.3 A época do Emiliano

As formas de organização social sofreram atualizações na história da pesca na Praia do Miguel. O primeiro dono de rede citado pelos pescadores foi o Seu Emiliano que coordenou a pesca no início da década de 1970.

A família Valentim (Valdemar, Armando e Arlindo), que posteriormente veio coordenar a pesca na Praia do Miguel, aprendeu a pescar com o Seu Emiliano neste período.

[...] os Valentim eram novos e pescavam junto com meu pai [Emiliano] que era mais experiente no ramo da pesca, daí eles vieram pescar com meu pai, começaram a comprar redes [...] daí meu pai e os Valentim pescavam juntos cada um com sua canoa e rede. Nós pescamos um pouco aqui [Praia do Miguel] depois nós pescamos pra lá onde fica o posto da polícia [Mar de Dentro, próximo ao trapiche de Encantada (Figura 1)]. Daí depois que eles [os Valentim] começaram, nosso pai acabou com nossa rede, né, daí nos começamos a pescar com eles, com a rede deles (Pescador M2, 56 anos).

As regras de divisão dos terços e quinhões eram as mesmas, mas com formas de organização e relações diferentes. Ao comparar com a época dos Valentim, os pescadores relatam que na *época do Emiliano* a partilha era imediata e transparente.

[...] as pessoas quando iam repartir dinheiro eles tinham uma buzina, né, um chifre de boi, que era a buzina, né, que quando eles iam repartir o dinheiro, eles varavam a canoa, tiravam a rede da canoa... Amanhã nós vamos repartir o dinheiro, queremos todo mundo lá que nós vamos repartir o dinheiro, primeiro vamos tirar a rede da canoa vamos estender a rede e depois nós vamos lá pra, passar lá pra repartir o dinheiro! Daí pegava aquela buzina e [fez o som com a boca] aí a turma: ó, vão repartir o dinheiro, era a forma que eles sintonizavam, é, na época dos meus pais [...] todo mundo sentava no chão, forrava uma esteira grande assim, vários pacotes de dinheiro com o nome das pessoas, daí quem participo do lanço já ia falando: fulano de tal é tanto, aquele monte de dinheiro dobrado assim, colocava um montinho aqui, um montinho aqui... Faziam vários

montes assim, nós não ia, só os grandão [adultos], né, que tava ali, né, nós ficava só de olho assim, né, que nós não podia nem chega perto, eu tinha uns 10, 12 anos. Fazia aquele monte de dinheiro e ia chamando: fulano de tal pega o seu quinhão lá e já pega o da sua mulher que tá aqui no caderno, daí ele pegava o dele e pagava o da mulher (Pescador M2, 56 anos).

Nesta época dois grupos dividiam a praia na Vila de Encantadas, um pescava no Mar de Dentro e outro no Mar de Fora (FIGURA 1). Há nesta relação dois tipos de reciprocidade: uma reciprocidade binária unilateral, presente na transmissão dos saberes entre os dois grupos (os Valentim aprenderam a pescar com o Seu Emiliano); e uma reciprocidade binária de compartilhamento, presente na partilha dos pontos de pesca quando os Valentim passaram a adquirir redes e pescar na Praia do Miguel. Com o tempo a Família Valentim foi adquirindo mais equipamento e passou a coordenar majoritariamente o sistema de pesca na Praia do Miguel.

4.1.4 A época dos “Valentim”

Na *época dos Valentim* a divisão do terço e quinhões passou a ser realizada somente no final da temporada de pesca e a falta de transparência na contabilidade gerava desconfiança entre os quinhoeiros.

[...] eles faziam meio eles, daí tinha a desconfiança, sabe? Tem aquela desconfiança quando a pessoa reparte o dinheiro que o quinhoeiro quase não vê, sabe? Num repartimento, daí as pessoas ficam desconfiadas: pô será que nós não fomos passados pra traz, né? Nós não tava lá pra vê, não tava presente pra vê o quê que deu de quinhão pra cada um, daí eles fizeram um quinhão lá e marcaram assim, ó, deu 50 e no caso dava 60, mas marcaram 50. Mas não sei se isso chegou a acontecer, né, cara! Nunca se sabe, tem aquela desconfiança, mas o certo mesmo é repartir nos olhos das pessoas (Pescador M2, 56 anos).

Os membros da família Valentim, além de serem os donos do material de pesca, eram proprietários do único armazém da ilha. Pescador M1 (65 anos) relatou que na época dos Valentim a vida não era fácil, na temporada da tainha

o Valdemar Valentim demorava mais de um mês para dividir o quinhão e debitava os fiados do armazém, não restando quase nada ao pescador, pois tudo que era vendido era muito caro.

O mesmo pescador relata que na hora de dividir o quinhão o Valdemar reunia os pescadores e chamava a Maria Polaca (da família Valentim) para acompanhar, ela ficava com a lista dos fiados e quando o pescador recebia o quinhão ela estava pronta para cobrá-lo. Todos compravam fiado no armazém, pois necessitavam e não tinham onde recorrer, aqueles que se recusavam a pescar com o Valdemar não tinham créditos no armazém.

Percebe-se nestas relações uma assimetria no grupo que praticava a pesca coletiva, ou seja, o dono da rede estabelece uma relação de dominação sobre os demais. A reciprocidade presente nesta relação é desigual e marcada por relações de poder, os valores gerados a partir destas relações são dependência e submissão.

Entre dezembro de 1977 e março de 1978, a pesquisadora Marília de Carvalho Kraemer desenvolveu sua tese de doutorado sobre a organização social da pesca na Prainha²⁵. A partir de uma abordagem antropológica, tendo por base a produção material sem minimizar os aspectos culturais, a autora insere o cotidiano dos pescadores num processo de reprodução de capital vinculado ao sistema de mercado no qual estão inseridos.

Nesta pesquisa Kraemer denuncia a exploração do trabalho dos pescadores artesanais pela família Valentim que, neste momento, exercia a função de intermediários no processo produtivo com o monopólio do comércio, transporte e conservação do produto.

Na Prainha os pescadores não são proprietários dos instrumentos de produção. Há uma família que os monopoliza, com significativo papel na estrutura da produção dessa localidade. [...] O mais velho, Valdemar, é o proprietário das redes de tainha e é quem organiza e controla esta pesca. O segundo, Arlindo, se encarrega do comércio de pescado, comprando dos pescadores para revender em Paranaguá. O último, Armando, trabalha no armazém e na divisão dos quinhões a que tem direito como proprietário das redes de caceio

²⁵ Antigo nome da Vila de Encantadas.

e de prancha. Porém, esta divisão de trabalho entre eles não é tão rígida; trabalham em conjunto, não havendo separação entre seus negócios (KRAEMER, 1983, p. 83-84).

No final da década de 1970, a Ilha do Mel ainda não havia desenvolvido o turismo, sendo a pesca a principal atividade econômica dos nativos. A pesca da tainha mobilizava toda a comunidade em trabalho coletivo, segundo Kraemer (1983) eram necessárias de 50 a 60 pessoas para realizar um cerco. Quanto à divisão dos rendimentos a autora destaca:

No final da safra é feita a divisão do produto entre os participantes em três partes: 1/3 para os proprietários e os outros 2/3 para os demais participantes da pesca. [...] nos meses da tainha não se trabalha com outra rede, só se faz o arrastão de praia (KRAEMER, 1983, p. 78).

Os dados empíricos da pesquisa da Kraemer confirmam a narrativa dos pescadores quanto à demora em dividir o terço e quinhões na época dos “Valentim”. Porém, sua denúncia sobre as formas de exploração do pescador geram algumas questões: como eram construídas as relações sociais e econômicas desses pescadores? A centralização das relações em uma família que detinha todos os meios de produção, transporte e comercialização do pescado deu um caráter opressivo ao centro? Essas questões merecem reflexão.

Atualmente, nos relatos dos pescadores, as principais queixas quanto à época dos “Valentim” são: a falta de transparência na hora de dividir o terço e os quinhões e o valor dos produtos comercializados no armazém. Ninguém questiona sobre as regras de divisão, até porque são as mesmas que sempre foram respeitadas por esses pescadores. A única diferença quando à divisão dos quinhões é que, na época dos Valentim, nem todos os participantes da pesca recebiam o quinhão, somente os chefes de família e suas esposas, ou seja, crianças e jovens pescadores não recebiam.

Alguns pescadores (principalmente os mais velhos) defendem que a divisão dos quinhões somente entre os chefes de família era melhor.

Era bem melhor! Era tudo unido o grupo certinho! Só quem tinha carteira que podia pescar! E agora não! Qualquer um, qualquer

molequinho desse aí ó... 14, 15 anos ganha a mesma coisa que a gente! Mesma coisa! Antes não ganhava era nada! Não ganhava nada! Se ganhasse um peixinho era muito, sabe? Mas dinheiro não ganhava! [...] Só ia só barbado mesmo na canoa! Só gente de... já... que conhecia mesmo! Sabia como que era! Como funcionava a coisa, né! Quem puxava na praia ganhava também! Mas a molecada não! Hoje as molecada ganha a mesma coisa! Ganha a mesma coisa! Eu quando fui ganhar quinhão do peixe mesmo, em dinheiro mesmo, eu tava... eu tive que tirar carteira com... com 19 anos ainda não ganhava nada! Aí com 20 anos pra 21 já tinha a carteira de pesca, sabe? Aí que eu fui ganhar! O seu Valdemar ele só pagava pra quem tinha a carteira! A mulher naquela época ganhava também. Mulher casada. As meninas não, né! As meninas, as molecada também não! As que eram casadas ganhavam a parte também! (Pescador M4, 60 anos).

A reciprocidade centralizada (redistributiva) pode emanar de um poder democrático ou aristocrático (GODELIER, 1969). Percebe-se que na época dos Valentim as regras de distribuição eram menos democráticas que atualmente, pois impedia os jovens de participar da divisão. O valor produzido numa estrutura sem a participação de todos é de obediência e submissão ao centro.

Segundo Kraemer (1983, p. 88 e 94), naquela época muitos pescadores reclamavam das condições de trabalho, mas

há uns poucos pescadores que não possuem nenhum 'preparo de pesca' e não fazem questão de possuir, pois preferem pescar para os Valentim. Dizem que ganham mais, pois pescam em maior quantidade. Não têm rede nem canoa, mas são de confiança dos Valentim. São cerca de cinco pescadores, moços, 'tem um pessoal que a gente tem mais confiança, dá qualquer embarcação' diz Arlindo. 'são rapazes bonzinhos que não são de bebida nem de cigarro, a gente pode confiar neles, a gente ajuda muito eles quando precisam. Os que trabalham para nós estão comprando suas próprias casas' [...] os pescadores, totalmente desprovidos dos instrumentos de produção, desenvolvem com os Valentim uma relação interessante. Não se pode dizer que sejam assalariados, mas vê-se nitidamente que esta é uma força de trabalho explorada para reproduzir o capital dos proprietários dos instrumentos de produção. Aliás, o próprio pescador tem consciência disto.

Essa mesma consciência é expressa atualmente pelos pescadores com relação ao atravessador que, neste caso, não possui os instrumentos de produção (material de pesca), mas tem acesso direto ao mercado de troca. Percebe-se com isso que neste período houve relações e práticas de reciprocidade que, mesmo numa relação assimétrica, produziu confiança entre os pescadores.

O carácter opressivo (aristocrático) do centro está ligado à reciprocidade desigual e às relações de troca mercantil que, neste período, não eram externas e complementares à comunidade, mas internas e conflituosas, pois o dono da rede se confundia com o atravessador (eram irmãos) que comprava o pescado para revender nas empresas ou no Mercado Municipal de Paranaguá.

Atualmente essa assimetria do grupo da Praia do Miguel foi amenizada pela atividade econômica do turismo, ou seja, os pescadores já não dependem totalmente do dono da rede para o seu sustento material. Dessa forma, apesar de haver uma assimetria na pesca da tainha, num nível geral há uma condição simétrica entre os pescadores que mantém relações de interdependência.

Kraemer (1983) fez um levantamento de preços buscando mapear o comércio do quilo da tainha na Vila de Encantadas em 1978. O peixe era comprado do dono da rede (Valdemar) à Cr\$ 12,00, o negociante (Arlindo) vendia às empresas por Cr\$ 20,00 ou ao Mercado Municipal de Paranaguá por Cr\$ 30,00, que por sua vez vendia ao consumidor à Cr\$ 40,00. Do pescador ao consumidor a tainha sofria um acréscimo de aproximadamente 250%. Quanto à produtividade total da pesca os valores eram variados, os próprios pescadores não possuíam este controle,

não foi possível saber quanto os negociantes recebem nessa época. Apenas um pescador comentou que Valdemar 'faz até Cr\$ 30.000,00'. Arlindo comentou que vai vendendo na empresa de Paranaguá e não faz questão de receber todo o dinheiro na hora. Já teve época de fazer nota de até Cr\$ 80.000,00 na safra da tainha. Um pescador contou que na safra de 1977 recebeu em dinheiro Cr\$ 500,00 depois de pagar a dívida no armazém que foi de Cr\$ 425,00. Isto depois de dois meses de trabalho, numa época considerada a mais produtiva. Outro disse que recebeu Cr\$ 1.000,00, neste mesmo ano, no final de dois meses de safra (KRAEMER, 1983, p. 103).

Assim, mesmo reconhecendo que produção e circulação são indissociáveis, Kraemer (1983, p. 144) afirma que “pode se levar a pensar que a exploração que sofre o pescador situa-se apenas no nível da circulação, uma vez que as diferenças de preço são gritantes”.

Kraemer enfatiza a importância dos pescadores possuírem seus próprios instrumentos de pesca para assim se libertarem da exploração do

dono da rede, mas hoje, nos grupos, o próprio dono da rede, em conjunto com os pescadores, se sente oprimido pelo atravessador e pela lógica mercantil incorporada nesta relação.

4.1.5 A época do “Zorro”

Odislei Paraná da Silva, mais conhecido como “Zorro”, foi um dono de rede que coordenou a pesca da tainha entre 2005 e 2008. Era um empresário que administrava pousada, bar e restaurante na Vila de Encantadas e, juntamente com o Leonardo Valentim, reativou a pesca coletiva da tainha, que havia parado após o falecimento do Valdemar Valentim. Essa paralização nas atividades pesqueiras foi promovida, principalmente, pelo fortalecimento do turismo como atividade econômica da ilha.

O sistema de pesca implantado pelo “Zorro” foi um pouco diferente da tradição local quando à organização social e econômica. Ele colocou duas canoas (uma na Praia do Miguel e outra no Mar de Fora) e contratou²⁶ cinco pescadores para trabalhar com o material de pesca durante a temporada de tainha. Os pescadores recebiam do “Zorro” meio salário mínimo e uma cesta básica por mês para permanecer na praia durante o período de pesca.

A divisão do terço e dos quinhões permaneceu e o número de pescadores (de 40 a 60) também. Esses pescadores assalariados recebiam para que pudessem se dedicar somente à pesca da tainha, pois, segundo os pescadores locais, o envolvimento com outras atividades prejudicava a pesca: *“por que o Zorro pagava por mês? Pro pessoal não deixar de pescar durante esses dois meses, sabe como, pra ele manter o cara ali, pro cara não sair daqui”* (Pescador M3, 38 anos).

²⁶ Esse contrato não era por escrito, nem mesmo com registro em carteira.

Recebiam salário os quatro pescadores que embarcavam na canoa e o espia que nesta época era o Ede (atual dono da rede). Alguns pescadores, que eram assalariados pelo “Zorro”, dizem que nesta época era bom pescar:

Na época do Zorro nós trabalhava assim como em forma de empregado lá, recebia meio salário e recebia o dinheiro do peixe que matasse, era legal pra nós, porque daí nós era em cinco pessoas que não falhava, assim tipo, chovesse ou não chovesse tinha que tá lá na Ponta do Nhá Pina, e depois nós corria pra cá [Praia do Miguel] porque daí nós pusemos outra canoa que não tinha aqui, que era do Armando lá, e nós pusemos outra canoa aqui [Praia do Miguel] daí nós corria lá e fazia aqui. Era eu, o Zorro, o Gabarde, outras pessoas assim [...] o Ede era o espia, quem trabalha lá neste conjunto recebia esse salário por mês e cesta básica, e do mesmo jeito ganhava o quinhão. A divisão era do mesmo jeito, o quinhão do peixe e o quinhão do dinheiro. Essa época era bom, era uma forma de estar empregado, não era de carteira assinada, mas nós tava (Pescador M2, 56 anos).

Por outro lado, alguns pescadores resistem ao processo de assalariamento, afirmando que este acaba introduzindo relações sociais diferentes das quais eles estão acostumados. Eles dizem que o “Zorro” fugia da tradição e estabelecia uma relação de patrão e empregado:

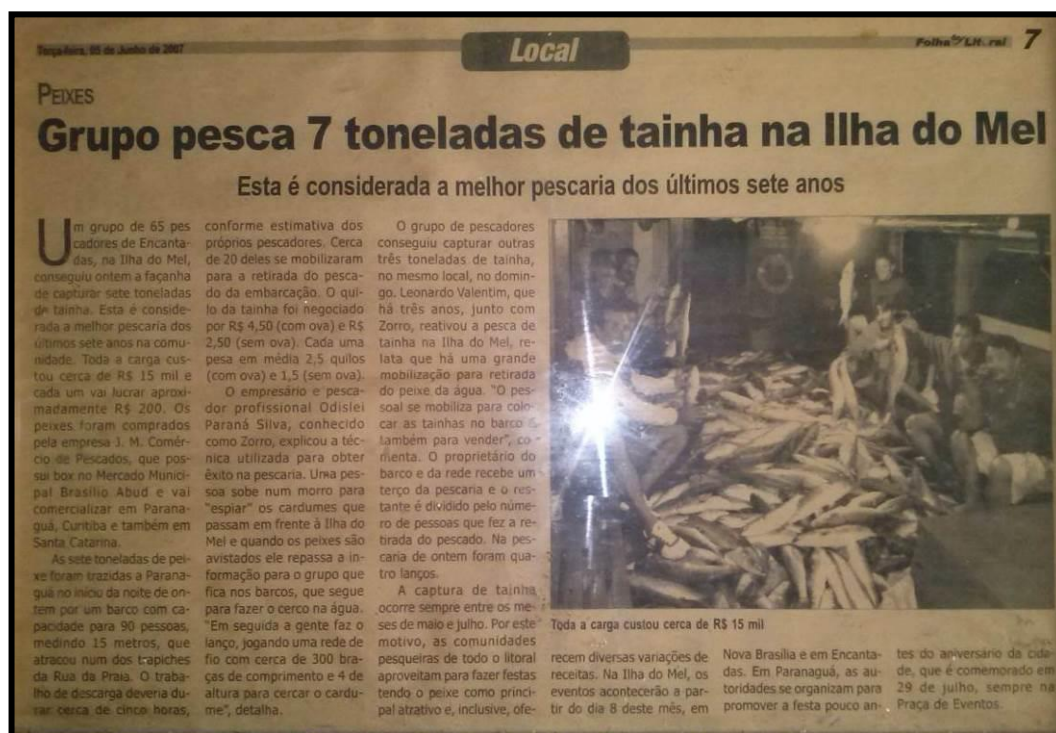
O Zorro fugia um pouco da cultura local, porque daí ele já pagava, é como se fosse funcionário, era assalariado, tipo assim, ele pegava e pagava, não sei se um salário ou meio salário, pra quem fosse na canoa, né, então ele já tinha uma equipe de cinco pessoas, ganhando por mês pra ir na canoa, já não tinha rodízio era só aqueles que ganhavam por mês pra estar aqui também e pra manter a pesca. Certo? Então quer dizer ele tava pagando pra manter a cultura, a canoa e a rede era dele, então o resultado da pesca, sabe, ele vendia lá e pagava mensalidade dessas pessoas, o salário (Pescador M3, 38 anos).

Como aqueles que embarcavam na canoa e o espia eram assalariados não havia rodízio entre pescadores, impossibilitando que todos tivessem acesso a ganhar dois quinhões, bem como aprender os ofícios da pesca. Por outro lado, diferente da época dos “Valentim”, o comércio é realizado coletivamente e de forma direta no Mercado Municipal de Paranaguá, sem a intervenção do atravessador.

Uma reportagem do Jornal Folha do Litoral de 05 de Junho de 2007 (FIGURA 16) relata que o peixe foi comercializado diretamente na empresa J.

M. Comércio de Pescados por R\$4,50 o quilo da tainha com ova e R\$2,50 o quilo da tainha sem ova, depois da venda os rendimentos eram divididos conforme as regras locais (Quadro 4).

Figura 16: Reportagem do Jornal Folha do Litoral.



Fonte: Jornal Folha do Litoral (2007).

Neste sistema, as relações sociais e econômicas são alteradas, a remuneração dos pescadores estabelece uma relação mercantil com o dono da rede. Interessante que a remuneração não é diretamente pela atividade de pesca (esta continua sendo regida pelo terço e quinhões), mas pela permanência no local da pescaria que, na visão dos pescadores, é imprescindível para não se perder o lanço.

Alguns pescadores relatam que hoje muitos lanços são perdidos por falta de pescadores na praia, muitas vezes o espia sinaliza a aproximação de um cardume, mas não têm pescadores no local para colocar a canoa na água, estes estão envolvidos com outras atividades, tais como, a coleta de lixo e o transporte de bagagens. Esse problema na época do “Zorro” não existia, pois os pescadores eram remunerados para se dedicar exclusivamente à pesca.

Apesar de alterar as relações de reciprocidade e troca, a mercantilização proposta pelo “Zorro” não criou uma estrutura de mercado forte o suficiente para estabelecer uma relação de troca mercantil entre os pescadores. Apesar de o salário mínimo ser uma referência fixada pelo mercado, este não substituiu a divisão do terço e quinhões, ou seja, as lógicas da troca mercantil (assalariamento), da equivalência (regras de divisão) e da reciprocidade (resgate da tradição) coabitaram nas relações sociais e econômicas dos pescadores.

4.2 OS PESCADORES DA PRAIA DO FAROL

Na Praia do Farol a pesca da tainha é realizada em três pontos. O ponto principal é a tenda do Pescador F1, localizada próxima ao Farol das Conchas, o segundo ponto é a tenda do Pescador F4 que na verdade é a tenda do taxi náutico, utilizada como cobertura no período de pesca, o terceiro ponto é do Nilo, no qual ele deixa uma rede estendida em frente à sua casa (FIGURA 17). Pescador F1 e Pescador F4 são os donos de rede que praticam a pesca de lanço, a pesca realizada pelo Nilo não é caracterizada como lanço, pois ele apenas deixa a rede estendida no mar e retira ao final da tarde.

Figura 17: Disposição das tendas na Praia do Farol.



Fonte: Google Earth, estilizado pelo autor.

Diferente da Praia do Miguel, os pescadores da Praia do Farol não constroem barracos, eles armam uma tenda com estrutura de aço para passar a temporada de pesca (FIGURA 18). Nesta tenda há um espaço para cozinhar e fazer as refeições; há uma mangueira que leva água potável da residência mais próxima até a tenda. Na Praia do Farol as pessoas moram próximo ao ponto de pesca não havendo necessidade de passar a noite na tenda, esta serve para reunir a todos somente na hora do lanço.

Figura 18: Imagens das tendas da Praia do Farol.



Fonte: fotos registradas pelo autor.

A tenda do Pescador F1 é a mais movimentada, é o melhor ponto de pesca devido à sua proximidade ao Morro do Farol das Conchas onde o espia realiza o seu ofício, nela ficam aproximadamente 20 pessoas, a maioria da família do dono da rede. Essas pessoas passam o dia na tenda, apenas o filho do Pescador F1 que dorme nela uma vez ou outra.

Na tenda do Pescador F4 ficam poucos pescadores que utilizam uma rede pequena. Como não há morro para o espia exercer sua função, os pescadores observam os cardumes da praia.

Todos os pescadores de tainha da Praia do Farol possuem outra atividade econômica, o Pescador F1, por exemplo, trabalha no transporte de bagagens, atividade bastante requisitada no período da temporada. O Pescador F4 é professor de matemática na escola da ilha e durante a temporada de tainha ele divide as atividades da escola com a pesca. Quando

questionados sobre qual atividade econômica eles mais gostam de realizar é unânime a opção pela pesca.

Uma característica do grupo de pescadores da Praia do Farol é o predomínio da presença masculina. Enquanto na Praia do Miguel as mulheres estão diretamente ligadas à atividade pesqueira, na Praia do Farol as poucas mulheres ficam na tenda do Pescador F1 exercendo atividades domésticas e dificilmente saem para ajudar no lanço (somente quando faltam homens para puxar a rede). Pode-se dizer que a pesca da tainha na Praia do Farol é uma atividade exclusivamente masculina.

4.2.1 Relações, práticas e estruturas de reciprocidade

Uma especificidade do grupo de pesca da tainha na Praia do Farol, quando comparado ao grupo da Praia do Miguel, é a presença de dois donos de canoa e rede, que dividem o espaço da praia. Interessante que os dois grupos estabelecem uma relação de cooperação que pode ser associada a uma relação de reciprocidade binária de compartilhamento em grupo, na qual todos estão frente a todos, ligados pela partilha de um recurso em comum (TEMPLE, 2009). Isso pode ser constatado no momento do lanço, quando um dos grupos cerca um cardume, os pescadores do outro grupo correm até o cerco para ajudar no recolhimento da rede e dos peixes. Na prática é mesmo difícil afirmar que há dois grupos de pescadores, pois eles se misturam e formam uma atividade coletiva de ajuda mútua.

Assim como na Praia do Miguel, na Praia do Farol as relações e as práticas de reciprocidade são formadas pela tradição (aprendizagem da pesca, compartilhamento dos recursos naturais e ajuda mútua) e coabitam com as relações de troca nas regras de distribuição do pescado. Essa estrutura pode ser considerada como centralizada, pois o dono da rede, a partir das regras locais, estabelece as formas de redistribuição. Porém, dois detalhes diferenciam as regras desse grupo: a divisão do quinhão é igualitária, isto é, o

espia e aqueles que embarcam na canoa recebem a mesma quantia daqueles que puxam na praia; e são definidas previamente as pessoas que participarão da divisão, ou seja, são quinhoeiros fixos (QUADRO 7).

Quadro 8: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço na Praia do Farol.

Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço		
1.	Divisão do quinhão de peixe	Logo após a pesca, cada participante, dependendo da quantidade de peixe, recebe um, dois ou três peixes para sua refeição.
2.	Venda do peixe	Todo o peixe é vendido para o mesmo comprador, essa venda é mediada pelo dono da canoa.
3.	Retirada do terço (em dinheiro)	O valor total da venda é dividido em três, sendo uma parte do dono da rede.
4.	Retirada dos gastos com manutenção.	Caso necessário, o dono da rede, antes da divisão dos quinhões, retira um valor destinado à manutenção da canoa e da rede.
5.	Divisão dos quinhões (em dinheiro)	Os outros dois terços são subdivididos em quinhões, ou seja, entre todos os demais participantes da pesca. Todos os participantes, independente do ofício, recebem a mesma quantia.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatos dos pescadores.

Quanto à divisão igualitária, explica um pescador:

a gente tira um terço para a canoa, né! E o resto, ali, você divide tudo igual para todo mundo. De vez em quando você ganha um pouquinho mais, você fica aqui em cima, faz força né! Mas a maioria é tudo... tipo... um valor só. Se reúne também o pessoal que tá aí, né! Vai lá junto e somam, né. Porque conta é dose conta! Conta tem que fazer bem... Já tiro o gasto. Já faz uma partilha já, né. Você já tira o gasto assim, né, que vai ter. E o resto você divide igual para o pessoal, com todos os que puxam (Pescador F2, 36 anos).

Há controvérsias entre os pescadores com relação à divisão igualitária dos quinhões, há quem defenda que o espia e aqueles que embarcam na canoa deveriam receber uma quantia maior como recompensa pelo esforço:

A gente tira a parte da rede, que seria um terço, né! Um terço a gente separa para a rede! Daí o resto a gente divide, mas o certo, o certo mesmo, cara, o certo é o seguinte: o cara que espia, seria dois, cara, e o cara que dá o lanço lá que é o proeiro, os três proeiros... o cara tem que ganhar um quinhão e meio, ou seja, o cara tem que ganhar uma parte e meia, tá ligado? Porque, pô, tem dia que aqui ó, cara, só quem tem as manhas mesmo para enxergar aqui ó, virar o lanço aqui em cima dessas pedras aqui, cara, tá ligado? Não é qualquer pessoa que vira, entendeu? E não é qualquer um que manda dar um lanço, que é uma responsabilidade do caramba, cara. A rede ali tem quase seiscentos metros, cara, imagine se manda dar um lanço! Dá quase duas toneladas aquela rede ali! Imagina você manda dar um lanço

aí... o lanço errado aí, não vem nada, pô o culpado é o espia, cara, é o espia que... o certo mesmo, cara, é que aqui ninguém faz isso, cara, ninguém faz, não sei se lá em Encantadas faz, o certo é um quinhão e meio pros dois espias, que sempre tem que ser dois, né cara! Dois espias e pro pessoal que vai na canoa, tá ligado? E um quinhão pra quem puxa na praia, cara, isso é o certo! Sabe por quê? Quem vai na canoa e quem fica de espia tem aquela reponsabilidade todo o dia! Tá aqui, tá espiaando, tá ligado? Tá ali na canoa esperando pra dar o lanço... agora quem só puxa o lanço, ele vai pra casa, entendeu? Aí se tem peixe aqui a galera liga: ei vem aqui que vai dar, que vou dar um lanço, então o cara não tem aquela responsabilidade. E vem correndo, puxa o lanço e... pô, não é justo o cara que ó, entendeu? Ó, hoje tem pouquinho gente ali, se a gente dá um lanço o pessoal liga para o pessoal e o pessoal vem, mas, pô, não é justo com quem tá esperando ali ganhar a mesma coisa que o cara que só vem aqui, puxa o lanço e vai embora (Pescador F4, 27 anos).

O pescador que defende um quinhão maior para o espia e os canoieiros também é dono de rede, e exerce a função de espia para o grupo do Pescador F1 (daí a dificuldade em separar os pescadores da Praia do Farol em dois grupos). No seu grupo ele divide os rendimentos da pesca da seguinte maneira:

Na minha canoa lá, cara, naquela outra que está lá no meio lá, né! Pô, lá eu faço diferente, eu ... pô a gente se... o pessoal que pesca lá... já tem o pessoal que pesca, né cara! Os caras que ficam o dia inteiro lá, né! Sempre tá ali, né, o grupo, né! Eu tiro a parte da rede e divido por mais... se tiver mais gente que vai lá pegar, vai ganhar igual aos caras, tá ligado? Só que daí da parte da... da minha parte... que seria a parte da rede, lá... Eu pego e divido com os caras ali! A minha parte entendeu? Daí dou pros caras ali! Eu ganho a mesma coisa que eles! Têm vezes que eu tiro cinquentão mais pra mim, porque daí eles sempre pedem um vinho, né cara, daí, pô, tenho que tirar do meu bolso, vou lá e já... aí já pego cinquentão a mais já, pra mim comprar o vinho (risos) (Pescador F4, 27 anos).

Pode-se dizer que na Praia do Farol todos os pescadores pescam com a canoa e a rede do Pescador F1. Porém, a canoa e a rede do Pescador F4 também estão disponíveis em um ponto de pesca pouco privilegiado. Esses poucos pescadores que utilizam o material do Pescador F4 também participam da pesca de lanço com o Pescador F1, pois apesar de estarem distantes aproximadamente 150 metros da canoa, estão disponíveis na praia e atentos a qualquer movimento de lanço. Já os pescadores que ficam junto à tenda do Pescador F1 raramente participam do lanço com o material do Pescador F4,

isso porque a rede é pequena e não necessita de muitos pescadores para recolhê-la.

Outra característica dos pescadores da Praia do Farol é a definição prévia das pessoas que participarão da divisão, ou seja, os quinhoeiros são fixos:

E tem umas pessoas que são meio fixas assim né! Agora têm aqueles que só correm no dia do lanço. Ele puxa um lanço e vai embora! Esse ganha peixe! Agora a galera que fica a pescaria toda, daí entra na partilha em dinheiro, daí! A gente chega de manhã! A gente chega seis horas da manhã e sai só seis horas da tarde né! [...] Os turistas quando estão na praia ajudam a puxar e ganham peixe também! (Pescador F3, 38 anos).

Retornando a um diálogo com a teoria, Sabourin (2011a) e Chabal (2005) alertam que é possível numa estrutura de reciprocidade, ocorrer a reprodução de uma forma de alienação através do fechamento do círculo sobre um grupo. Ou seja, as prestações deixam de ser compartilhadas por todos e passam a operar sob o controle de um grupo específico com regras que impedem a participação de outros.

No caso da Praia do Farol não é possível afirmar que há um fechamento do círculo, pois não se sabe se “*aqueles que só correm no dia do lanço*” são impedidos de participar junto àqueles que “*chega de manhã*”, mas pode-se dizer que a ideia de estabelecer quinhoeiros fixos pode conduzir a um fechamento do círculo. Percebe-se também que àqueles que embarcam na canoa são permanentes “*já tem um pessoal certo para ir na canoa já! Você de vez em quando coloca um cara que não entende de nada ali e ele pode estragar teu cerco, né*” (Pescador F2, 36 anos).

A pesca de cambau é praticada mais frequentemente pelo Pescador F4, segundo ele a pesca é feita em família (ele, o sogro e o cunhado) e a divisão é igualitária, quando questionado se há um rodízio para a pesca de cambau ele responde:

Fazemos por vez só que muitas vezes os caras não camboam, né cara! Esse ano a maioria das vezes eu camboei sozinho aí, cara. A turma não vem camboar! Quando chove a turma não vem, quando esfria a turma não vem, só vem se tiver muito peixe aí, ó, cara,

parado aí. Não vem, cara! Eles só vêm camboar, cara, quando tem peixe aqui ó, parado, se não tiver peixe parado pra eles, eles acham que não tem peixe, é aí que tem cara, é aí que você mata o peixe (Pescador F4, 27 anos).

Diferente da organização realizada na Praia do Miguel, o rodízio das redes de cambau não implica a ajuda mútua e é realizado por grupos familiares. Cada família pesca uma noite, mas sem a participação das outras famílias.

O fato de haver dois grupos, ou melhor, dois donos de rede possibilita identificar uma estrutura de compartilhamento em grupo que também estabelece relações e práticas de reciprocidade entre os pescadores.

A divisão igualitária dos quinhões e a pré-definição dos pescadores que embarcam na canoa e participam da divisão dos rendimentos são características próprias desse grupo que, de um lado fortalece a unidade do grupo, e de outro possibilita um possível fechamento do círculo.

4.2.2 A troca e as relações mercantis

As relações de troca mercantil estabelecida no comércio do pescado na Praia do Farol parecem serem menos conflituosas que na Praia do Miguel. Porém, a quantidade de peixe é inferior. Geralmente os pescadores, principalmente os que camboam, armazenam os peixes em freezers aguardando acumular certa quantidade que compense acionar o comprador.

Quando você pega bastante aí de... de quinhentos pra cima aí... até de duzentos já tem que ligar pra lá, pra levar, né! Ele vem buscar aqui na ilha aí! Um Tal de Osmar! Ele tem um box lá do mercado de Paranaguá lá! Você já liga e ele vem buscar aqui já, né! Já fica até mais fácil também, né! Se você tem que ir daqui até em Paranaguá! Ele tem um barquinho dele e já busca aí! Ontem nós pegamos aí... total acho que quase trezentos peixes! Pegamos trezentos peixes ontem aí! E aí a gente teve que ligar pra ele, pra ele vir buscar aí! Daí o pessoal também já tem, né, guardado no freezer, já, né, já aproveita e já todo mundo já leva pra ele lá! (Pescador F2, 36 anos).

O comprador, no discurso dos pescadores, representa a praticidade no comércio da tainha, *basta ligar e ele vem buscar*. O valor pago ao pescador pelo quilo da tainha é R\$8,00 (com ova) e R\$6,00 (sem ova), esse peixe também pode ser comercializado nos restaurantes locais e com os organizadores da Festa da Tainha. Percebe-se que o comprador estabeleceu uma relação de fidelidade com os pescadores de tainha *“as vezes a gente negocia com outras pessoas, mas com ele... a gente pega ele todo ano!”* (Pescador F3, 38 anos).

Como destacado anteriormente, em Paranaguá o quilo da tainha com ova é comercializado de R\$15,00 a R\$12,00 e a tainha sem ova de R\$12,00 a R\$8,00. Neste caso, o lucro obtido pelo negociante é de aproximadamente 80% sobre o valor pago ao pescador, sem considerar suas despesas com transporte, conservação e comercialização do pescado.

Quando comparado ao comércio do pescado da Praia do Miguel percebe-se que a rentabilidade dos pescadores da Praia do Farol é maior, mas a quantidade de peixe do primeiro grupo é três vezes maior. É comum entre os pescadores do Farol o discurso da escassez da tainha nos últimos anos,

é que essas tainhas, assim, você tem que vender a um preço bom, né! Porque não tá tendo muito peixe! Veio pouco, né! Tem que vender bem pra poder valer a pena! (Pescador F2, 36 anos).

Os pescadores atribuem a escassez à pesca industrial e dizem que os barcos pesqueiros estão cada vez mais próximos da costa. A pesca industrial tem impacto direto na pesca tradicional da Ilha do Mel, tanto na escassez dos recursos, quanto no preço do pescado no mercado.

Diferente do que acontece na Praia do Miguel, na Praia do Farol a pesca de cambau é realizada majoritariamente para venda, pois além da quantidade de peixe ser considerada boa, a divisão dos rendimentos é realizada entre poucos pescadores:

É que na real é... eu, eu, mesmo, ultimamente, eu prefiro camboar, cara. Pô, camboar é a melhor coisa que tem, no meu caso... camboa eu, o meu sogro, né cara, e o meu cunhado. Pô, daí a gente vem aqui passa a rede, cara, pega dez tainha, pega vinte, pega cinco, tá

ligado? Pô, em três dias você pega setenta tainha aí, cara, brincando! Se você vem na boca da noite, de madrugada, pô, entendeu? Setenta tainhas é, pô cara, dá aí... mil reais aí, cara. Isso você pega... que nem esses dias que nós acertamos aí, pegamos cento e poucos peixes aí... pô, deu seiscentos pila pra cada um, cara! Em duas horas de tempo! Pô, nem deu porque, na real a camboada, só chegamos na praia e saímos, camboamos, aí a minha rede é feiticeira, tá ligado? Aí o peixe malha sozinho, a gente... a hora que parou de puxar a gente puxou pra praia, demoramos acho que uma hora e meia pra tirar da... da rede, demoramos mais pra tirar da rede do que pra matar o peixe. Pô e deu seiscentos pila cada um, então é bem mais vantagem, cara, eu prefiro (Pescador F4, 27 anos).

Tanto o Pescador F1 quanto o Pescador F4 realizam a pesca da tainha em grupos familiares, são poucos os pescadores que lanceiam e camboam com eles que não fazem parte da família. Considerando que a pesca, mesmo no inverno, não é a única atividade econômica destas famílias, a renda proporcionada pela pesca é por eles reconhecida como relevante.

Além da coexistência de relações de troca e reciprocidade (SABOURIN, 2011a), outro aspecto da pesca da tainha na Praia do Farol é a harmonia nas relações sociais e econômicas no contato com o comprador. Enquanto na Praia do Miguel essa relação de negociação é conflituosa (o comprador é visto como alguém que está enriquecendo a custa do pescador), na Praia do Farol o comprador é reconhecido pela praticidade na circulação da produção pesqueira.

4.2.3 A época do “Vô Diamantino”

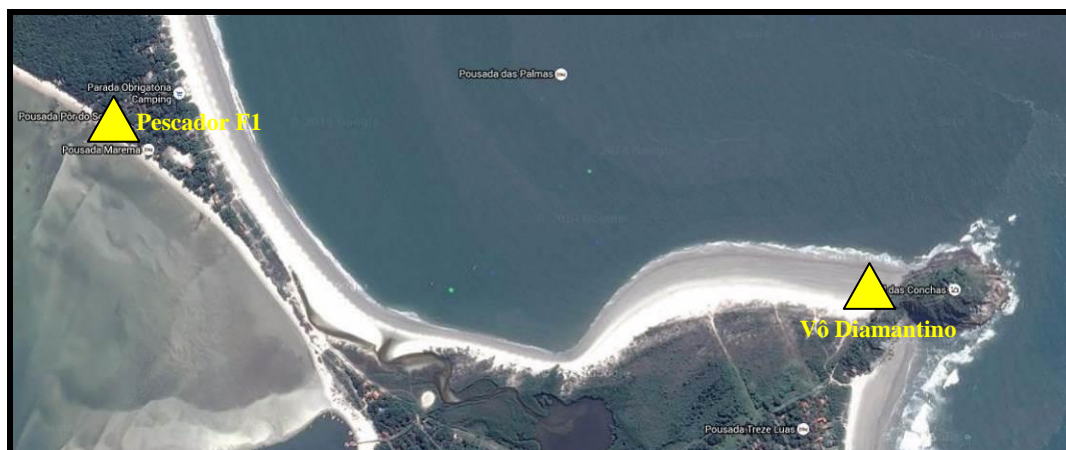
Antes de o Seu Pescador F1 assumir o ponto de pesca nas proximidades do Farol das Conchas quem organizava a pesca da tainha neste local era o Seu Diamantino. Entre as décadas de 1980 e 1990, segundo relato dos pescadores, o Vô Diamantino, como ficou conhecido, era o dono de rede que mantinha a pesca de lanço na Praia do Farol. Esse período é lembrado pelos pescadores como uma época em que a pesca era levada mais a sério pela comunidade. Como destaca o Pescador F4, bisneto do Vô Diamantino:

Era mais organizado cara, e outra, o pessoal esperava, né, cara! O pessoal chegava aqui e ficava até o final da pescaria, ficava até a noite, cara, saía daqui a noite, é que não tinha outra fonte de renda, né, cara! Era só pesca, não tinha outra fonte de renda, só pesca mesmo, só viviam de pesca, por isso que eles levavam mais a sério, né! (Pescador F4, 27 anos).

O Pescador F1 aprendeu a pescar com o Vô Diamantino: “*ah naquela época... pô, naquela época era muito, muito peixe. Nós só pescava com ele! Aprendi pescar com ele!*” (Pescador F1, 66 anos). Ainda neste período, o Pescador F1 já havia adquirido material de pesca e realizava os lanços em outro ponto da ilha (FIGURA 19), como relata seu filho (Pescador F2):

Ele tinha a própria rede dele, né! A gente já tinha a nossa rede, só que a gente pescava lá na... pertinho da escolinha ali na frente da Brasília ali. A gente pescava lá! E depois o pessoal não soube muito mais... ele faleceu, né, daí o meu pai se interessou e daí meu pai que assumiu daí. [...] Pô já o quê... faz quase uns vinte anos já cara! (Pescador F2, 38 anos).

Figura 19: Disposição dos pontos de pesca na época do “Vô Diamantino”.



Fonte: Google Earth, estilizado pelo autor.

No diálogo com a teoria percebe-se que a estrutura de compartilhamento foi construída entre as duas famílias desde essa época. O Pescador F1 aprendeu a pescar com o Diamantino (reciprocidade unilateral) e ambos passaram a dividir espaços na praia (reciprocidade de compartilhamento) para depois, um substituir o outro e continuar o compartilhamento com a família do antecessor (reciprocidade bilateral). Tal

sistema de reciprocidade organiza as relações e práticas sociais que circulam em estruturas unilaterais, bilaterais, centralizadas e de compartilhamento (TEMPLE e CHABAL, 1995).

Em suma, as relações sociais e econômicas são construídas historicamente entre as famílias de pescadores da Praia do Farol. Ainda, segundo o relato dos pescadores, a divisão do terço e dos quinhões era realizada da mesma forma de hoje, com a diferença de que o pescador poderia receber seu quinhão em peixe tendo liberdade para comercializar ou não:

Ele tirava o pessoal que... que puxava a rede, se queria em peixe ele dava em peixe, né, senão ele dava o quinhão, né! Dava um peixinho pequeno para o cara levar para casa para comer... Porque se você dá os grandes, os grandes... depois, né... não pesa nada, né! Daí não pesa nada, né! Os pequenos você leva pra comer e os grandes pra vender, né! Pra poder ter o lucro senão... Pras piazada da escola ele dava umazinha pequena pra levar pra comer e mais nada! (Pescador F2, 38 anos).

As regras eram semelhantes, mas tinham aspectos peculiares (QUADRO 8):

Quadro 9: Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões na época do Vô Diamantino.

Regras de Divisão do Terço e dos Quinhões da Pesca de Lanço – Época do Vô Diamantino		
1.	Divisão do quinhão de peixe	Logo após a pesca, cada participante, dependendo da quantidade de peixe, recebe um, dois ou três peixes para sua refeição.
2.	Retirada do terço	Todo o peixe era dividido em três partes, sendo uma parte do dono da rede.
3.	Retirada dos gastos com manutenção.	Caso necessário, o dono da rede, antes da divisão dos quinhões, retirava um valor destinado à manutenção da canoa e da rede.
4.	Divisão dos quinhões (em peixe ou dinheiro caso a venda fosse coletiva)	Os outros dois terços são subdivididos em quinhões, ou seja, entre os demais participantes da pesca. Todos os participantes, independente do ofício, recebiam a mesma quantia em peixe (na hora do lanço) ou em dinheiro (depois da venda).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatos dos pescadores.

Quando comparada as regras de divisão praticadas atualmente na Praia do Farol a única diferença está na possibilidade do pescador receber sua parte em peixe. Na época do Vô Diamantino havia também maior dedicação à espera do lanço, os quinhoeiros passavam o dia na praia:

Naquele tempo era assim: você que trabalhava pro cara! Pra você sair daqui, ali buscar uma lenha no mato pra fazer fogo, tinha que pedir pro dono da rede! Ir pra qualquer parte, pedia pra ele! Porque se ele autorizasse... as vezes a gente ia perder um lanço, e ganhava! Porque a gente ia pegar... buscar uma lenha, ia buscar, porque coisa, agora se saísse sem autorização e você perdesse o lanço, não ganhava nada! (Pescador F1, 66 anos).

Na pesca de cambau a dedicação era a mesma:

Eles ficavam na praia, cara, na boca da noite, só que só iam camboar de madrugada, ficavam fazendo hora ali, cara, tá ligado? Ficavam direto fazendo hora ali pra poder dar uma camboada só, pra não ir camboar na boca da noite e depois ir camboar de madrugada, né! Faziam hora pra dar só uma camboada! E pegavam, cara, meu sogro fala que pegavam duzentos, trezentos numa camboada (Pescador F4, 27 anos).

O falecido Vô Diamantino é lembrado pelos pescadores por sua autoridade na organização da pesca, alguns relataram que ele inibia a presença de turistas na praia, pois estes poderiam atrapalhar o lanço. A organização coletiva da pesca centralizada na autoridade do dono da rede revela aspectos de uma prática de reciprocidade centralizada, que ainda está presente nas relações sociais na Praia do Farol.

4.3 RECIPROCIDADE NA PRAIA DO MIGUEL E NA PRAIA DO FAROL

As relações de reciprocidade e troca foram historicamente construídas na Ilha do Mel a partir das regras, costumes e técnicas diretamente ligadas ao convívio social em torno da pesca coletiva.

Tanto na Praia do Miguel quanto na Praia do Farol os pescadores são ligados entre si por laços de parentescos, o sentimento compartilhado entre eles é de pertencimento a uma única família. Essa base institucional (a família e os parentes) organiza as relações sociais destes grupos, assim as práticas e relações de reciprocidade surgem de estruturas, tais como: binária de

compartilhamento dos recursos comuns (praia e mar), onde todos estão frente a todos na partilha desses recursos, produzindo valores de participação, união e confiança; ternária unilateral, presente na transmissão dos saberes entre as gerações e que produz o valor da responsabilidade social; ternária bilateral em rede, presente na ajuda mútua e que produz o valor da justiça e companheirismo; e ternária centralizada, na qual o dono da rede assume papel central e a obediência a este centro resulta no prestígio do grupo.

Interessante que a reciprocidade, presente na tradição da pesca coletiva, não apenas coexiste com a troca, mas vem se mantendo através dela. Isso ocorre porque a produção é historicamente voltada para o mercado e sem ele a pesca provavelmente não existiria. É porque existe a troca que a tradição se sustenta, ou seja, reciprocidade e troca se complementam.

Outro aspecto importante que relaciona troca e reciprocidade está na atividade econômica do turismo. Esta causa um impacto interessante sobre a atividade da pesca, a renda proporcionada pelo primeiro possibilita que todos os pescadores possam adquirir material para pesca (principalmente a de cambau). A única exceção é a canoa e a rede da pesca de lanço que a aquisição não depende somente do poder de compra do pescador, mas da legitimidade social da utilização do ponto de pesca (Praia do Miguel ou Praia do Farol). Quando o turismo não era a principal atividade econômica da ilha, poucas famílias possuíam esses materiais (os Valentim, em Encantadas, e o Vô Diamantino, em Brasília e Farol).

A renda do turismo proporciona também a simetria dos grupos de pescadores, estes já não dependem totalmente do dono da rede para o seu sustento material. Dessa forma, apesar de haver uma assimetria na pesca da tainha, num nível geral, há uma condição simétrica entre os pescadores que mantêm relações de interdependência.

A partir dos relatos orais e da observação participante é possível sistematizar algumas mudanças ocorridas nas relações sociais e econômicas destes pescadores, observando os valores materiais, éticos e afetivos produzidos nessas relações.

Na Praia do Miguel, por exemplo, a tradição cultural e, consequentemente, os valores produzidos a partir dela mantêm as relações de reciprocidade que, mesmo coexistindo com a troca, resistiu ao domínio da lógica da troca mercantil.

Os quadros a seguir buscam sistematizar essa constatação, primeiramente apresenta-se as mudanças históricas, sociais e econômicas no sistema de pesca na Praia do Miguel (QUADRO 9), para depois apresentar os valores materiais, éticos e afetivos produzidos a partir destas relações (QUADRO 10):

Quadro 10: Características históricas das relações sociais e econômicas na Praia do Miguel.

Mudanças Históricas nas Relações Sociais e Econômicas				
	Época do Emiliano	Época dos “Valentim”	Época do “Zorro”	Atualmente
Regras	Divisão dos quinhões somente entre os adultos, ou seja, chefes de família e suas esposas. Crianças, jovens e pessoas “de fora” não recebiam quinhão.		Somente os pescadores assalariados que podiam embarcar na canoa, portanto, somente eles recebiam dois quinhões.	Rodízio daqueles que embarcam na canoa, possibilitando que todos ganhem dois quinhões. Crianças, jovens e pessoas “de fora” passaram a receber quinhão.
Característica	Transparência na divisão dos quinhões. A divisão era feita logo após a pesca.	Falta de transparência na divisão dos quinhões. A divisão era feita somente no final da temporada de pesca.	Pagamento de meio salário e cesta-básica para os pescadores permanecerem na praia. A divisão dos quinhões era feita logo após a pesca.	Transparência na divisão dos quinhões e democratização do acesso ao sistema de pesca.
Conflitos	Não relatado.	Desconfiança, dependência e submissão ao dono da rede.	Alguns pescadores denunciavam que o dono da rede fugiu da tradição, outros afirmam que o pagamento de salário proporcionou maior estabilidade.	O maior conflito está no comércio do pescado. Os pescadores denunciavam a exploração do comprador (dono do box no Mercado Municipal).
Síntese	São poucas as informações sobre o período, mas algumas regras de divisão estabelecidas nesta época permanecem até hoje.	O controle da pesca em torno de uma família e a presença de um atravessador entre os pescadores e o Mercado Municipal proporcionou a exploração, principalmente no nível da comercialização.	A venda do pescado diretamente no Mercado Municipal aumentou a receita dos pescadores.	A democratização do acesso ao sistema de pesca fortalece a tradição gerando relações de reciprocidade.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatos dos pescadores.

As relações sociais e econômicas construídas historicamente sobre o sistema de pesca produzem valores materiais, éticos e afetivos, conforme as estruturas de reciprocidade e troca existentes na comunidade.

Quadro 11: Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Miguel.

Períodos Históricos e Produção de Valores				
	Época do Emiliano	Época dos “Valentim”	Época do “Zorro”	Atualmente
Relações de Reciprocidade	-reciprocidade binária de compartilhamento entre grupos (dividem espaços na praia). -reciprocidade binária unilateral (aprendizagem da pesca).	-reciprocidade ternária centralizada (assimétrica)	-reciprocidade de compartilhamento dos recursos comuns. -reciprocidade ternária centralizada (pequeno fechamento do círculo entre os pescadores assalariados).	-reciprocidade de compartilhamento dos recursos comuns. -reciprocidade ternária centralizada. -reciprocidade ternária unilateral (transmissão de saberes) -reciprocidade ternária bilateral em rede (rodízio de rede e de pescadores que embarcam na canoa)
Valores materiais	-subsistência e renda.		-complemento da renda	
Valores éticos	-confiança, respeito e união.	-submissão, e dependência.	-confiança, respeito e união (mais forte entre os pescadores assalariados e o dono da rede).	-confiança, respeito e união (entre todos os participantes da pesca inclusive crianças e jovens).
Valores afetivos	-pertencimento, amizade e participação.	-pertencimento ou partidarismo / amizade ou inimizade.	-pertencimento, amizade e participação (mais forte entre os pescadores assalariados e o dono da rede).	-pertencimento, amizade e participação (entre todos).

Fonte: elaborado pelo autor a partir da teoria e dos relatos dos pescadores.

Estas constatações não são estáticas, trata-se de uma tentativa de interpretar o universo da pesca e as relações sociais e econômicas dos pescadores da Praia do Miguel. Percebe-se, através das narrativas dos pescadores, que os valores éticos e afetivos produzidos nas relações sociais são semelhantes e sofrem poucas alterações dependendo do período e da forma pela qual a pesca é organizada pelo dono da rede. Os valores materiais não mudam, apenas representam diferentes graus de significância econômica aos pescadores, a partir da época do “Zorro” a pesca deixa de ser a principal

fonte de renda e passa, com o turismo, representar mais uma fonte de renda aos pescadores.

Na Praia do Farol os pescadores revelam uma fragilidade na organização do grupo, quando relatam que no passado a pesca era levada “mais a sério” (toda a comunidade se dedicava à pesca). O processo de mudança econômica da pesca para o turismo é semelhante, mas as mudanças históricas com relação ao sistema de pesca foram mais tênues. Basicamente duas famílias coordenaram a pesca da tainha na Praia do Farol, ambas compartilhando conhecimentos e espaços na praia (QUADRO 11).

Quadro 12: Características históricas das relações sociais e econômicas na Praia do Farol.

Mudanças Históricas nas Relações Sociais e Econômicas		
	Época do Vô Diamantino	Atualmente
Regras	Divisão igualitária dos quinhões, inclusive com aqueles que justificavam ao dono da rede sua ausência no momento da pesca.	Divisão igualitária dos quinhões, porém, somente entre aqueles que fazem parte do grupo de pescadores (quinhoeiros fixos). Os demais participantes ganham apenas alguns peixes.
Característica	A pesca da tainha era levada “mais a sério” pelos pescadores, pois representava a única fonte de renda.	São poucos os pescadores envolvidos com a pesca, sendo a maioria da família dos donos de rede.
Conflitos	Não há conflitos relatados sobre esse período.	Alguns pescadores acreditam que a divisão igualitária é injusta com aqueles que embarcam na canoa ou passam o dia espiando no morro.
Síntese	O Pescador F1 aprendeu a pescar com o Vô Diamantino e passaram a dividir os pontos de pesca da tainha. Pescador F1 (depois que adquiriu redes) pescava no Mar de Dentro e Diamantino próximo ao Farol das Conchas.	O Pescador F1 assumiu o ponto do Farol das Conchas e passou a dividir a praia com o Pescador F4 (bisneto do Diamantino). São dois donos de rede, porém, na prática, pescam juntos.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos relatos dos pescadores.

Os valores materiais, éticos e afetivos construídos nas estruturas de reciprocidade e troca na comunidade da Praia do Farol expressam algumas singularidades quando comparadas às relações da Praia do Miguel (QUADRO 12).

Quadro 13: Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Farol.

Períodos Históricos e Produção de Valores		
	Época do “Vô Diamantino”	Atualmente
Relações de Reciprocidade	-reciprocidade binária de compartilhamento (dividem espaços na praia). -reciprocidade binária unilateral (aprendizagem da pesca). -reciprocidade ternária centralizada (sem fechamento do círculo, pois possibilitou a aprendizagem e a formação de mais um grupo de pesca).	-reciprocidade binária de compartilhamento (dividem espaços na praia). -reciprocidade ternária centralizada (com um possível fechamento do círculo entre os quinhoeiros fixos).
Valores materiais	-subsistência e renda.	-complemento da renda
Valores éticos	-confiança, respeito e união. -responsabilidade.	-confiança, respeito e união (entre os quinhoeiros fixos e os donos das redes).
Valores afetivos	-pertencimento, amizade e participação.	-pertencimento, amizade e participação (entre os quinhoeiros fixos e os donos das redes).

Fonte: elaborado pelo autor a partir da teoria e dos relatos dos pescadores.

A principal diferença entre hoje e a época do “Vô Diamantino” está no possível fechamento do círculo de compartilhamento entre os quinhoeiros fixos. A relação de ajuda mútua entre os dois grupos pesqueiros também é uma peculiaridade desta comunidade e fortalece os laços de compartilhamento mesmo que em grupos aparentemente fechados.

Apesar da proximidade entre a Praia do Miguel e Praia do Farol, percebeu-se que os pescadores das duas vilas possuem pouco contato e, conseqüentemente, poucas informações sobre a organização da pesca do outro grupo. Inclusive algumas nomenclaturas são desconhecidas entre eles, por exemplo, o patrão da canoa, título dado ao popeiro na Praia do Miguel, é uma nomenclatura desconhecida pelos pescadores da Praia do Farol.

As informações que mais circulam entre as duas vilas são sobre a quantidade de peixes capturados nos lanços. Por meio da internet, dos barqueiros ou mesmo nos bailes de forró os comentários sobre a quantidade de peixes são constantes. Durante a temporada de pesca de 2015 o dono da rede da Praia do Miguel cogitou em vender o material de pesca, os pescadores da Praia do Farol demonstraram interesse em adquirir:

pode até comprar, mas a galera não vai liberar pra nós pescar lá, entendeu? Vai comprar e deixar alguém de lá responsável! [...] Porque os caras que ficam ali no dia a dia de anos de pesca, ali, o interesse é de um dá pra outro, né, igual aqui, né! Entre eles assim! Não vão deixar alguém chegar... [...] O certo tinha que ir lá trocar uma ideia com o Carlinhos com o Nilson, que são os caras mais velhos que são... [...] Se eles aceitassem! Dava até pra comprar e deixar com alguém deles lá, tomando conta, aí! (Pescador F3, 38 anos).

Percebe-se que há um respeito pelo domínio das famílias sobre o território da pesca da outra vila que impede que os pescadores “de fora” assumam o ponto de pesca. Essa proteção do território é construída pela tradição “anos de pesca” e legitimada pelas duas vilas “igual aqui”. Ambas compartilham da mesma tradição, dos mesmos costumes e das mesmas formas de pesca e somente com uma análise comparativa é possível identificar alguns aspectos que diferenciam uma vila da outra (QUADRO 13).

Quadro 14: Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Miguel e na Praia do Farol.

Quadro Comparativo das Estruturas e Valores		
	Praia do Miguel	Praia do Farol
Síntese	As regras de divisão dos quinhões possibilitam a democratização do acesso ao sistema de pesca, pois a todos é dado o direito de participar da divisão. Isso fortalece a tradição e reproduz formas de reciprocidade.	As regras de divisão dos quinhões aplicam-se somente aos quinhoeiros fixos restringindo as relações de reciprocidade entre eles. O fato de haver dois grupos pescando na mesma praia estabelece uma forma interessante de reciprocidade (compartilhamento em grupos).
Relações de Reciprocidade	<ul style="list-style-type: none"> -reciprocidade de compartilhamento dos recursos comuns. -reciprocidade ternária centralizada (positiva). -reciprocidade ternária unilateral (transmissão de saberes) -reciprocidade ternária bilateral em rede (rodízio de rede de cambau e de pescadores que embarcam na canoa) 	<ul style="list-style-type: none"> -reciprocidade binária de compartilhamento (dividem espaços na praia). -reciprocidade ternária centralizada (com um possível fechamento do círculo entre os quinhoeiros fixos).
Valores materiais	-complemento da renda.	
Valores éticos	-confiança, respeito e união (entre todos os participantes da pesca inclusive crianças e jovens).	-confiança, respeito e união (entre os quinhoeiros fixos e o dono da rede).
Valores afetivos	-pertencimento, amizade e participação (entre todos).	-pertencimento, amizade e participação (entre os quinhoeiros fixos e o dono da rede).

Fonte: elaborado pelo autor a partir da teoria e dos relatos dos pescadores.

Nas duas vilas o dono da rede tem um papel crucial no sistema de pesca, ele é o centro redistributivo que, segundo Polanyi (2012), é responsável pela organização social e econômica do grupo. A divisão dos quinhões é feita conforme as regras, o costume (tradição) e a decisão do poder central (atualização). As regras servem para organizar o sistema de pesca e evitar conflitos na hora da divisão, tais regras foram criadas a partir da tradição herdada “dos antigos” e nem mesmo os pescadores sabem de onde e como surgiram, a decisão do poder central é acionada para atualizar a organização social e econômica do grupo.

Na Praia do Miguel, por exemplo, o poder central (dono da rede) decidiu alterar uma regra mantida pela tradição, trata-se da divisão dos quinhões entre todos os participantes, algo que tradicionalmente não ocorria visto que somente os adultos tinham o direito de participar da divisão. O rodízio dos pescadores que embarcam na canoa também é uma regra atualizada pelo poder central. Interessante que essas modificações podem não ser aceitas por todos, como ocorre com um pescador que acredita que a participação de todos na divisão dos quinhões é injusta para com os pescadores profissionais e chefes de família. Outro exemplo é o assalariamento proposto na época do “Zorro”, o qual vários pescadores o acusaram de fugir da tradição. Na Praia do Farol a ideia de estabelecer quinhoeiros fixos parte do poder central e dá uma nova característica a organização social e econômica dos pescadores.

Numa estrutura de reciprocidade centralizada é imperativo que haja um poder central, ou seja, um poder político que organize as atividades econômicas. Na Ilha do Mel, onde troca e reciprocidade são paralelas nas relações sociais e econômicas, o papel central do dono da rede é legitimado, social e culturalmente; e as decisões tomadas pelo centro são delimitadas pela tradição e sua efetivação depende da aceitação do coletivo de pescadores, caso contrário, o dono da rede ficará sem pescadores para um trabalho que exige o esforço coletivo.

A pesca coletiva da tainha, mediante a reprodução das relações de reciprocidade, contribui para um desenvolvimento mais sustentável a partir dos

valores sociais e econômicos que permitem a reprodução social e a subsistência material desses grupos.

A análise da relação dos pescadores com o meio ambiente não foi o foco desse trabalho, mas constata-se que tal relação é construída a partir de relações de dominação material e apropriação simbólica. A natureza (praia, mar, ponto de pesca) não é vista pelos pescadores somente como um simples recurso natural, mas também como um espaço de construção de identidades, sociabilidades e afetividades. Assim, torna-se visível uma relação orgânica estabelecida entre homem, natureza e organização produtiva.

Essa relação de respeito do pescador com o ambiente natural também é construída a partir de estruturas de reciprocidade: a reciprocidade binária de compartilhamento e a reciprocidade ternária unilateral. Na reciprocidade de compartilhamento os sujeitos participam da partilha de algo em comum, neste caso a natureza e suas representações no imaginário coletivo. Após o sucesso de um lanço, por exemplo, é comum entre os pescadores o agradecimento a deus, reconhecido como o criador da natureza e o provedor dos peixes.

Na estrutura ternária unilateral a responsabilidade ambiental é reconhecida na transmissão do patrimônio natural entre as gerações. O cuidado com a natureza, a responsabilidade de preservá-la e o reconhecimento de sua importância são valores transmitidos entre as gerações de pescadores e não apenas resultado de leis ambientais.

Resgatando o pensamento de Sachs (1986; 2007), o desenvolvimento sustentável tem como finalidade as dimensões social e cultural, assim, os valores éticos e afetivos, produzidos nas estruturas de reciprocidade, fortalecem essas dimensões dando um caráter humano ao desenvolvimento, mas também contribuem para o respeito e cuidado com o meio ambiente, o território e seus ecossistemas, pois a preservação dos recursos para as próximas gerações é resultado de uma relação de reciprocidade: a ternária unilateral. No pensamento de Sachs (2007), essas dimensões (ecológico, ambiental e territorial) se referem tanto à finalidade quanto meio instrumental do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável carece de perspectivas alternativas à racionalidade da troca mercantil e a lógica da reciprocidade mostra ser um caminho possível. Aqui se estabelece um diálogo produtivo entre as perspectivas desenvolvimento territorial sustentável e teoria da reciprocidade. Não se trata de substituir a lógica da troca pela lógica da reciprocidade nas estratégias de desenvolvimento, mas, conforme afirma Sabourin (2011b, p. 25), “procura outra leitura das relações econômicas e sociais que aquela por meio unicamente do princípio da troca”. Esse diálogo possibilita uma leitura mais completa do território, pois, não reduz suas relações econômicas aos aspectos do mercado, pelo contrário, reconhece que junto às relações mercantis operam relações de reciprocidade que contribuem para a reprodução social das famílias.

A pesca da tainha, mesmo inserida nos moldes da pequena produção mercantil (DIEGUES, 2004), também é marcada pela lógica da reciprocidade. Existe uma organização coletiva das tarefas que faz da atividade uma prática socioeconômica que evidencia a reprodução dos saberes locais, da tradição caçara e da memória histórica da comunidade pesqueira.

As relações sociais e econômicas dos pescadores da Ilha do Mel são construídas e estruturadas levando em conta três lógicas distintas: a reciprocidade, a equivalência e a troca mercantil. Trata-se de um sistema misto que articula lógicas econômicas diferentes (e muitas vezes antagônicas), mas que coexistem de forma paralela na mesma atividade econômica.

A lógica da reciprocidade está em evidência nos valores éticos e afetivos produzidos na e pela atividade da pesca, ou seja, no compartilhamento dos recursos comuns, nas amizades, na transmissão dos saberes e, principalmente, na valorização da tradição cultural que dá prestígio a esses grupos.

A lógica da equivalência, que também pode ser chamada de troca de equivalências ou reciprocidade de equivalência, é percebida nas regras de

divisão do terço e quinhões que, mesmo sendo uma divisão assimétrica, corresponde a uma lógica diferente da mercantil. Trata-se de uma forma híbrida entre troca e reciprocidade, na qual a criação de equivalências obedece a um sistema de formação social do valor, bem diferente da formação do preço num mercado de troca livre, o que corresponde a uma lógica de reciprocidade mais que de troca.

As regras de divisão do terço e quinhões são suportes institucionais que organizam a partilha dos rendimentos a partir da lógica da equivalência, nelas estão presentes relações e práticas de reciprocidade, mas também relações de troca que, devido à assimetria do grupo, também geram valores materiais (acumulação, dependência), éticos (submissão e obediência) e afetivos (reconhecimento).

A lógica da troca mercantil aparece com mais força no momento da comercialização do pescado mediada pelo atravessador. Neste momento, o preço do quilo da tainha é regulado pelas leis do mercado, onde a produção da pesca artesanal compete com a produção da pesca industrial. Esta pesquisa não teve como objetivo identificar as relações de troca mercantil e também não foi realizada uma análise de oferta e demanda, mas alguns pescadores relatam que o valor da tainha no mercado caiu muito em função da produção industrial catarinense.

A pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel é uma atividade econômica, mas também uma prática cultural na qual a produção material é o meio e não o único fim que motiva sua realização. Pensar políticas de desenvolvimento para a pesca na Ilha do Mel sem considerar as práticas e relações de reciprocidade nela construída é um equívoco que pode acabar mercantilizando cada vez mais o território e, conseqüentemente, dissolvendo as dimensões humanas e ambientais presentes na atividade.

O desenvolvimento territorial sustentável articula as dimensões social, cultural, ambiental e econômica nas estratégias de desenvolvimento e as estruturas de reciprocidade fortalecem essa articulação na medida em que produzem valores que vão além do mercantil.

A resistência de alguns pescadores com relação ao processo de assalariamento do seu trabalho é constituída a partir de bases institucionais que estruturam suas relações sociais e econômicas. A lógica da reciprocidade e a lógica da equivalência asseguram a apropriação simbólica do território impedindo a dominação material controlada pela lógica da troca mercantil. As relações de troca, coexistentes na pesca, dão um caráter funcional ao território, mas não prevalecem sobre seu caráter simbólico.

O caráter funcional e simbólico do território é indissociável. A tradição da pesca coletiva depende das relações de troca mercantil para se perpetuar, mesmo que estas relações causem transformações na tradição. Esse aspecto contraditório coloca troca e reciprocidade em estruturas complementares, revelando que o caráter funcional (troca) do território é estruturante, mas não suplanta seu caráter simbólico (reciprocidade).

A hipótese inicial levantada nesta pesquisa foi que na Ilha do Mel, mesmo coexistindo relações de reciprocidade e troca, havia a predominância das relações de reciprocidade na pesca da tainha. De fato ocorrem relações de reciprocidade, mas a lógica da equivalência, uma forma híbrida de troca e reciprocidade, também tem papel fundamental nas relações sociais e econômicas dos pescadores da Ilha do Mel.

A peculiaridade do território da Ilha do Mel está também na sazonalidade das atividades econômicas. Se na temporada de pesca da tainha as práticas e relações de reciprocidade são elementos que predominam na atividade econômica, na temporada de turismo essas relações são alteradas e, conforme identificado no discurso dos pescadores, as relações de troca mercantil são predominantes.

São necessários estudos mais direcionados para identificar e qualificar as relações de reciprocidade e troca na atividade econômica do turismo na Ilha do Mel. Nesta pesquisa foi possível apenas identificar que as relações estabelecidas no turismo são menos pessoais e afetivas que aquelas construídas na pesca. Essas alterações nas relações sociais e econômicas repercutem no território e conseqüentemente alteram a relação homem, natureza e organização produtiva.

O assalariamento temporário, o pagamento de diárias, o comércio de serviços turísticos, entre outros, são atividades comuns na temporada de verão que inserem os pescadores de tainha numa lógica diferente daquela estabelecida na pesca. São relações mais contratuais, na qual os valores são produzidos na estrutura do mercado turístico e a partir de suas leis. Isso não significa que não haja relações de reciprocidade na atividade do turismo, mas indica que não são elas que predominam.

A relação com a natureza também é alterada. Se na pesca coletiva o ambiente natural é um espaço de construção de identidades (apropriação simbólica), na temporada de verão a natureza torna-se um forte atrativo turístico (dominação material). A praia, o mar, a gruta, o morro assemelham-se a mercadorias vendidas ao turista no mercado do lazer (mercantilização), a relação homem-natureza torna-se uma relação de sujeito-objeto.

Porém, vale destacar que essa relação não é dicotômica visto que, no território, dominação material e apropriação simbólica são indissociáveis e coexistem na relação homem-natureza. Também é importante considerar que os mais beneficiados com a mercantilização da natureza (turismo) na Ilha do Mel não são os “nativos”, mas os empreendedores “de fora” que, a partir de um processo de dominação material, construíram pousadas, mercados e restaurantes. Os nativos, que são os atores na atividade da pesca, em geral, trabalham em atividades secundárias, tais como o transporte de bagagens, a coleta de lixo, a limpeza das trilhas, ou mesmo são empregados nos empreendimentos turísticos.

Entre o nível da subsistência e o nível do mercado (FIGURA 9), o território da Ilha do Mel se encontra em níveis intermediários que variam de acordo com as estações do ano. Durante a temporada de pesca (inverno), as relações sociais e econômicas estão mais próximas do nível da subsistência e durante a temporada do turismo (verão), essas relações estão mais próximas do nível do mercado. Troca e reciprocidade coexistem no território com intensidades alternadas pela organização econômica e social da temporada.

Novos questionamentos podem ser pensados a partir destas constatações: como ocorrem as alterações das práticas, relações e estruturas

de reciprocidade na atividade econômica do turismo? Como a lógica da reciprocidade opera nas atividades turísticas? Qual a influência de uma atividade econômica sobre a outra? São perguntas que revelam a complexidade do território da Ilha do Mel e podem ser exploradas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O.; BURSZTYN, M. Raízes e práticas de economia solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. *Revista Econômica do Nordeste REN*, vol. 40, nº 03, julho-setembro 2009.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; CHAVES, P. T.; SANTOS, C.; LIBERATI, S. A. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná. In: ISAAC, V.J.; MARTINS, A. S.; HAIMOVIC, M.; ANDRIGUETTO FILHO, J.M. (Ed.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil** no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belém: Editoria Universitária da UFPA. v.1. p. 117- 140, 2006.
- ATHAYDE, S. F.; BRITEZ, R. M. As unidades de conservação. In: MARQUES, M. C. M.; BRITEZ, R. M. *História natural e conservação da Ilha do Mel*. Curitiba: UFPR, 2005.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-229.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- BROCHIER, L. L. *Levantamento e Diagnóstico dos Sítios Arqueológicos existentes nas Reservas Naturais Serra do Itaqui e Rio Cachoeira*. Curitiba: SPVS, 2003.
- CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Florianópolis: *Eisforia*, v. 1, n. 1 (jan./jun.) 2003. p. 23-45.
- CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. *Estudos Avançados*. 26 (74), 2012.
- CHABAL, M. *Les structures élémentaires de réciprocité*. 2005. Conference in Cauris. Disponível em: <<http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>>. Acessado em: 24 de Abril de 2015.
- _____. Quand la reciprocite semble non reciproque ou la reciprocite cachee. *Revue du MAUSS*, n. 8, p. 132-140, 1996.
- CHABAL, M.; TEMPLE, D. Echange et réciprocité. 1995. Présentation de Temple & Chabal. *La réciprocité et la naissance des valeurs humaine*.

Disponível em: <<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>>. Acessado em 21 de Abril de 2015.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Do debate teórico sobre o desenvolvimento territorial aos desafios de sua prática. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.) *Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e indicação geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs. 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ESTEVES, C. J. O. *Turismo e Qualidade da Água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2004.

FARIAS, D. S. E. *Uma aventura pela pré-história do Paraná*. Tubarão: Humaitá, 2013.

FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. *Cadernos EBAPE.BR*, vol. 6, nº 3, set, 2008.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 99-110

FUZETTI, Luciana; CORRÊA, Marco Fábio Maia. Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel – Paraná, Brasil. *B. Inst. Pesca*. São Paulo, 35(4): 609 – 621, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity. *American Sociological Review*, (25-2), p. 161-178, 1960.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Orgs.) *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná. *Plano de manejo da Ilha do Mel*. Curitiba: IAP, 2012.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *A pesca da tainha na Ilha do Mel: territorialidade, sociabilidade e técnicas*. Curitiba: Superintendência do IPHAN no Paraná, 2012.

KRAEMER, Marília de Carvalho. *Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá*. Curitiba: Estante Paranista, 22, 1983.

LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento. *Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo da Ilha do Mel*. 2004.

LISBOA, Armando de Melo. *A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Working Papers, 2000.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Antônio Cândido e os parceiros: para além do dualismo*. Florianópolis: Revista Esboços, v. 13, n. 15, 2006.

LOZANO, Jorge E. Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 15-25.

LUPASCO, S. *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie*. Paris: Herman, 1951.

MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Nayfi, 2003. p. 183-314.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MUSSOLINI, Gioconda. O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (org.) *Enciclopédia Caiçara: história e memória caiçara*. Volume 4. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005.

PARANÁ. *Espiraís do Tempo: bens tombados do Paraná*. Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Estado da Cultura. Curitiba, 2006.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Campina Grande: *Raízes*, v. 24, nº 01 e 02, p. 10-22, jan-dez, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

QUINHÃO. In. LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2000. p. 552.

QUINHOEIRO. In. LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática, 2000. p. 552.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al.) . *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011a.

_____. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai/ago 2011b. pp. 24-51.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHENA, F. *Turismo, estado, sociabilidade e mudança: uma etnografia da Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social do Setor de Ciencias Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2006.

SECKENDORFF, R. W.; AZEVEDO, V. G. Abordagem histórica da pesca da tainha Mugil Platanus e do parati Mugil Curema (perciformes: mugilidae) no litoral norte do estado de São Paulo. *Sér. Relat. Téc.* São Paulo, nº 28, jun./2007.

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente. Programa de Meio Ambiente. In: IAP – Instituto Ambiental do Paraná. *Plano de manejo da Ilha do Mel*. Curitiba: IAP, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização na visão de Celso Furtado. In BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Marcio. (org.) *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: 34, 2001. pp. 127-139.

TEMPLE, Dominique. As origens antropológicas da reciprocidade. Tradução: Eric Sabourin. *Jornal do Mauss*, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=793> Acesso em: 23 de nov. de 2014.

_____. Les structures elementaires de la reciprocite. *Revue du MAUSS*, n. 12, (2), p. 234-242, 1998.

_____. Naissance de la Responsabilite. 2003. Disponível em: http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=121. Acessado em: 20 de Abril de 2015.

TOMASINI, R. D. *Geografia da Ilha do Mel*. Curitiba: s./Ed, 2001.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 233-245.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33-41.

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. Rio de Janeiro: *Oikos*, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010.

APÊNDICE

Apêndice 1: Roteiro para coleta dos depoimentos da história oral.

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável
Mestrado

Identificação

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Você autoriza a gravação e utilização desta entrevista para fins de pesquisa acadêmica?
4. Desde quando mora na Ilha do Mel?

Atividades econômicas realizadas hoje

5. Qual sua principal atividade econômica hoje? (pesca, turismo, prestação de serviços)
6. (Caso a pesca não seja a única/principal atividade econômica) Quais são os serviços que o senhor (a) presta aos turistas e/ou comunidade?
7. (Caso a pesca não seja a única atividade econômica) Qual atividade econômica é mais “lucrativa” para o senhor (a)? Qual a importância da pesca para a formação de sua renda?
8. (Caso a pesca não seja a única atividade econômica) Qual atividade econômica é mais “prazerosa” para o senhor (a)? Por quê?

Pesca coletiva e integrações sociais

9. Você acredita que o fato de todos conviverem juntos durante o período da pesca fortalece os laços de amizade, companheirismo e confiança?
10. Na pesca da tainha como é realizado o controle e a partilha do quinhão? Existem conflitos no momento da partilha?
11. Como são estabelecidas as regras da partilha (quinhão do lanço e cambau)? É o dono da rede que determina ou é realizada uma reunião com os pescadores?
12. Você acredita que essa partilha é justa? Gostaria de propor outro modelo?
13. Como é realizada a comercialização do pescado? (transporte, valores...)
14. Existem outros meios de comercialização? (caso o entrevistado tenha apontado apenas um)
15. A partilha do peixe (quinhão) sempre foi assim ou antigamente era diferente?
16. (caso tenha mudado) O que mudou? (instigar o entrevistado a falar sobre a época dos Valentim, do Zorro, do Vô Diamantino e de outros donos de rede).
17. Você pretende dar a canoa e a rede aos filhos para a continuidade da pesca? (essa pergunta é somente para o dono da rede)